

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

EDSON LUIZ ZANCHETTI DA LUZ

**IDEOLOGIA E CONTROLE TERRITORIAL: CAMPESINATO, AVICULTURA DE
CORTE E AS DISPUTAS NO ESPAÇO AGRÁRIO DO OESTE PARANAENSE**

Marechal Cândido Rondon

2023

EDSON LUIZ ZANCHETTI DA LUZ

IDEOLOGIA E CONTROLE TERRITORIAL: CAMPESINATO, AVICULTURA DE
CORTE E AS DISPUTAS NO ESPAÇO AGRÁRIO DO OESTE PARANAENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, como condição obrigatória para obtenção do título de mestre em Geografia. Área de Concentração: Espaço de Fronteira: Território e Ambiente. Linha de pesquisa: Dinâmica territorial e conflitos sociais em espaço de fronteira.

Professor orientador: Prof. Dr. Djoni Roos.

Marechal Cândido Rondon

2023

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Zanchetti da Luz, Edson Luiz
IDEOLOGIA E CONTROLE TERRITORIAL: CAMPESINATO, AVICULTURA
DE CORTE E AS DISPUTAS NO ESPAÇO AGRÁRIO DO OESTE PARANAENSE
/ Edson Luiz Zanchetti da Luz; orientador Djoni Roos. --
Marechal Cândido Rondon, 2023.
111 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido
Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
2023.

1. Campesinato; ; Avicultura; Produção integrada.. 2.
Ideologia. 3. Produção integrada. 4. Avicultura. I. Roos,
Djoni , orient. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78690337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE EDSON LUIZ ZANCHETTI DA LUZ, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 24 dia(s) do mês de março de 2023 às 14h00min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Edson Luiz Zanchetti da Luz, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia - nível de Mestrado, na área de concentração em Espaço de Fronteira: Território e Ambiente. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Djoni Roos, Joao Edmilson Fabrini, Bernardo Mançano Fernandes, Marcia Yukari Mizusaki. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Djoni Roos orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Ideologia e controle territorial: campesinato, avicultura de corte e as disputas no espaço agrário do oeste paranaense". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Joao Edmilson Fabrini, Bernardo Mançano Fernandes, Marcia Yukari Mizusaki. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Djoni Roos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Joao Edmilson Fabrini

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marçal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-48

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marçal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE EDSON LUIZ ZANCHETTI DA LUZ, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Marcia Yukari Mizusaki

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Bernardo Mançano Fernandes

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Edson Luiz Zanchetti da Luz

Aluno(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA PARA BANCA EXAMINADORA DE DEFESA
DE DISSERTAÇÃO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente **Edson Luiz Zanchetti da Luz**, declaro, que realizei a minha defesa de mestrado à distância, de forma síncrona e por videoconferência do trabalho de dissertação intitulado em "**Ideologia e controle territorial: camponato, avicultura de corte e as disputas no espaço agrário do oeste paranaense**" para banca examinadora realizada na data de 24/03/2023.

Atenciosamente,



EDSON LUIZ ZANCHETTI DA LUZ
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, **Prof. Dr. João Edmilson Fabrini**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência**, da Banca Examinadora de Defesa de Dissertação do candidato Edson Luiz Zanchetti da Luz, aluno de Mestrado deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato pode ser considerado **APROVADO** na banca realizada em 24/03/2023, com o trabalho intitulado **"Ideologia e controle territorial: campesinato, avicultura de corte e as disputas no espaço agrário do oeste paranaense"**.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atender as indicações feitas pela banca.

Prof. Dr. JOÃO EDMILSON FABRINI

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Programa de Pós-Graduação em Geografia



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marçal Cândido Rondon - CNPJ 78880337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marçal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, **Profª Drª Márcia Yukari Mizusaki**, declaro que participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência, da Banca Examinadora de Defesa de Dissertação do candidato **Edson Luiz Zanchetti da Luz**, aluno de Mestrado deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, formalizo como **membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato pode ser considerado **APROVADO** na banca realizada em 24/03/2023, com o trabalho intitulado "**Ideologia e controle territorial: campesinato, avicultura de corte e as disputas no espaço agrário do oeste paranaense**".

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Profª Drª **MÁRCIA YUKARI MIZUSAKI**
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD



Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78880337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE Mestrado REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, **Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes**, declaro que participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência, da Banca Examinadora de Defesa de Dissertação do candidato **Edson Luiz Zanchetti da Luz**, aluno de Mestrado deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato pode ser considerado **APROVADO** na banca realizada em 24/03/2023, com o trabalho intitulado **"Ideologia e controle territorial: campesinato, avicultura de corte e as disputas no espaço agrário do oeste paranaense"**.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Dissertação bem elaborada sobre a disputa territorial entre o campesinato e corporações da avicultura de corte no espaço agrário do oeste paranaense. O trabalho apresenta uma leitura do tema a partir de trabalho de campo e diálogo com bibliografia e embasado em metodologia justificada.

É uma contribuição para os estudos da Geografia Agrária.

Digitally signed by
Bernardo M. Fernandes
Date: 2023.03.31
12:05:19 -03'00

Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia de
Presidente Prudente



Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste
Campus de Marechal Cândido Rondon
PPGG - Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Geografia
Rua Pernambuco, 1777 - Caixa Postal 91
85960-000 - Marechal Cândido Rondon - PR
Fone/Fax: (45) 3284-7914 - e-mail: mestradogeografia.mcrondon@gmail.com
www.unioeste.br/pos/ppgg

DECLARAÇÃO DO ORIENTADOR (REVISÃO FINAL APÓS A DEFESA)

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do Discente: Edson Luiz Zanchetti da Luz	Ano de ingresso no PPGG: 2020
Nome do Orientador: Djoni Roos	Data da defesa: 24 de março 2023.

2. TÍTULO

**IDEOLOGIA E CONTROLE TERRITORIAL: CAMPESINATO, AVICULTURA DE CORTE
E AS DISPUTAS NO ESPAÇO AGRÁRIO DO OESTE PARANAENSE**

3. DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que realizei a revisão final, referente a redação e formatação da dissertação intitulada conforme item 2 deste formulário. Atesto que a mesma atende as indicações da banca examinadora e normas de elaboração de dissertação do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Geografia.

4. ASSINATURA

Assinatura do orientador: 	Mal. Cândido Rondon, 4 de junho de 2023.
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------

*Ontem um menino
Que brincava me falou
Hoje é a semente do amanhã*

*Para não ter medo
Que este tempo vai passar
Não se desespere, nem pare de sonhar*

*Nunca se entregue
Nasça sempre com as manhãs
Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar*

*Fé na vida, fé no homem, fé no que virá
Nós podemos tudo, nós podemos mais
Vamos lá fazer o que será [...].*

(Gonzaguinha - Nunca pare de sonhar)

AGRADECIMENTOS

Chego ao final desta etapa feliz pelo trecho percorrido e mais convicto do caminho que tenho a percorrer, ao passo que o horizonte se expande também meus passos tornam-se mais seguros na direção à seguir. Este trabalho é fruto de um grande esforço coletivo e sou imensamente grato a todas as pessoas que em diferentes momentos e diversas maneiras contribuíram para a realização deste trabalho.

Primeiramente gostaria de agradecer ao núcleo base, sem o qual não seria possível a realização deste trabalho, agradeço à contribuição de minha noiva Laisa, companheira de vida, por toda compreensão e carinho, o incentivo e parceria diária foram fundamentais. Agradeço ao meu filho Gustavo e minha filha Iohana que tornam meus dias mais leves trazendo alegria no olhar e a esperança de um futuro mais justo e fraterno.

Minha querida mãe Licelda e meu pai Paulino pelo incessante apoio, sou infinitamente grato pelos contínuos ensinamentos. Amados irmãos e cunhadas agradeço pela amizade e camaradagem de vocês, pelos encontros e conversas profundas e necessárias. Agradeço por toda a inspiração e motivação vinda da família na expressão máxima em sua amplitude e complexidade, as avós e avôs, tias e tios, primas e primos.

Ao grupo de pesquisa Geolutas meu muito obrigado por toda troca de saberes, pelo apoio teórico e técnico em especial aos camaradas, Vanessa, Renata, Juscelino pela fluidez de nossas conversas. Aos professores Fabrini e Djoni pelo exemplo de profissionalismo e responsabilidade social. Bruno meu irmão gêmeo do universo paralelo, de rápido contato mas com intensas transformações.

Aos colegas do mestrado e amigos que a geografia de Rondon proporcionou, Vanderson, Sabrina, Diego, Beatriz, Daianny e Evandro. Agradeço a Anilise pelo bom trabalho, aos docentes do curso pela dedicação e empenho durante as aulas e a disponibilidade nas orientações. Também sou grato a UNIOESTE pela a estrutura disponibilizada e a equipe de servidores e funcionários que dão vida a esta instituição.

Ao meu orientador Professor Djoni, que me acompanha e aconselha já alguns anos, suas sugestões e orientações contribuíram de sobremaneira para a construção deste trabalho e também para a formação enquanto geógrafo. Agradeço ao professor João Fabrini e Professora

Marcia Mizusaki, pela atenção e a contribuição dedicada ao trabalho durante a fase de qualificação.

Também agradeço pelo incentivo financeiro recebido, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

O presente trabalho trata da permanência da classe camponesa frente ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Tendo como perspectiva teórica o paradigma da questão agrária, nosso objeto de estudo é a relação dos camponeses avicultores com as cooperativas avícolas da mesorregião Oeste do Paraná. Buscando compreender de que maneira o Capital monopolizou o território e dominou o circuito produtivo, no entanto, sem desterritorializar a totalidade da classe camponesa. Entendemos que a subordinação da classe camponesa, resulta de uma construção política e ideológica que contribuiu para o controle e desenvolvimento capitalista sobre o campo. O controle do território é parte central do trabalho, assim identificamos e investigamos alguns dos mecanismos utilizados pelas cooperativas da mesorregião Oeste paranaense para a manutenção deste domínio territorial, que buscam ocultar o conflito de classes e as disputas territoriais e que conduziram os camponeses da mesorregião Oeste do Paraná ao sistema de integração avícola contribuindo para a expansão do capitalismo sobre o campo.

Palavras-chave: Campesinato; Capitalismo; Ideologia; Avicultura; Produção integrada.

RESUMEN

El presente trabajo trata sobre la permanencia de la clase campesina frente al desarrollo del capitalismo en el campo. Teniendo como perspectiva teórica el paradigma de la cuestión agraria, nuestro objeto de estudio es la relación entre los avicultores y las cooperativas avícolas en la mesorregión Oeste de Paraná. Buscando comprender cómo el Capital monopolizó el territorio y dominó el circuito productivo, sin embargo, desterritorializar a toda la clase campesina. Entendemos que la subordinación de la clase campesina resulta de una construcción política e ideológica que contribuyó al control y desarrollo capitalista sobre el campo. El control del territorio es parte central del trabajo, por lo que identificamos e investigamos algunos de los mecanismos utilizados por las cooperativas de la mesorregión Oeste de Paraná para mantener este dominio territorial, que buscan ocultar el conflicto de clases y las disputas territoriales y que llevaron a los campesinos en la mesorregión occidental desde Paraná hasta el sistema de integración avícola contribuyendo a la expansión del capitalismo sobre el campo.

Palabras Clave: Campesinado; Capitalismo; Ideología; Avicultura; Producción integrada.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Aviário Dark House.....	60
Figura 2 – Material didático cooperjovem/copagril.....	62
Figura 3 – Lançamento programa Cooperjovem na C.Vale.....	64
Figura 4 – Crianças participando do “Show de cooperação” promovido pela LAR.....	65
Figura 5 – Programação e tema dos informativos LAR.....	70
Figura 6 – Primeira moradia da senhora N. L.....	75
Figura 7 – Propriedade do senhor E. H.....	80
Figura 8 – Vista aérea aviário Dark House e convencional, Marechal C. Rondon, PR...82	
Figura 9 – Aviário abandonado em Marechal Cândido Rondon-PR.....	84
Figura 10 – Produtos vendidos na feira em Marechal Cândido Rondon-PR.....	86
Figura 11 – Produção para autoconsumo.....	88
Figura 12 – Legumes importados pela LAR.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área colhida (1980 - 2020).....	39
Tabela 2 – Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho (1980 - 2020).....	41
Tabela 3 – Faturamento dos maiores empreendimentos avícolas do Oeste paranaense em 2020	42
Tabela 4 – Municípios produtores de frango e percentual de pequenos produtores	43
Tabela 5 – Programas de rádio das empresas e cooperativas do Oeste paranaense.....	58

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da área de estudo.....	9
Mapa 2 – Distribuição do rebanho galináceo no Brasil.....	42
Mapa 3 – Área de abrangência das cooperativas avicultoras da mesorregião Oeste paranaense	45
Mapa 4 – Localização das estações de rádio com programas informativos das cooperativas da mesorregião Oeste do Paraná.....	61

LISTA DE SIGLAS

ABPA – Associação Brasileira de Proteína

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

CETIC.BR – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação

FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná

IAT – Instituto Água e Terra do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

LAAD – Latin American Agribusiness Development

PCB – Partido Comunista do Brasil

RGB – Revista Brasileira de Geografia

SINDIAVIPAR – Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 O CAMPESINATO NO PRESENTE DO CAMPO BRASILEIRO	25
1.1 COMPREENSÕES SOBRE O CAMPESINATO	25
1.2 COMPREENSÕES SOBRE O CAMPESINATO NO BRASIL	30
1.3 A ALIANÇA PARA O PROGRESSO, REVOLUÇÃO VERDE E AGRONEGÓCIO.....	33
1.4 A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA TERRA NO OESTE PARANAENSE NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	40
1.4.1 Colonização recente	41
2 AVICULTURA DE CORTE NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ	46
2.1 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO E A PRODUÇÃO DE FRANGOS DE CORTE	46
2.2 A INTEGRAÇÃO AVÍCOLA NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE	50
3 A CLASSE CAMPONESA, O CAPITAL INDUSTRIAL E AS DISPUTAS NO ESPAÇO AGRÁRIO DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE	60
3.1 MECANISMOS DE CONTROLE DO TERRITÓRIO E FORMAÇÃO IDEOLÓGICA.....	61
3.2 A CLASSE CAMPONESA NA AVICULTURA NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE: SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICES	107
ANEXOS	110

INTRODUÇÃO

Os municípios que atualmente compõem a mesorregião Oeste do Paraná possuem uma história similar, em que sua atual organização decorre da atuação de grandes empresas colonizadoras, a estrutura fundiária formada principalmente por pequenas e médias propriedades é reflexo deste modelo de ocupação. Atualmente essa região destaca-se no cenário nacional como grande produtora e exportadora de produtos agrícolas, tendo grande destaque para os de origem animal, soja e milho.

O presente trabalho investiga especialmente a produção de frangos de corte, realizada majoritariamente por camponeses avicultores através do processo de integração com as cooperativas da região. Desta relação entre camponês e o capital industrial, temos a combinação de tempos distintos em condições desiguais, e através deste exemplo buscamos demonstrar como se dá o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, onde contraditoriamente a reprodução capitalista se assenta sobre relações não-capitalistas.

Sabendo que este processo de transferência de renda das pequenas propriedades, para os grandes empresários capitalistas, como na produção de frangos de corte, não ocorre de modo harmônico e de maneira igualitária, mas sim através de um processo contraditório e desigual presente na lógica de reprodução capitalista. E considerando a multidimensionalidade do espaço, nos propomos a analisar os mecanismos que contribuem para o controle territorial e a subordinação do campesinato ao capital industrial.

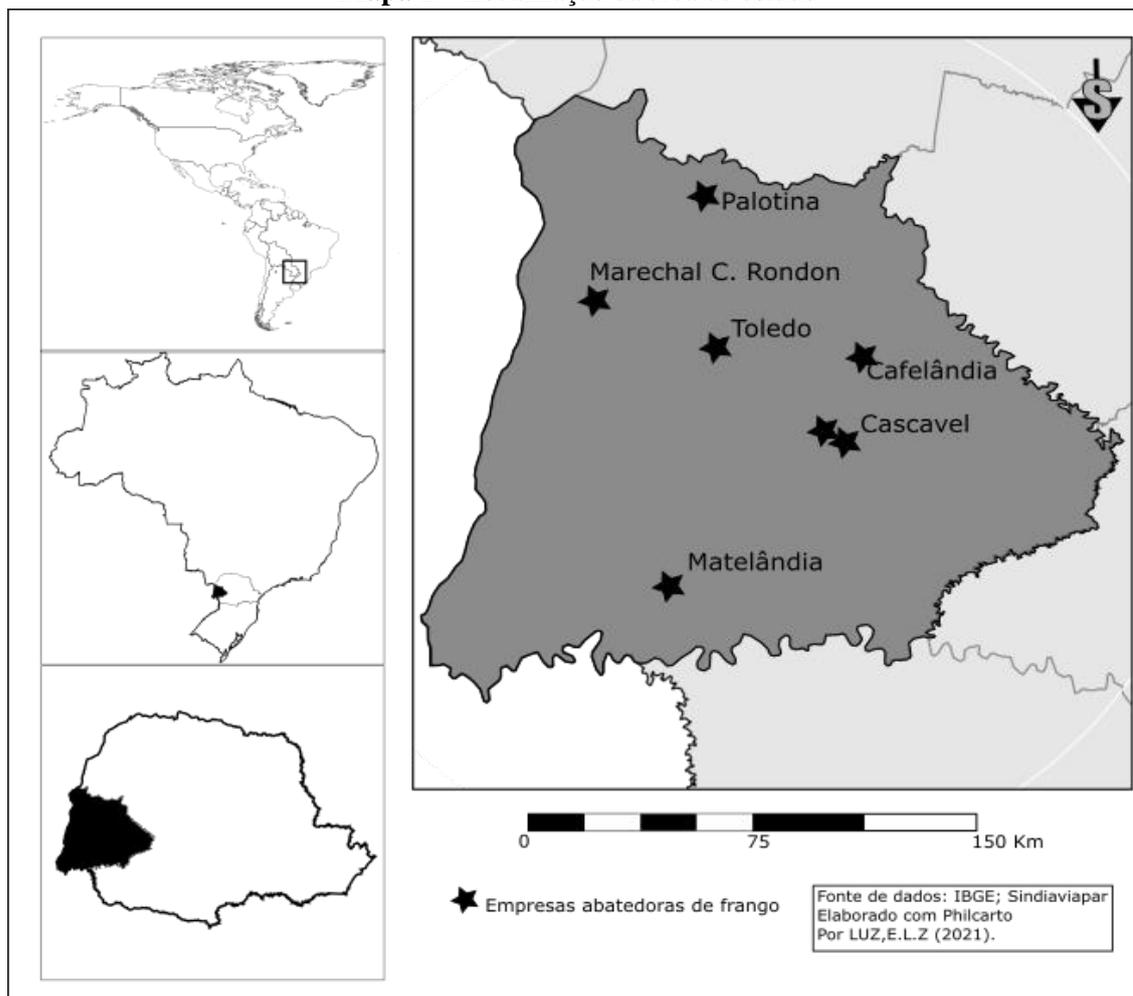
De modo a fundamentar nossa análise sobre a atualidade da classe camponesa, revisitaremos algumas das compreensões sobre permanência dessa classe social frente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Desta maneira, o presente trabalho divide-se em três capítulos, no primeiro, como já sinalizado, trataremos sobre a presença do camponês no campo brasileiro, também iremos discorrer sobre o programa governamental Aliança para o Progresso, que contribuiu para a implementação desse modelo de agricultura empresarial e, ainda neste capítulo, veremos de que modo o capital apropriou-se do espaço da mesorregião Oeste do Paraná.

No capítulo dois, aproximamos nossa análise buscando apontar de que maneira a renda camponesa produzida pelos sujeitos sociais presentes no espaço agrário da mesorregião Oeste paranaense é cooptada pelos setores centrais da economia capitalista, para tanto, apresentaremos o contexto do surgimento da avicultura integrada e quais foram os agentes que contribuíram para que esta região do estado paranaense ganhasse destaque neste tipo de produção.

As relações entre a classe camponesa e o capital industrial no espaço agrário da mesorregião Oeste paranaense serão debatidas no terceiro capítulo, exemplificaremos um dos mecanismos utilizados pelo capital industrial para a manutenção do controle territorial, buscaremos também, ao tratar dos avicultores pesquisados neste trabalho, evidenciar as características camponesas presentes nesses sujeitos sociais.

O presente trabalho direciona-se por meio da compreensão de que o capital, ao se expandir sobre o campo, pode se territorializar ou monopolizar o território (OLIVEIRA, 2001). Parte-se do pressuposto de que esse segundo processo ocorreu de modo significativo em nossa área de estudo (Mapa 1), onde o capital dominou o circuito produtivo, no entanto, sem desterritorializar a totalidade da classe camponesa, mantendo-a subordinada ao capital industrial.

Mapa 1 – Localização da área de estudo



Fonte: IBGE; Sindiaviapar. Org: Luz, E. L. Z. (2021).

Considerando que a subordinação e a desmobilização da classe camponesa, assim como a tentativa de invisibilização desse sujeito social, são frutos de uma construção política e

ideológica que contribuem para o controle e desenvolvimento capitalista sobre o campo, torna-se central para este trabalho compreender quais são os instrumentos de dominação e de controle que buscam ocultar o conflito de classes e as disputas territoriais presentes no espaço agrário e que conduziram os camponeses da mesorregião Oeste do Paraná ao sistema de integração avícola, contribuindo para a expansão do capitalismo sobre o campo.

Deste modo, para a realização deste objetivo geral e dar visibilidade à classe camponesa presente na mesorregião Oeste do Paraná, entender as especificidades desses sujeitos sociais e desnudar a relação dos camponeses com as indústrias alimentícias, foi necessário atingir os seguintes objetivos específicos: compreender a produção do espaço agrário da mesorregião Oeste do Paraná e quais os agentes e fatores que contribuíram para o seu desenvolvimento; identificar e compreender quais são os mecanismos que contribuem para a dominação e expansão do capitalismo sobre o campo na mesorregião Oeste do Paraná; analisar a relação dos camponeses avicultores com as indústrias frigoríficas presentes no Oeste paranaense; apontar e descrever o conjunto de estratégias e resistências utilizadas pelos avicultores para a garantia de sua existência social no contexto da classe camponesa.

Como conceito-chave, tem-se o território, entendendo que este não é uno, não se refere apenas a espaços delimitados fisicamente, produto final e estático, mas, sobretudo, a compreensão do conceito de território é tida a partir das relações de poder, sendo ele o produto concreto das lutas de classes (ROOS, 2015).

Buscando compreender os processos e as relações que constituem o espaço agrário da mesorregião Oeste paranaense, adotou-se como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico, compreendendo o estudo de temas como questão agrária, campesinato, luta de classes e ideologia, organização política e coletiva dos camponeses, modo de produção capitalista, renda da terra e avanço do capitalismo no campo.

Foram realizadas, ainda, coletas de dados junto a entidades e organizações, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Água e Terra do Paraná (IAT) que subsidiaram as informações gerais sobre a área de estudo. Também foram obtidos dados através de contato telefônico e via e-mail junto às cooperativas Copagril de Marechal Cândido Rondon, LAR de Medianeira, C-Vale de Palotina, Primato de Toledo e Coopavel de Cascavel todas da mesorregião Oeste do Paraná, não obtendo retorno positivo da cooperativa Copacol de Cafelândia, PR e da empresa BRF de Toledo, PR.

A pesquisa foi de caráter qualitativo e as entrevistas realizadas com os camponeses seguiram um roteiro previamente elaborado, mas dando espaço para que o entrevistado também

pudesse falar de maneira livre acerca dos possíveis desafios e conflitos na relação com a agroindústria, bem como as resistências adotadas por eles em seu cotidiano. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Para a definição do universo de pesquisa utilizamos inicialmente as informações do banco de dados do Instituto Água e Terra do Paraná (IAT), onde constam o registro das licenças ambientais ativas no Estado do Paraná, deste modo conseguimos obter o nome dos avicultores e localização dos aviários, classificados por município e por tamanho.

Concentramos nossa amostra de pesquisa nos avicultores que dispunham de aviários enquadrados como estabelecimentos de porte micro e mínimo, o nosso primeiro entrevistado foi encontrado por meio das as coordenadas geográficas disponíveis no banco de dados do IAT, a partir disto as entrevistas foram sendo realizadas a partir de indicações dos entrevistados. As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2021 e 2022, ao todo entrevistamos onze famílias camponesas, das quais, nove foram realizadas no município de Marechal Cândido Rondon - PR, duas famílias em Matelândia - PR e uma em São Miguel do Iguaçu -PR.

Como delimitação espacial teremos a mesorregião oeste paranaense, mas com o entendimento de que este recorte espaço-tempo está inserido na dinâmica global do desenvolvimento do modo de produção capitalista, portanto veremos como os acontecimentos a nível local são desdobramentos de processos gerais. Para tanto, o esforço inicial deste trabalho será situar os camponeses avicultores presentes em nossa área de estudo dentro da história da classe camponesa.

1 O CAMPESINATO NO PRESENTE DO CAMPO BRASILEIRO

Com o intuito de compreender a resistência e permanência da classe camponesa na atualidade do campo brasileiro, este capítulo inicialmente revisitará algumas das compreensões sobre a classe camponesa construídas a partir da metade final do século XIX. Veremos como esse debate se conecta com a política agrária brasileira e deixa em evidência a luta de classes travada no território. Também demonstraremos que a busca pela invisibilização desses sujeitos sociais é parte do mesmo projeto político e ideológico que se apropria dos seus resultados e reforça os aparatos de legitimação do paradigma hegemônico.

1.1 COMPREENSÕES SOBRE O CAMPESINATO

O entendimento majoritário sobre o camponês na transição do Século XIX para o Século XX, o tratava como um sujeito social fadado ao desaparecimento, não havendo lugar para esta classe no processo de desenvolvimento da sociedade. Ainda no final do Século XIX, a previsão era que com o desenvolvimento do sistema capitalista, diante de sua lógica desigual, haveria privilégios para os grandes proprietários de terra, enquanto os camponeses se tornariam proletários.

La creencia general era que en el inevitable proceso del avance económico, cada sociedad humana se dirigía necesariamente hacia una creciente división del trabajo, al establecimiento de relaciones de mercado, acumulación de capital y diversificación social. Se creía también que estos procesos se centraban en las ciudades, pero se esparcerían por el campo de manera inevitable (SHANIN, 1983, p. 17).

Shanin (1983) continua explicando sobre o entendimento geral de que, como os camponeses ricos estavam mais bem equipados e se encontravam em vantagem quanto à utilização do processo produtivo, de maneira oposta, os camponeses pobres estavam em desvantagem, e a contínua acumulação de vantagens e desvantagens levaria a uma polarização da sociedade camponesa. Em decorrência disso, nesse entendimento teríamos, de um lado agricultores ricos com características de empresários capitalistas e, de outro, agricultores pobres que perderiam suas terras e se tornariam assalariados agrícolas.

Esta *creencia general*, assim como grande parte do referencial teórico sobre campesinato, foi gestada na Rússia no fim do Século XIX. O debate era motivado pela

participação dos camponeses na Revolução Socialista e o embasamento partia de interpretações da obra de Marx, tendo como principais expoentes Kautsky (1972) e Lênin (1980).

No entanto, como nos adverte Fabrini (2004), essas interpretações se deram, sobretudo, com base no livro I de *O Capital*, em que Marx tinha como horizonte teórico os economistas clássicos. “Neste universo de interpretação não cabia o camponês. Foi uma interpretação teórica baseada na crítica da economia política e do desenvolvimento do capitalismo industrial/urbano” (2004, p. 118).

É em seu livro *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*, que Marx faz algumas considerações mais pertinentes ao campesinato, atribuindo-lhe conteúdo político. Com a Revolução Francesa, os camponeses haviam saído da condição de semisservidão e passado a condição de livres proprietários de terra. Segundo o autor, foi o desenvolvimento econômico das pequenas propriedades que suplementava a livre-concorrência, e proporcionou o começo da grande indústria nas cidades. Os camponeses eram um protesto onipresente contra a aristocracia destituída e representavam fortificações que a burguesia contava contra qualquer tipo de ataque por parte dos Senhores Feudais (MARX, 2011).

Quanto à definição dos pequenos camponeses enquanto uma classe, Marx revela uma ambiguidade, em que, de certo modo, estes poderiam ou não constituir uma classe:

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma (MARX, 2011, p. 142-143).

Ainda quanto às características dessa classe, uma definição bem emblemática usada por Marx é quando ele compara a grande massa de camponeses franceses a um “saco de batatas”, por só apresentarem grandezas parecidas, mas sem nenhuma outra ligação, e que diante disso não conseguiriam impor seu interesse de classe, precisando sempre estar tutelados a um representante. Sendo que foi ante a essa necessidade, que Luís Napoleão se apoiaria para assumir o poder na França em 1851 (MARX, 2011).

No entanto, após alguns anos do Governo Imperial de Napoleão III, e os altos impostos cobrados – os quais financiavam todo o aparelho executivo – os camponeses foram levados à extrema pauperização, situação esta, que de acordo com Marx (2011), foi vital para que percebessem os interesses antagônicos entre a classe camponesa e a burguesia. “Ou seja, eles

descobrem o seu aliado e líder natural no proletariado citadino, cuja missão é a subversão da ordem burguesa” (p. 147).

Ainda que tenha tratado de maneira indireta sobre o campesinato, este não era o objeto de estudo de Marx, ainda assim, partem daí várias interpretações que apontam para o inevitável desaparecimento do camponês. E, embora Marx tenha restringido o alcance de suas análises à Europa ocidental, o que ficou evidente em carta que responde a revolucionária populista Vera Zasulich, em 1881, sua teoria serviu de base teórica para o movimento revolucionário na Rússia.

O entendimento de Kautsky (1972) e Lênin (1980) sobre o campesinato, era de que estes desenvolviam uma relação “pré-capitalista” de produção, a qual desapareceria com o desenvolvimento das forças produtivas.

Apesar de Kautsky (1972) considerar que o campo seguiria leis próprias diante do desenvolvimento do capitalismo, haveria um progresso conjunto da agricultura e da indústria. O fato de somente a grande propriedade rural apresentar as melhores condições de absorver e implementar as mudanças advindas do progresso técnico, como novos maquinários, insumos e divisão social do trabalho, fatalmente isso causaria o fim das pequenas propriedades, que seriam absorvidas por estes novos empreendimentos, e os camponeses, por sua vez, tornar-se-iam proletários rurais (ROOS, 2015).

Outro ponto a ser destacado da visão de Kautsky (1972), é o fato de o campesinato não ser considerado sujeito político, não havendo nele conteúdo revolucionário e, desta forma, era urgente e necessário o seu desaparecimento para que em seu lugar surgisse o proletariado, imbuídos em construir uma sociedade socialista.

Em convergência à teoria do desaparecimento do campesinato, também escreve Lênin (1980), no entanto ele aponta para a via da diferenciação social, que amplificaria a desigualdade no campo. Como revela Pomar (1980) na apresentação do livro *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América*, o campesinato era visto como um tipo de relação que mascarava o antagonismo entre o capital e o trabalho, desta forma, o fim do campesinato desnudaria a contradição fundamental do capitalismo e ajudaria a combatê-lo.

Assim, a anunciada decomposição dos camponeses em patrões e proletários era uma questão necessária para possibilitar o processo revolucionário que, neste entendimento, dependeria do claro antagonismo de classe. Portanto, a ampliação e expansão do capitalismo levariam ao aumento da capacidade revolucionária da sociedade (ROOS, 2015).

Já Alexander Chayanov (1974), considerado um populista (*narodniks*) pelos Bolcheviques, pregava a permanência do camponês, pois estes sujeitos seguiam uma lógica própria baseada na relação simples entre o trabalho e o consumo. Chayanov desenvolveu sua teoria por meio do contato direto com os extensionistas rurais e com base nas informações produzidas pelos *Zemstvos*¹.

A grande crítica que Chayanov (1974) apresenta é de que os estudos, que até então haviam sido realizados, enquadravam o campesinato em categorias que não correspondiam ao seu modo de vida. Para o autor, o campesinato ia além de um setor social fadado ao desaparecimento ante o desenvolvimento do capitalismo. O camponês estava incluso em um outro sistema econômico que seguia suas leis próprias.

Segundo Chayanov (1974), dentro da lógica camponesa não é o lucro que determina as decisões, mas sim a relação entre a satisfação da demanda da família e a penosidade do trabalho. E assim, ao aumentar o tamanho da família com o nascimento de uma criança, crescerá a intensidade do trabalho, mas quando este mesmo filho crescer e puder também trabalhar, a penosidade do trabalho será diminuída, pois o que determina o comportamento do camponês são as necessidades da reprodução de toda a família, e não de cada um dos indivíduos.

Santos (2016) aponta que a divergência entre a teoria de Chayanov frente a de Lênin e Kaustky, se dá no ponto em que Chayanov, ao desenvolver sua análise, identifica uma lógica própria no campesinato, com suas próprias leis, alheio ao capitalismo, e já os teóricos marxistas desconsideram essa “especificidade camponesa”, assim como não identificavam potencial político.

A questão da classe camponesa presente na obra de Marx e a interpretação de que para o campesinato não haveria lugar no capitalismo, de acordo com Santos (2016), se dá em virtude de uma negligência em relação à dimensão subjetiva na interpretação das teorias marxianas. Neste sentido, Fabrini (2004) aponta que “A leitura de Marx é feita como se ele fosse um teórico do desenvolvimento igual e das forças produtivas (evolucionista) e não da revolução e do conflito de classes” (p. 122).

De modo a iluminar a questão do campesinato no capitalismo, Santos (2016) demonstra que uma chave analítica para o entendimento desta questão é a relação dialética da objetividade-subjetividade, ou seja, levar em conta os fatores estruturais e as relações econômicas a que estão

¹ Órgãos regionais criados pelo governo, para efetuar a coleta e processamento de dados relativos ao campesinato russo.

submetidos, mas sem desconsiderar os aspectos superestruturais e a atuação política camponesa na história.

Na Rússia, inspirados na concepção marxista sobre a classe camponesa e diante de grandes greves industriais, inquietações populares e as inúmeras perdas sofridas pelo exército Czarista na 1ª Guerra Mundial, é que Stalin, Lênin e Trotsky, à frente dos Bolcheviques, conduziram a maior revolução social do século XX.

A base da Revolução Russa foi o segmento intelectual do proletariado. Foram eles que dirigiram a revolução, feita pelo pequeno proletariado industrial e pelos milhões de camponeses através de uma aliança tática. Os revolucionários prometeram aos camponeses a eliminação das relações de exploração do Estado sobre o *mir*, o fim dos pagamentos referentes ao resgate do dinheiro emprestado pelo Estado quando do final da servidão, impostos mais baixos e distribuição da terra (SANZ-PASTOR, 1988, p. 22 apud OLIVEIRA, 2007, p. 74).

Como apontado, a Revolução Russa foi dirigida pelo pequeno proletariado industrial e uma ampla maioria de camponeses, para que tal movimento revolucionário conquistasse êxito, houve a necessidade desta aliança tática entre o campesinato e o proletariado, de modo a somar forças e superar a realidade posta, todavia, a interpretação desta realidade se deu sob a ótica marxista.

Na década de 80 do século XIX, na época da luta dos marxistas contra os populistas, o proletariado da Rússia representava uma minoria ínfima em comparação com os camponeses individuais que constituíam a imensa maioria da população. Porém o proletariado estava a desenvolver-se como classe, enquanto o campesinato se desagregava como classe. E foi precisamente porque estava a desenvolver-se como classe, que os marxistas se orientaram para o proletariado. E não se enganaram, já que, como se sabe, o proletariado, que era uma força pouco importante, tornou-se depois uma força histórica e política de primeira ordem (STÁLIN, 1945).

Isso revela a leitura conjuntural que Stálin realiza sobre como se dava a organização do campo de poder ainda numa Rússia Czarista no final do século XIX. Deste modo, entende-se que mais do que uma análise científica sobre a realidade Russa, era uma necessidade política, de modo a possibilitar o processo revolucionário.

Ainda quanto à revolução de 1917, há entendimentos, como o de Mitrany (1957) apud Fabrini (2018), que veem a Revolução Russa como camponesa, mas que foi apoderada pelos bolcheviques. Wolf (1984) soma-se a esta compreensão ao afirmar que, além da Russa, o

campesinato realizou muitas outras revoluções, como a Mexicana de 1912 a 1920, a Chinesa de 1939 a 1949, a Cubana em 1956, a do Vietnã em 1969, entre tantas mais.

Essa rápida e breve revisitação às formulações históricas sobre o campesinato no mundo contribui para demonstrar a participação política da classe camponesa, mas deixa ainda lacunas para a clara compreensão de como estes movimentos políticos se relacionam com a dinâmica global da expansão da acumulação capitalista. Tais compreensões sobre a atualidade e força revolucionária do camponês, ainda não consensuais mesmo dentro do campo progressista, serão confrontadas com a realidade do desigual campo brasileiro e a especificidade deste espaço agrário.

1.2 COMPREENSÕES SOBRE O CAMPESINATO NO BRASIL

O debate no Brasil se dá diante da inquestionável permanência de pequenas propriedades e mão de obra familiar, mesmo com o pleno desenvolvimento do capitalismo no setor agrário, assim surgem outros entendimentos acerca do campesinato. Dentre as correntes mais difundidas, está a defendida por Abramovay (1998), que relaciona a permanência da agricultura familiar no campo, condicionada a uma transformação em empresa familiar rural, pois desta maneira estariam aptos à adoção de novas tecnologias e adaptados ao mercado. Ou seja, os camponeses sofreriam uma metamorfose, tornando-se então, agricultores profissionais, aquilo que Chayanov definia como um modo de vida, passaria a ser uma profissão, uma nova forma de trabalho.

Em contraponto a essa visão evolucionista que vislumbra o desaparecimento do camponês através de uma metamorfose, autores como Martins (1981) e Oliveira (1996) compreendem que a classe camponesa se faz presente no capitalismo, pois a presença de relações não-capitalistas se faz necessária para possibilitar e ampliar a produção do capital. Martins é enfático quando afirma também que não há como comparar a situação brasileira com a situação russa do Século XX.

Lá o campesinato resistia a expansão do capital porque era um campesinato apegado, ligado à terra. [...] Lá, era um campesinato que não queria sair da terra, que queria permanecer defensivamente alheio ao capitalismo. [...] (Aqui) É um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu (MARTINS, 1981 p. 15-16).

O campesinato no Brasil é constituído das contradições do capitalismo, que apoiam a sua expansão em relações não-capitalistas. É diante deste entendimento que Martins (1981) compreende que, mesmo durante o período escravocrata, já havia a reprodução capitalista através de relações não-capitalistas, pois o valor do escravo sendo regulado pela taxa de lucro médio, prova que já havia uma relação capitalista. No entanto, o fato de serem trabalhadores que não dispunham nem mesmo de sua força de trabalho, trata-se de uma relação não capitalista.

De acordo com essa corrente de pensamento camponista, para o capitalismo se desenvolver não é necessário que todas as relações sociais sejam tipicamente capitalistas. E é através da lógica contraditória, desigual e combinada do sistema capitalista, que ocorre a recriação do campesinato dentro deste modo de produção.

[...] o desenvolvimento do capitalismo é movido por suas contradições. Assim, encontrar-se-á a agricultura brasileira assentada, de um lado, em relações especificamente capitalistas, trabalho assalariado, mecanização, alta tecnologia, e de outro, uma agricultura baseada na articulação de formas não-capitalistas de produção, como o trabalho familiar camponês (OLIVEIRA, 2007, p. 21).

De acordo com Martins (1981), a palavra “camponês” chegou ao Brasil via importação política somente a partir de 1950, antes disso, este mesmo sujeito recebia outros nomes, como caipira, caiçara, tabaréu, caboclo etc. A palavra vem à tona também porque foi a partir dos anos 1950, que camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores.

Certamente, o que marcou e definiu as lutas camponesas dessa época foi a disputa entre as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja pela hegemonia na organização dos camponeses e trabalhadores rurais, disputa apoiada nas lutas camponesas que irromperam, então, em vários pontos do país (MARTINS, 1981, p. 10).

Podemos assim interpretar esse momento da história do campesinato brasileiro, como o reconhecimento por parte das Ligas Camponesas, do PCB (Partido Comunista Brasileiro), e da Igreja, do poder camponês, e a disputa citada por Martins (1981) é pela capitulação destes sujeitos. Desse embate, forja-se uma aliança entre os católicos e os comunistas, e funda-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), no entanto, após 1964, ao passo que se consolidam os sindicatos no campo, o PCB vai perdendo sua influência junto aos camponeses.

Martins (1981) aponta que isso não se explica apenas pela perseguição feroz movida pelos militares, mas também pela posição doutrinária a respeito da superioridade política das lutas operárias sobre as lutas camponesas. O problema em questão, apontado por Martins, é em relação à posição ortodoxa dos teóricos que interpretaram o campo brasileiro, sobretudo o lugar do campesinato na sociedade, utilizando-se de estudos sobre a situação Russa do Século XIX.

O lugar do campesinato na sociedade e o embate pela sua tutela política é parte da história do campesinato brasileiro, deste modo, façamos uma breve retomada da leitura política que estes atores realizavam sobre o momento em questão, e qual eram os objetivos que estavam em jogo.

O Partido Comunista, em 1950, com o “Manifesto de agosto”, defendia uma linha radical em relação aos problemas do campo, propondo uma união de operários, camponeses e camadas médias. No final de 1953, foi reafirmada pelo partido, a confiscação das terras dos latifundiários e a entrega gratuita aos camponeses, mas nesta mesma declaração era falada de uma frente única, e que as mudanças seriam realizadas por meio de eleições sem trocar as bases do regime. No IV Congresso Comunista em 1954, ocorreram mudanças mais significativas no programa político, como a de não confiscar os capitais e empresas da burguesia brasileira. Por fim, já em 1960, no V Congresso, falou-se, em primeiro lugar, em trabalhadores rurais, deixando em segundo plano os camponeses sem terra.

De acordo com Martins (1981), essa mudança de ênfase que ocorreu no decorrer da década de 1950 mostra também a mudança de concepção sobre a “expansão do mercado interno”. É que a penetração capitalista no campo, além de aumentar o número dos camponeses ricos, fez crescer também o número de camponeses proletarizados total ou parcialmente, aumentou o número de assalariados rurais e promoveu a emigração para as cidades (MARTINS, 1981).

Esse novo direcionamento do Partido Comunista, em preocupar-se com ampliação do mercado interno e sua política de ampla frente única, alinhava-se com os programas da Igreja e, também, do governo Goulart, ainda que os objetivos finais fossem antagônicos, pois inicialmente o envolvimento da Igreja com o campesinato era uma clara demonstração de frear uma revolução comunista.

No entendimento dos bispos, só a fixação do homem à terra evitaria o êxodo, a proletarização. A transformação do trabalhador em pequeno proprietário constituía, assim, a única saída para salvá-lo do comunismo. As propostas de reforma agrária que nasceram dessas

interpretações foram, portanto, propostas destinadas a criar uma classe de camponeses que servisse como barreira de contenção da maré vermelha (MARTINS, 1981).

A proposta de Goulart e do Partido Trabalhista Brasileiro para os problemas do campo também visava o desenvolvimento econômico, independentemente de base nacional e a extensão do populismo ao campo, sendo elencada como um dos principais problemas do país a elevação dos preços dos gêneros alimentícios, devido à oferta insuficiente de alimentos. Isso era atribuído à estrutura fundiária, em que havia de um lado milhares de camponeses sem terra, e de outro latifúndios improdutivos. Dentro dessa proposta, a reforma agrária aumentaria a produção de alimentos, e ampliaria o mercado interno com um fluxo maior de renda no meio rural. Isso propiciaria o desenvolvimento da indústria nacional e criaria mais empregos nas cidades (MARTINS, 1981).

Partindo desses apontamentos, vimos que, hegemonicamente, as pautas dos grupos políticos falavam em aumentar os lucros da burguesia local através da ampliação do mercado interno, estratégia definida buscando desenvolver um capitalismo autônomo. Ao passo que esta posição afastava a possibilidade de uma revolução camponesa (MARTINS, 1981), também favorecia o aumento de lucro da burguesia nacional através dos negócios da terra, grilagens e especulações. Deste cenário apresentado, em suma, podemos destacar dois pontos: o primeiro é que ampliar o mercado interno era pauta de praticamente todos os grupos políticos, e o segundo é que não tivemos de fato uma organização nacional em torno de uma revolução camponesa.

De qualquer modo, o desfecho destes movimentos políticos é de uma drástica ruptura de qualquer avanço conquistado através do golpe conduzido pelos militares, mas fomentado pela burguesia nacional, intelectuais a serviço da elite e agentes internacionais, um golpe que trouxe à tona o que estava sendo tramado há algum tempo.

1.3 A ALIANÇA PARA O PROGRESSO, REVOLUÇÃO VERDE E AGRONEGÓCIO

Muito antes do golpe militar de 1964, os empresários brasileiros e norte-americanos organizados no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) já estavam incumbidos de preparar um diagnóstico da situação fundiária brasileira e de proporem um projeto de lei de reforma agrária do ponto de vista da burguesia e dos grupos econômicos estrangeiros. Esse projeto constituiu o miolo do projeto de reforma agrária proposto pelos militares em 1964 (MARTINS, 1981).

O que deixa ainda mais evidente a influência estadunidense no golpe de 1964 e, sobretudo, na política agrária implantada pela ditadura, é a declaração feita pelo Marechal Castelo Branco ao enviar tal proposta para o Congresso Nacional: “[...] com essa medida o governo brasileiro honrava os compromissos internacionais assumidos na Carta de Punta del Este” (MARTINS, 1981, p. 93).

A Carta de Punta del Este trata-se de um documento produzido em agosto de 1961, no Uruguai, em que era detalhado o programa “Aliança para o Progresso”, que surgiu no contexto da Guerra Fria, período em que aumentaram as preocupações com uma possível revolução social nos países da América Latina, sobretudo após a revolução Cubana de 1959.

Esse programa (Aliança para o Progresso) foi um esforço para tratar as causas do descontentamento latino-americano, impulsionado pelas forças do nacionalismo e pelo que era conhecido como “revolução das aspirações crescentes”. Reconhecia-se que havia um desejo geral de mudança econômica e social nas sociedades locais, que caso não fosse atendida, poderia aumentar o perigo da difusão do comunismo no continente, como mostrava o exemplo cubano (RIBEIRO, 2006, p. 157).

Ainda conforme Ribeiro (2006), a “Aliança para o Progresso” foi gestada partindo da tese da convergência, que espelhava a teoria dos estágios de Rostow (1966), desenvolvida em “Etapas do Desenvolvimento Econômico”, obra escrita durante o ano de 1960. Essa tese entende que o subdesenvolvimento é um estágio do desenvolvimento, um caminho a ser percorrido, analisam a condição de uma determinada nação destacada do processo global do desenvolvimento capitalista.

Assim, a “Aliança para o Progresso” tornou-se o veículo difusor dos ideais imperialistas dos Estados Unidos através da teoria da modernização, realizando uma ofensiva anticomunista sobre o continente americano e freando ímpetus revolucionários da América Latina, que buscava um desenvolvimento autônomo com fortalecimento do mercado interno através de investimento estatal.

São perceptíveis o viés ideológico e o objetivo geopolítico que motivaram a formulação e a implantação deste programa de ajuda estadunidense para os países da América Latina. O mundo no pós-guerra vivia uma instabilidade econômica e social, a polarização política e as lutas de classe deixavam as nações na eminência de novas revoluções e, dessa forma, era preciso buscar soluções para os problemas (do Capital).

Conforme aponta Porto Gonçalves (2004), era preciso descontextualizar o problema da miséria e da fome, a solução não estaria então no campo político, e sim no tecnológico. E com

o intuito de escamotear a essência dos problemas que assolavam o mundo, sobretudo os países denominados subdesenvolvidos (aqui, a própria classificação em: países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, já induz a percepção de um processo a ser vivido em busca do desenvolvimento), surgem soluções e cunham-se conceitos como a “Revolução Verde”, de amplitude mundial e que na América Latina é difundida e implementada por meio dos mesmos canais abertos pela “Aliança para o Progresso”.

A própria denominação Revolução Verde para o conjunto de transformações nas relações de poder por meio da tecnologia indica o caráter político e ideológico que estava implicado. A Revolução Verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949. Afinal, a grande marcha de camponeses lutando contra a fome brandindo bandeiras vermelhas deixara fortes marcas no imaginário. A revolução verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico. O verde dessa revolução reflete o medo do perigo vermelho, como se dizia à época. Há, aqui, com essa expressão Revolução Verde, uma técnica própria da política, aqui por meio da retórica (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 8).

No trecho acima, Porto Gonçalves (2004) destaca que a expressão “Revolução Verde” foi implementada através da retórica, ou seja, um instrumento linguístico que busca convencer através da persuasão de que o que está sendo dito é verdade. Neste caso, em que as bandeiras se erguiam contra a fome e a miséria, e só através da revolução os problemas seriam solucionados, a ciência e a tecnologia foram propagadas como a solução, e teve-se a revolução, só que não vermelha, e sim a verde.

O conceito de "revolução verde" foi criado a partir da ideia de uma suposta neutralidade científica. A noção da ciência como desprovida de conteúdo político, ou seja, acima do "bem e do mal", significa que não deve ser questionada. Segundo Vandana Shiva (1991):

Enquanto a própria ciência é um produto de forças sociais, e tem uma agenda social determinada por aqueles que podem mobilizar a produção científica, na contemporaneidade a atividade científica tem sido atribuída a uma posição epistemológica privilegiada de ser social e politicamente neutra (SHIVA, 1991, p. 21)².

²Texto original: “While science itself is a product of social forces, and has a social agenda determined by those who can mobilise scientific production, in contemporary times scientific activity has been assigned a privileged epistemological position of being socially and politically neutral.”

Assim, ao invocar-se a superioridade científica, colocando-a acima de qualquer julgamento moral, esquiva-se de um embate direto contra as forças populares que buscavam mudanças políticas, e prega-se justamente o contrário, ou seja, a ciência e a tecnologia estão do lado do povo. No entanto, quando verificamos as origens da “revolução verde”, vislumbramos que este conceito, além de fazer frente e buscar combater o “perigo” comunista, carrega consigo também uma intencionalidade mais direta, de ordem econômica e interesse privado.

É o que vemos quando identificamos que o impulso inicial para este modelo, conhecido como "revolução verde", foi dado por duas instituições privadas, as fundações Ford e Rockfeller, em colaboração com agências do governo estadunidense, principalmente a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Banco Mundial.

Para além disso, Mendonça (2013) nos mostra que essa revolução começa ser gestada ainda no período da Depressão Econômica da década de 1930, quando o governo americano, buscando resolver seus problemas internos, restringiu a importação de alimentos, subsidiou a produção e deu garantia de preço de compra, medidas que geraram excedentes de produtos no mercado. Esse foi o momento em que os Estados Unidos se utilizaram do discurso de “ajuda alimentar” para impulsionar suas exportações, o próximo passo foi as instalações de empresas subsidiárias em outros países.

Foi também nos Estados Unidos que, anos mais tarde, foi desenvolvido o conceito de Agronegócio (*Agribusiness*), na *School of Business Administration*, da Universidade de Harvard, com o estudo “*A Concept of agribusiness*” de John Davis e Ray Goldberg, publicado em 1957. O livro busca transmitir que através do “progresso” científico aplicado na agricultura, o campo estaria passando por grandes transformações e, diante do aumento dos custos de produção, transporte, processamento e distribuição dos alimentos, havia a necessidade de formular políticas públicas em apoio às grandes explorações agrícolas.

A principal mudança observada pelos formuladores do conceito de *agribusiness* é que as "fazendas modernas" deixaram de ser autossustentáveis e passaram a ter função comercial, com sua produção baseada em monocultivos. Atividades como armazenamento, processamento e distribuição dos produtos foram transferidas para outras empresas, que também passaram a produzir produtos industriais utilizados neste modelo agrícola, como tratores, caminhões, combustível, fertilizantes, ração, pesticidas, entre outros.

Conseqüentemente, haveria uma interdependência entre estes setores, mas segundo Davis e Goldberg, até então não existia uma palavra para descrever este processo de fusão entre

agricultura e indústria. Daí a proposta de se utilizar o termo *agribusiness*, pois, segundo os autores, "nosso vocabulário não acompanhou o progresso" (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p. 2).

Muito desse "progresso" científico, ao qual os autores se referem, fazendo alusão aos novos maquinários e agrotóxicos disponíveis no mercado, foi resultado de pesquisas e desenvolvimento de veículos bélicos e armas químicas durante a Segunda Guerra Mundial. As indústrias fabricantes de veículos de guerra e venenos usados como armas químicas durante os conflitos encontraram na agricultura um novo mercado para seus produtos, assim, essas indústrias logo iniciaram uma agressiva campanha mundial para disseminar o uso dos novos produtos disponíveis.

Da maneira como os autores constroem este conceito, percebe-se a intenção de implantar a ideia de que o agronegócio (*agribusiness*) sempre esteve presente, e esta nova palavra apenas atualizaria o nosso vocabulário, desta forma estava estabelecido que o conceito de *agribusiness* representa o conjunto de setores econômicos interdependentes. Oliveira (2016) é enfático ao afirmar que é evidente que há relações intersetoriais na economia, porém negar as especificidades de cada um deles é negar o óbvio. Mesmo assim, é com base na premissa que o *agribusiness* é um grande sistema que agrega outros subsistemas em seu todo, que os ideólogos do *agribusiness* chegaram à constatação de que este setor representaria entre 35% e 50% do montante da economia estadunidense em 1954.

Esses apontamentos não deixam dúvidas do viés político e econômico a partir do qual estes programas e conceitos foram pensados, contudo, no contexto analisado, sobretudo no período pós-guerra, a "idade de ouro da ideologia supraideológica" (MÉSZÁROS, 2004), o discurso dominante tinha como modelo ideal os Estados Unidos e o consenso era de que a solução para o subdesenvolvimento se daria através da modernização.

Voltamos agora para o contexto local, e passamos a verificar como se deu a expansão da "revolução verde" e, posteriormente, o conceito de agronegócio aqui em nosso país. Ross (2000) traz a explicação de que a base política e ideológica para a expansão do conceito de agronegócio na América Latina se dá por meio da criação da Latin American Agribusiness Development Corporation (LAAD) por empresas e pelo governo estadunidense. Esta empresa começa a ser forjada no período da Guerra Fria e coincide com a difusão do programa 'Aliança para o Progresso', estabelecido pelo então presidente John F. Kennedy, com o objetivo de frear a influência da revolução cubana na região.

Diante do que vimos anteriormente, percebemos que os conceitos forjados nos *think tanks*³ norte-americanas, implantados e difundidos na América Latina, não apenas coincidem com o programa “Aliança para o Progresso”, mas compõem a essência do conteúdo que esse programa carrega.

Aqui, mais uma vez, é o interesse privado e elitista que conduz este processo e, dentre as principais promotoras e financiadoras da LAAD estão empresas como a Cargill, Monsanto, Caterpillar, Dow Chemical (DowDuPont), Gerber Products (Nestlé), Ralston Purina e Goodyear além dos bancos: Rabobank Nederland, Chase Manhattan, Bank of America, Girard Bank e Southeast Banking Corporation of Miami (MENDONÇA, 2013).

A fundação da LAAD que é especializada em financiar projetos do agronegócio só ocorreu de fato em 1972, no entanto antes disso as fundações Ford e Rockefeller já financiavam e promoviam pesquisas buscando difundir este pacote tecnológico da “Revolução Verde”. Até 1974 já existiam mais de 80 universidades que ofertavam cursos em agronegócio nos Estados Unidos e em pelo menos 10 outros países, e de acordo com Shiva (1991), a concessão de bolsas de estudo para pesquisadores estrangeiros fazia parte da estratégia de difusão dessa política agrícola.

Como já visto, aqui no Brasil ficou nítida a atuação direta de muitos destes intelectuais e empresários na implementação das novas políticas agrárias, que passaram a vigorar após o Golpe de 1964. Muitos dos empresários, como Dênio Nogueira, José Garrido Torres, que integravam o IPES e participaram de prévios estudos sobre a campo brasileiro, passaram a ocupar posições de prestígio dentro do governo militar. Dentre estes destaca-se Paulo de Assis Ribeiro, que passou a presidir o recém-criado Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), após a aprovação do Estatuto da Terra (MARTINS, 1981).

Seguindo a cartilha, já previamente elaborada de acordo com os interesses da burguesia nacional e alinhada com a política econômica dos Estados Unidos, uma das primeiras medidas adotadas pelo governo foi definir os termos da reforma agrária, agora não aquela que já tinha sido reivindicada pelo PCB e pelas Ligas Camponesas, mas uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe (MARTINS, 1981).

³ Podendo ser traduzido como “tanque de ideias”, no mesmo sentido que conceito de aparelhos privados de hegemonia de Gramsci.

Referente a este mesmo período, Oliveira (1996) afirma que com a elevação das taxas de produtividade diante da internacionalização da economia, as relações de trabalho transformaram-se, fazendo o assalariamento no campo expandir-se em todo país. De maneira contraditória diante do desenvolvimento do capitalismo no campo, também eclodiam movimentos de luta pelo acesso à terra do nordeste ao sul do país.

Os governos militares procuraram “administrar” essa contradição e, ao mesmo tempo, aprofundaram-na. Reprimiram os movimentos populares e deram todo o apoio aos investimentos incentivados no campo. Transformaram, nesse processo, os grandes capitalistas nacionais ou internacionais em grandes latifundiários através do programa de incentivos fiscais da Superintendência Desenvolvimento Amazônia (SUDAM) para os projetos agropecuários na Amazônia (OLIVEIRA, 1996).

Para além dos subsídios fiscais da década de 1970 aos projetos agropecuários, Paulino (2007) também aponta para os créditos diretos e a concessão de um enorme patrimônio fundiário, incluindo-se territórios indígenas, posses camponesas e terras públicas.

Concomitantemente vieram as políticas disseminadoras da ‘Revolução Verde’, apoiadas em um aporte de recursos públicos sem paralelo para a conversão a um paradigma empresarial na agricultura, e que dadas as benesses creditícias, incluindo juros negativos, foram alvo de inumeráveis desvios, de modo que parte ponderável dos recursos acabou sendo transferida para aplicações financeiras, ampliação dos bens patrimoniais no campo e na cidade, entre outros (PAULINO, 2007, p. 175).

Esse aporte de recursos públicos foi de fundamental importância para a consolidação deste novo paradigma para o campo, do modelo de desenvolvimento adotado pelo país, o qual não privilegiava a participação camponesa, para o camponês o ingresso neste modelo de produção se deu pela porta de serviço.

Diante do que vimos anteriormente, percebemos que essa opção do Estado pelo agronegócio, mais do que um projeto econômico é, sobretudo, um projeto político e ideológico. Um ajuste do modelo econômico brasileiro buscando maior inserção na lógica do mercado global, onde a ação conjunta de instituições públicas e privadas na construção de uma narrativa hegemônica cria todo um aparato ideológico, buscando promover o consumo de insumos e máquinas produzidas industrialmente, assim, a propaganda modernidade que seria levada ao campo nada mais era do que o avanço e subordinação da agricultura pelo capital através de seus atores hegemônicos.

É importante lembrar que a agricultura comercial praticada no Brasil, já de início foi vinculada ao mercado global. Mas foi a partir da segunda metade do Século XX que ocorreu o aprofundamento dessa inserção, sobretudo a partir dos governos militares que inauguraram uma situação que Oliveira (2006), referindo-se ao mecanismo de crescimento da dívida pública brasileira, chamou de: “o cachorro correndo atrás do rabo”, pois diante do modelo agrário adotado baseado na exportação de *commodities*, quanto mais se exportou, mais se pagou de dívida.

Com os governos militares pós 1964, intensificou-se, portanto, o processo de inserção do Brasil no capitalismo internacional e, com ele, o processo de crescimento da dívida externa. Era e continua sendo necessário aumentar as exportações para pagar os juros da dívida. Aliás, em 1964, ela era de 2,5 bilhões de dólares, e em 1984, era de 102 bilhões de dólares. Cabe salientar que, entre 1981 e 1984, foi pago pelo governo militar 30,7 bilhões de dólares de juros da dívida externa, ou seja, pouco mais de 30% de seu montante (OLIVEIRA, 2003).

O autor nos explica de que maneira este mecanismo funciona e como dentro do atual modelo agroexportador há a necessidade de uma contínua expansão do plantio de *commodities* agrícolas em detrimento a alimentos para consumo interno. O país fez e continua fazendo empréstimos para ampliar sua produção, ou seja, para saldar a dívida é preciso exportar e sujeitar-se aos preços internacionais. Como os preços das matérias-primas têm baixado, o país precisa ampliar a produção para saldar o débito, volta-se então ao início do processo, tomando mais empréstimo e, conseqüentemente, a dívida só aumenta e o valor dos produtos no mercado mundial tende a cair, pois a oferta é cada vez maior (OLIVEIRA, 1996).

Mas para que este modelo produtivo agroexportador pudesse avançar cada vez mais sobre o território nacional, antes era preciso que este paradigma da agricultura empresarial se tornasse hegemônico, esse respaldo da opinião pública, como vimos, foi facilitado pela ação direta do Estado através de políticas públicas e incentivos fiscais, pela ação de grandes empresas e organismos internacionais, difundindo as vantagens desta “modernidade” no campo, financiando campanhas publicitárias, estudos dentro das universidades e órgãos de pesquisa. Todo esse aparato serviu, em primeiro lugar, para despolitizar o campo e aos poucos construindo no imaginário social um inevitável caminho único em direção ao futuro.

1.4 A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA TERRA NO OESTE PARANAENSE NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Ao longo deste item, usaremos o termo ocupação da mesorregião Oeste do Paraná, nos referindo à última etapa do longo processo de formação territorial. Este processo, também tratado como colonização ou ocupação recente do Oeste paranaense consiste na territorialização da fronteira econômica que promoveu a eliminação e a expulsão dos povos da terra. A terra, deixando de ser fonte de alimento e trabalho e submetendo-se a lógica da exploração econômica, a conversão da terra em mercadoria.

1.4.1 Colonização recente

De modo a distinguir as diferentes etapas dessa ocupação do Oeste do Paraná, Piori (2012) estratifica este processo em quatro etapas. A primeira refere-se à ocupação indígena presente em todo o continente Sul-americano, uma segunda etapa é marcada pela presença dos padres jesuítas espanhóis, momento em que organizaram o espaço através das reduções jesuíticas até serem caçados e destruídos pelos bandeirantes. Já a partir de 1881 até os anos 1930, o processo de ocupação é empreendido pelas *Obrages*, sobretudo empresários argentinos que por meio dos *mensus* faziam a exploração de erva-mate e madeira neste espaço. Após 1930 é que ocorre então a quarta e mais recente etapa deste processo, e é o que o autor define como a colonização moderna do Oeste paranaense.

Essa periodização ajuda a organizar o pensamento, mas é importante ressaltar que este processo está longe de desenvolver-se de modo linear, ou mesmo que as etapas foram superadas, e a cada capítulo o território se organiza partindo de um “plano vazio” ou planície isotrópica (CORRÊA, 2000). Este processo de ocupação também não se encontra acabado, continua em movimento, carregando consigo, neste caminho meandrante, as marcas da violência e da desigualdade empregadas na formação deste espaço social.

A apropriação capitalista da terra no Oeste paranaense, que consistiu em parte na reconstrução do espaço colonial, das antigas colônias de imigrantes em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, também revelou a necessidade que o Capital tem em fazer coexistir espaços desiguais e combinados em distintos tempos, a convivência do “velho” e do “novo”. Das antigas relações de trabalho com as modernas formas de acumulação. São elementos que, conforme Graziano Silva (1981), revelam a “debilidade” das transformações capitalistas na agricultura brasileira, não que este modo de produção não fosse dominante, mas essa combinação do “atrasado” com o “moderno” configura-se como a característica do desenvolvimento capitalista neste espaço.

A apropriação ou ocupação atual da mesorregião Oeste passa, sem dúvida, pela atuação do Estado, muito mais como facilitador dos agentes privados que atuaram e lucraram com a “colonização” da região do que como um organizador do território. Nosso ponto de partida será meados do Século XX, período em que já havia se encerrado o ciclo econômico da erva-mate e quando se desdobrava a mais recente etapa de ocupação da mesorregião Oeste do Paraná.

A extração da erva-mate marcou a história do Paraná, no entanto na porção mais a Oeste do território, o controle da exploração ervateira tenha predominantemente ficado nas mãos estrangeiras, sobretudo de empresários argentinos que, através da mão de obra dos chamados *Mensus*, extraíam a erva nativa e levavam via Rio Paraná.

Com Vargas no Governo, dá-se início à política da “Marcha para o Oeste”, em que são tomadas medidas buscando uma maior presença e controle das fronteiras nacionais. Dentre as providências, está o Decreto 19.842 de dezembro de 1930, que impõe as empresas estrangeiras que atuam no Brasil um mínimo de dois terços de trabalhadores brasileiros. Outra medida que também revela os esforços do Governo Federal em ocupar a faixa de fronteira é a criação do Território do Iguaçu e do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, que ficou incumbido de construir a hoje denominada Rodovia 277 (GREGORY, 2002).

Precisamos apontar para as ponderações trazidas por Minsky (2002) de que para concretização desta política territorial do governo Vargas, houve todo um discurso carregado de significados que tratavam do Oeste do Paraná como “sertão”, uma terra a desbravar-se. De acordo com o historiador, essa construção ideológica se fez necessária:

Para garantir a posse política econômica da região de fronteira, como para escamotear uma realidade contrária aos ‘interesses nacionais’ do Estado Novo e de ‘eliminar’ da história as populações indígenas, os posseiros e empresas paraguaias e argentinas que exploravam as terras localizadas dentro da Faixa de Fronteira até o final da década de 1930 (MINSKY, 2002, p. 142).

O historiador Valdir Gregory (2002) ainda nos traz dois elementos que, de acordo com ele, contribuíram de sobremaneira para a “colonização” do Oeste do Paraná, destacando que:

A conjuntura mundial em crise e as incertezas das companhias estrangeiras que operavam no Oeste do Paraná fizeram com que fossem desativados seus empreendimentos ou entrassem em falência [...] (e) as velhas colônias de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina já tinham excedentes populacionais suficientes dispostos a tentar reproduzir suas condições de colonos (GREGORY, 2002, p. 91).

Percebemos, deste modo, a ação de dois fatores: um externo e outro interno. O primeiro decorrendo de uma crise mundial no período entre guerras, o que fez com que as empresas que atuavam nesta região paralisassem as operações ou falissem por completo, fator que fez despertar o interesse dos empresários nacionais. Já o segundo elemento apontado por Gregory (2002) decorre dos excedentes populacionais das antigas colônias de imigrantes, ou seja, mais ao Sul na região, onde estes camponeses já estavam instalados, não havia mais terras disponíveis ou o preço a pagar por elas era alto demais, desta forma, a possibilidade de terras novas em uma nova “colônia” tornava-se interessante.

Martins (1981), ao descrever as características da classe camponesa brasileira, já chamava a atenção para o deslocamento dos camponeses-posseiros e pequenos proprietários, este mesmo sujeito que Gregory (2002) chama de colono.

O camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses-proprietários do sul é uma história de migrações. Há cem anos, foram trazidos da Europa para o RS, SC, PR, SP e ES. Há pouco mais de 30 anos deslocaram-se para as regiões novas do Paraná (MARTINS, 1981, p. 17).

Ainda conforme Martins (1981), ambos os deslocamentos: o do camponês pequeno proprietário e, também o camponês posseiro, são determinados pelo avanço do capital sobre a terra. Na mesorregião Oeste do Paraná, o capital é representado, nesse momento, pelas empresas exploradoras de madeira e loteadoras que atuavam nesta região. Tais empresas apropriaram-se da terra e, em primeiro ato, expulsam os camponeses-posseiros, para num segundo momento vender a terra para os camponeses-proprietários.

É interessante notar a distinção que é feita por Martins (1981) entre a história de perambulação dos camponeses-posseiros e a história de migrações dos camponeses-proprietários. Apesar de ambos comporem a classe camponesa, em muitos momentos, estes sujeitos são levados a uma relação conflitiva, o que é exemplificado neste trecho, em que os posseiros presentes na mesorregião Oeste eram tratados como “empecilho” para a colonização desta região.

Para a consecução dos planos de colonização, os trabalhadores remanescentes da região se constituíam em empecilho, pois os euro-brasileiros tinham restrições em participar da colonização de áreas onde havia presença de pessoas ‘sem origem’. Desta forma, a questão étnica se confundia com interesses econômicos das empresas madeireiras e colonizadoras (GREGORY, 2002, p. 93).

Quando Gregory (2002) afirma que a questão étnica se confundia com os interesses econômicos das empresas colonizadoras, não era só pelo gosto pessoal aos “eurobrasileiros”, ou pelo preconceito racial em relação aos posseiros, mas é também devido ao fato de que os “colonos” do Sul já demonstravam maior enquadramento à ética capitalista do trabalho como uma virtude (eram mais “pacatos”), e muitos deles já traziam conhecimento acerca do trabalho integrado ao capital industrial⁴.

Estes sujeitos “sem origem” que aqui se faziam presentes, também fazem parte da lógica da expansão das fronteiras agrícolas e do avanço do capitalismo sobre o campo.

Esses são outros personagens excluídos da cena histórica, alvos da ‘limpeza’ realizada pelas empresas colonizadoras quando efetuavam a retirada da madeira de maior valor aquisitivo, processo esse anterior à comercialização das terras junto aos migrantes oriundos de outros Estados ou de outras regiões do Paraná (MINSKY, 2002, p. 93).

A expulsão dos posseiros e, também, de indígenas, envolvendo ou não o seu extermínio, é o que passou a ser chamada de “limpeza da área” (SERRA, 2019). Este processo extremamente violento da história paranaense eliminou ou deslocou para outros estados e países as populações que aqui viviam. Novamente estes sujeitos “sem origem”, “empecilhos”, “excluídos” e sobretudo sobreviventes, tornam a perambular em busca de uma terra livre.

Anteriormente, apontamos a ação de dois macro fatores que contribuíram para a reocupação da mesorregião Oeste, já vimos que dentre estes elementos específicos estava a “adequação” ao mercado capitalista, mas há também de se levar em conta outras questões. Ao aproximarmos nossa escala de observação, nos determos à especificidade dos sujeitos escolhidos para ocuparem estes projetos de colonização, e à forma como foi planejada a organização deste espaço. Veremos também outra conjunção de elementos que levaram a escolha específica dos camponeses proprietários das antigas colônias do Sul.

O primeiro ponto é o padrão dos lotes serem pequenos, de até 24 hectares⁵, que se encaixava nas condições dos colonos, mas sobretudo, era o modo de aumentar o lucro das empresas de maneira mais imediata. Basear a colonização na pequena propriedade contribuiria para um rápido e denso povoamento. Serviria também como propaganda, mostraria a qualidade da colônia e aumentaria a lucratividade da colonizadora (GREGORY, 2002).

⁴ Um exemplo deste trabalho integrado ao capital industrial é tratado por José Vicente Tavares dos Santos no livro *Os Colonos do Vinho* (1978).

⁵ Conforme a Lei nº 8.629/1993, a definição de pequena propriedade refere-se a imóvel de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais. Nos municípios em questão o módulo fiscal equivale a 18 hectares.

Este ponto sobre a dimensão das propriedades e a organização dos lotes, que buscava reeditar o modelo do antigo espaço encontrado no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, mostra que se mirava na classe camponesa, conforme o governador do Paraná na década de 1950, porque “[...] a pequena propriedade e o trabalho agrícola de família, não assalariado, determinam uma estabilidade econômica e social” (ROCHA NETO, 1995, p. 170 *apud* MINSKY, 2002, p. 69).

Sobretudo buscava-se camponeses justamente pela mão de obra familiar, devido à baixa capitalização e à necessidade de vender seus produtos logo após a colheita, não tendo condições de barganhar melhor preço e, novamente, possibilitando um maior lucro das empresas agrícolas. Esse era o significado da estabilidade econômica, já a estabilidade social se dava em função do compromisso assumido pelos camponeses e as longas parcelas que haviam de pagar.

Contudo, se os interesses do Governo do Estado se alinhavam aos interesses comerciais, e já havendo a decisão de que a mesorregião Oeste do Paraná seria ocupada por pequenas propriedades, por que não privilegiar os camponeses que já se encontravam neste espaço? É na resposta a esta questão que está a ação intermediadora dos bancos, pois exatamente a condição de proprietários que estes camponeses das antigas colônias do Sul detinham é que os tornavam aptos a realizarem o parcelamento das novas propriedades. A escolha por estes sujeitos se dá, sobretudo, pelo acesso ao crédito bancário, e o cativo do trabalho familiar neste caso, passa a ser mediado pelos bancos.

2 AVICULTURA DE CORTE NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

Buscando analisar de maneira mais detalhada uma das formas de como a renda camponesa produzida pelos sujeitos sociais presentes no espaço agrário da mesorregião Oeste paranaense é cooptada pelos setores centrais da economia capitalista, demonstraremos o contexto do surgimento da avicultura integrada e quais foram os agentes que contribuíram para que essa região do estado paranaense ganhasse destaque neste tipo de produção.

Na parte inicial deste capítulo tratamos sobre o processo de integração e a produção de frangos de corte, veremos que apesar de este modelo de integração ter incorporado práticas adquiridas através da produção integrada de porcos, se diferencia desta em razão de uma verticalização mais incisiva desde o início da atividade, acarretando em um maior controle dos processos por parte das integradoras.

Na segunda parte do capítulo examinamos como a mesorregião Oeste do Paraná, tornou-se referência neste tipo de produção avícola integrada, processo que se relaciona diretamente com a modernização agrícola tendo como agentes de intermediação as cooperativas agrícolas.

2.1 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO E A PRODUÇÃO DE FRANGOS DE CORTE

A atividade avícola integrada no Brasil tem como marco inicial o ano de 1961, data na qual Ivo Reich, empregado da empresa Sadia, foi aos Estados Unidos enviado pela Secretaria da Agricultura de Santa Catarina, para realizar o curso de produção de aves que integrava o projeto de aperfeiçoamento produção e *marketing* de aves, patrocinado pelo governo americano, no Texas Agricultural and Mechanical College System (COSTA, 2012).

O empresário Atílio Fontana, fundador da empresa Sadia, afirma que: "Essa viagem foi de grande proveito para a nossa organização, pois ele trouxe de lá uma imagem do que de melhor se praticava na técnica da suinocultura e da avicultura" (FONTANA, 1980, p. 138). É interessante destacar que no período de 1961 a 1962, o proprietário da empresa Sadia também era o Secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina, fato que possivelmente facilitou a ida de um dos técnicos de sua empresa representando a Secretaria de Agricultura catarinense.

O fundador da Sadia é considerado um dos grandes empresários brasileiros, que teria começado do zero uma pequena empresa e construído um multinacional com mais de 26 mil empregados. O que talvez ajude a explicar o sucesso nos negócios seja o bom trânsito na política local, pois foi diante do convite do Prefeito de Concórdia-SC ao Senhor Atílio para assumir

um moinho e engenho nos anos de 1942, que possibilitou a constituição da empresa Sadia anos mais tarde (FEA/USP, 2019).

O fato é que o *locus* deste sistema de produção integrado é o município de Concórdia-SC, localizada na região Oeste de Santa Catarina, e que guarda similaridades com nossa área de estudo, ocupada predominantemente por descendentes de imigrantes europeus que mantinham a tradição da criação de animais para o consumo e venda do excedente.

[...] os colonos que migraram para o extremo Oeste catarinense já haviam tido contato com atividades comerciais nas antigas colônias. Já tinham demandas por determinados produtos e geravam excedentes que, caso houvesse condições seriam comercializados. Não tardaram a surgir casas comerciais na região, varejistas e atacadistas que mantinham ligações comerciais com as antigas colônias no Rio Grande do Sul (CAMPOS, 1987, p. 114-115).

E foi assim que, em 1944, surgiu a Sadia, inicialmente realizando abates de suínos e beneficiamento de trigo, nas instalações do recém adquirido Moinho Concórdia. Os porcos já eram produzidos pelos camponeses da região, que antes dos frigoríferos locais eram abatidos em centros maiores, levados muitas vezes em tropeadas até a estação de trem. O surgimento de vários frigoríferos na região⁶ foi facilitado pela abundância de matéria prima, a produção de banha era o carro chefe dos empreendimentos (AMADOR, 2010).

Como visto no trabalho realizado por Amador (2010), as primeiras experiências com a produção animal integrada foram os porcos, já as entrevistas realizadas por este pesquisador nos revelam que a empresa Sadia não pagava mais do que as outras, o diferencial era o pagamento à vista que atraía os criadores.

[...] D - a Sadia mato muito porco comum. Depois que veio o Duroch. E depois que o Ivo Reich foi na Alemanha trouxe um porco branco, o Landrece.

D - E daí começaram a mistura e foi indo, foi indo... e daí todo mundo foi dexando o porco comum e...

MB - porque... tinha algum diferencial de prep?... a empresa pagava mais?

D - não... a Sadia pagava menos dos otros comprador, so que a Sadia pagava a vista e os otros comprador era 30 dia. Mas a gente esperava os 30 dias porque ganhava uns centavos a mais no quilo ne?

MA - uhm E e esse pro... e esse negócio da... da integração... ele... na... nessa época que o seu... que o senhor criava com seu pai a Sadia já... já tinha... não era o integrado, era mais ou menos o... ah como que eles chamavam o... ai Meu Deus! E...

D - eu também não sei... parceiro?

⁶ Perdigão S/A Comércio e Indústria, Videira, em 1940; Comércio e Indústria Saulle Pagnocelli, Joaçaba, em 1942 e Sadia, Concórdia, em 1944; S/A Indústria e Comércio Chapecó", em Chapecó, 1952; Frigorífico Seara, em Seara, 1956; Indústrias Reunidas Ouro, em Ouro, 1960; S/A Frigorífico Itapiranga, em Itapiranga, 1962 e Unifrigio S/A Indústria e Comércio, Salto Veloso, em 1963.

MA - os parceiros, e, ne? Já tinha nesse tempo os parceiros deles ne, que produziam só pra eles no caso ne?

D - sim, sim, sim. Eles fornecia era o... era... era torresmo moído, torresmo sabe.

MA - uhm.

D - ...pra depois no caso esses parceiro mistura na... na quirela do milho ne, não era concentrado ou uma ração que nem hoje ne? Era só o... só o torresmo, prensava e depois moía do marcelete.

MA - e fazia dali a ração?

D - é fazia ali, mas ainda davam lavagem pros porco e pasto verde muito.

MA - uhm.

D - Depois que veio os porco de raça a Sadia não quis mais que desse lavagem e nem... e nem pasto. E...

MB - e eles ajudavam com alguma coisa? Ração... essas coisa?

D - é... daí tinha que dá... daí tinha o concentrado que davam, vendiam uma bolsinha de vinte quilo misturava com sessenta quilo de milho ne, moído, ai começava a dá (AMADOR, 2010, p. 179, grifo nosso).

Como visto, nesta transição da criação do porco comum para as novas raças trazidas pela Sadia, o trato dos animais era realizado com um composto “torresmo moído”, juntamente com lavagem e pasto verde. Após esta introdução, a empresa Sadia passa a fornecer o “concentrado” e restringir a utilização de outros tipos de alimentação para os porcos.

Um outro trecho da entrevista realizada por Amador (2010), que trata desta transição entre a criação do porco comum para a criação do porco de raça com ração concentrada, revela uma chave para a compreensão do que levou os camponeses à produção integrada.

[...] D - porque tu... tu produzia mais na Sadia mas sobrava menos dinheiro. Porque quando eu dava pasto do meu, lavagem feita em casa quando que eu vendia os porco recebia o dinheiro LIQUIDO, LIMPO! Aí tu começo pega uma parte e dá concentrado aí sobrava a metade, depois a terça parte, por fim...
MA - mas então qual era a vantagem de ser integrado?

D - mas é... mas era brigado se não se integrasse tu não achava de vende os porco (AMADOR, 2010, p. 180, grifo no original).

Apesar de um maior volume de produção quando integrado com a Sadia, sobrava cada vez menos, no entanto, o que mantinha os camponeses na produção integrada era a garantia da comercialização do fruto do seu trabalho, ou como exposto pelo entrevistado, “[...] se não se integrasse tu não achava de vende os porco” (AMADOR, 2010, p. 180).

Dessa forma, mesmo que estes sujeitos soubessem que o valor pago pela integradora seria menor, a certeza da comercialização e do recebimento os levava ao sistema de integração. Essa então seria uma das questões chave e que levava estes sujeitos à subordinação.

E foi com a experiência e o “sucesso” desse tipo de sistema integrado na produção suína que se iniciou a produção de frangos de corte. As atividades guardam diferenças quanto ao

início da produção em larga escala para o mercado, uma vez que a produção de porcos para a venda já ocorria de maneira independente antes do processo de integração com as empresas, e a produção de frangos de corte já começa com um caráter empresarial.

[...] até os idos de 1927, no Brasil ainda não era praxe vender galinhas e outras aves ‘de consumo’, mortas, depenadas, para chamar a atenção do consumidor. Havia muito preconceito e desconfiança, pois naquela época pensava-se que a ave oferecida morta tinha sido vítima de ‘peste’. O costume era comprá-la viva, por isso a ideia de se montar um aviário unicamente para produção de carne para corte, com aves de raça, seria um fracasso (UBABEF, 2011).

A avicultura é uma proposta oferecida pelo mercado, tendo as regras e condições impostas pelas empresas que seleciona previamente os produtores. Amador (2010) aponta que diante da experiência e o histórico de produção independente, os suinocultores tinham dificuldades de firmar relação contratual exclusiva com apenas uma empresa. Esta dificuldade de fidelidade contratual não ocorria na avicultura. De acordo com o autor, “Os colonos foram desde o início, submetidos ao sistema de integração, ficando vinculados, em muitos casos, aos próprios financiamentos das instalações pelas empresas integradoras” (AMADOR, 2010, p. 101).

O funcionamento deste modelo de produção integrada se dá por meio de um contrato de parceria⁷ entre a empresa e os avicultores. Este contrato estipula de maneira geral que a empresa forneça os pintainhos de um dia aos avicultores integrados, que por sua vez tratam e cuidam dos animais até atingirem o tempo de abate.

Neste processo, ficam a cargo dos avicultores os custos com as instalações, preparação do terreno, acessos, cercados, construção dos barracões, aquisição de novos equipamentos e reparos, despesas com energia elétrica, gás ou lenha, o material da cama do aviário, a água e o aquecimento. A integradora realiza fornecimento inicial das aves, o suprimento de ração, a assistência técnica e o transporte dos frangos para o frigorífero, itens que são descontados do valor final pago aos avicultores.

O sistema de integração das empresas com as famílias camponesas é extremamente vantajoso para as empresas agrícolas. Oliveira (1996) nos oferece elementos que ajudam na compreensão do porquê as empresas que operam esse sistema se tornam “parceiras” da produção camponesa. Um dos motivos é que através do contrato de integração, essas indústrias

⁷ Modelo de parceria já analisada por Mizusaki (2009), a qual aponta que inclusive está em desacordo com o Código Civil brasileiro. Uma das principais questões é quanto a remuneração, que é definida unilateralmente pela empresa.

não precisam comprar, nem mesmo arrendar a terra, pois a propriedade continua sendo do camponês e, dessa forma, não há por parte das indústrias a imobilização de capital.

Nesse tipo de produção, ocorre a monopolização do território camponês pelo capital, em que a propriedade camponesa está sujeita aos interesses da indústria, “[...] o capital monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se, e assim estamos diante do processo de monopolização do território pelo capital monopolista” (OLIVEIRA, 1996, p. 24-25). Na medida em que monopolizam a produção, as empresas agrícolas se apropriam da renda da terra produzida pelos camponeses, e é nessa subordinação em que o camponês está inserido que as empresas acumulam capital.

Outra questão, também primordial e que justifica a integração entre a indústria e o camponês, é em relação ao custo de mão de obra individual não contabilizada, o que proporciona um baixo valor aos produtos entregues. “O primeiro elemento que se destaca na caracterização da produção camponesa é a força de trabalho familiar, este é o motor do processo de trabalho na produção camponesa” (OLIVEIRA, 1996, p. 55). E como o contrato de integração é feito pela produção total e não sobre o trabalho realizado por cada membro da família camponesa, o valor referente à mão de obra necessária para a realização do produto é desconsiderado pela indústria.

Justamente foi a disponibilidade de recursos naturais e de mão de obra camponesa que proporcionaram as condições para que a atividade de integração avícola aqui no Brasil tivesse sua origem no Oeste catarinense. No item a seguir passaremos analisar de que maneira se dá a implementação deste sistema de integração na mesorregião Oeste do Paraná, as transformações ocorridas neste espaço agrário sobretudo a partir da modernização agrícola e o importante papel das cooperativas neste processo.

2.2 A INTEGRAÇÃO AVÍCOLA NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE

Com o impulso da política da Marcha para o Oeste empreendida a partir dos anos 1930, já visto no item 3 do capítulo anterior, até a década de 1960, a mesorregião Oeste do Paraná já se encontrava repovoada, incorporada a dinâmica de apropriação capitalista da terra e os principais municípios já haviam se emancipado politicamente. E é também a partir da década de 1960 que começam a materializar-se no espaço as mudanças proporcionadas pela Revolução Verde.

Em termos econômicos, Mesquita e Silva (1970) realizaram um estudo identificando as regiões agrícolas do Paraná, o qual indica que a produção agrícola do Oeste do estado era

diversificada, típicos das regiões de policultura colonial onde a produção de milho se destacava devido à suinocultura.

Neste mesmo artigo, as autoras constataam que:

Nestas regiões de colonização recente, a crescente importância comercial da lavoura e da suinocultura não tem sido acompanhada, entretanto, do emprego de técnicas mais evoluídas na atividade agrícola, subsistindo, ainda, práticas agrícolas de rotação de terras (MESQUITA; SILVA, 1970, p. 35).

A ênfase dada ao não uso das “técnicas mais evoluídas” na atividade agrícola demonstra que a preocupação e os esforços dos órgãos de pesquisa governamentais subsidiados pelo pensamento acadêmico estavam em viabilizar a implementação de um pacote tecnológico “moderno”. Essa compreensão dicotômica entre o “velho” e o “novo”, o “atrasado e “moderno”, é a que vai comandar a política econômica e agrícola do Paraná com grande ênfase no Oeste do estado.

Décadas mais tarde, Figueiredo (1992) faz uma análise dos descaminhos da política econômica aplicada na década de 1970. Segundo a autora, a transformação agrícola do Oeste do Paraná resume o projeto de modernização induzida pelo Estado na década de 1970, em que o crédito subsidiado era a alavanca da modernização agrícola. Apenas na região Oeste, se concentrou 67,5% do número de produtores que ingressaram no sistema de crédito em todo o Paraná entre 1970 e 1975, detendo o maior volume do crédito rural em todo o país, isto é 2,8% do montante total destinado ao campo em 1980 (FIGUEIREDO, 1992).

Essa política de créditos e incentivos do Estado foi de fundamental importância para a difusão e consolidação do binômio soja e milho, sobretudo para o Paraná e a região Oeste. A Tabela 1 nos mostra os hectares colhidos de diferentes lavouras temporárias entre os anos de 1980 e 2020. Não há dados específicos da mesorregião Oeste para o ano de 1980, no entanto é possível verificar que os hectares de soja colhidos no Paraná neste ano já representavam 27,4% do total colhido no Brasil.

No entanto o dado revelador que a tabela nos traz é referente a diminuição dos hectares colhidos de alimentos básicos como o arroz, feijão e mandioca em detrimento do aumento da área colhida das *commodities* milho e soja. Vejamos que no Paraná já há grande diminuição na área colhida de arroz (-61%) e feijão (-32%) entre as décadas de 1980 e 1990, já na região Oeste de 1990 para 2020, a área colhida de feijão reduziu de 18.875ha para 13.822ha e a área colhida de arroz que era 14.415ha passou para apenas 191 hectares.

Tabela 1 – Área colhida (1980 – 2020)

Ano	Produto	Brasil (Hectares)	Variação Percentual	Paraná (Hectares)	Variação Percentual	Oeste PR (Hectares)	Variação Percentual
1980	Arroz	6243138	-	390545	-
	Feijão	4643409	-	815088	-
	Mandioca	2015857	-	45982	-
	Milho	11451297	-	2156580	-
	Soja	8774023	-	2410800	-
1990	Arroz	3946691	-37%	151003	-61%	14415	-
	Feijão	4680094	1%	550591	-32%	18875	-
	Mandioca	1937567	-4%	101854	122%	28788	-
	Milho	11394307	0,5%	2079784	-4%	271570	-
	Soja	11487303	31%	2267638	-6%	679740	-
2000	Arroz	3664804	-7%	79823	-47%	7356	-49%
	Feijão	4332545	-7%	540882	-2%	25536	35%
	Mandioca	1709315	-12%	182856	80%	43855	52%
	Milho	11890376	4%	2229948	7%	351348	29%
	Soja	13656771	19%	2857968	26%	759612	12%
2020	Arroz	1677705	-54%	20905	-74%	191	-97%
	Feijão	2686870	-38%	382471	-29%	13822	-46%
	Mandioca	1214015	-29%	146958	-20%	11450	-74%
	Milho	18253766	54%	2690869	21%	749941	113%
	Soja	37188168	172%	5534843	94%	1018294	34%

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Org: Luz, E. L. Z. 2021.

Os dados apresentados deixam em evidência que a política econômica adotada rapidamente alterou o modelo agrícola, adequando-se à lógica hegemônica mundial. A Tabela 1 nos mostra os efeitos causados pela mudança na política econômica, sobretudo no Oeste paranaense, contudo isso não se restringiu a este espaço.

No período pós-golpe de 1964, o Brasil – como um todo – teve uma ampla oferta de créditos que se deu no contexto da “Revolução Verde”. Como aponta Chã (2018), uma das condições impostas aos agricultores para a liberação de financiamentos bancários era a adoção do pacote tecnológico que preconizava a utilização de fertilizantes, agrotóxicos e o plantio mecanizado em larga escala.

Paulino (2007) acrescenta que as políticas disseminadoras da “Revolução Verde” contaram com um aporte de recursos públicos sem precedentes, buscando implementar um paradigma empresarial na agricultura e que, diante do montante ofertado e da falta de controle na aplicação, houve inúmeros desvios e grande parte destes recursos foram transferidos para aplicações financeiras e ampliação de bens patrimoniais.

Ainda sobre a oferta de créditos, Graziano (1981) afirma que a maior parte destes incentivos se acumularam nas grandes propriedades, não chegando a atingir as pequenas unidades agrícolas que produzem os alimentos de primeira necessidade, o que inclusive aumentou a disparidade de renda no campo.

Nota-se que o crédito rural foi um dos instrumentos utilizados pelo Estado brasileiro na realização dessa “modernização” induzida, mas não foi um mecanismo isolado, compunha um elemento do pacote da Revolução Verde. Figueiredo (1992) assinala outro elemento que cumpriu grande importância para a tarefa de “modernização” na agricultura, que foram os órgãos de assistência oficial ou privada.

A conjugação, em uma só instituição, desses dois canais de alteração das técnicas de produção – crédito rural e assistência técnica – realizou-se pela consolidação do sistema cooperativista, que, em sua crescente ampliação e diversificação de funções, incluiu a de repassar o crédito e a de prestar assistência técnica a seus associados, sendo responsável, portanto, pela transmissão das novas técnicas principalmente nas áreas de predomínio da pequena produção (FIGUEIREDO, 1992 p. 95).

Dessa forma, como a região Oeste do Paraná era uma das áreas de predomínio de pequena produção de base familiar camponesa, as cooperativas tiveram papel fundamental no processo de intermediação do crédito agrícola e implementação deste novo modelo de agricultura.

Este papel intermediador que as cooperativas tiveram para a concessão do crédito agrícola fomentou o crescimento de grande parte das cooperativas presentes na mesorregião Oeste, como a Copacol, a Coopavel, a Lar, a C.Vale e a Copagril, fundadas entre as décadas de 1960 e 1970, que num primeiro momento, atuaram principalmente com infraestrutura e assistência técnica para a difusão do plantio de culturas “modernas”, como a soja e milho (BELUSSO, 2010).

Loureiro (1981) já advertia sobre o papel das cooperativas como instrumento de modernização da agricultura e, ao fazer uma análise da Lei n.º 5.764, de dezembro de 1971, revelou a estreita ligação entre o Estado e a expansão do capitalismo no campo. A autora é enfática ao afirmar que a lei que define a política nacional de cooperativismo, na verdade serviu para eliminar os obstáculos que impediriam as cooperativas de operarem como qualquer outro tipo de empreendimento capitalista.

Agindo como empresas capitalistas, mas transvestidas de cooperativas, esses empreendimentos contribuíram para a transformação do modelo agrícola e para a intensificação da transferência da renda camponesa para o capital industrial na mesorregião Oeste do Paraná.

Com a consolidação deste modelo de produção agrícola em que o capital industrial, através de empresas e cooperativas empresariais, passa a intermediar a produção camponesa com o mercado nacional e internacional, o Estado do Paraná e principalmente a mesorregião Oeste, começa a figurar no cenário nacional diante da grande produção agropecuária, sobretudo através do sistema de integração vertical.

Observando a evolução dos números apresentados a seguir, na Tabela 2, é possível ver a correspondência entre os números apresentados anteriormente, referentes ao crescimento da produção de milho e soja no Oeste paranaense, e o crescimento do efetivo de suínos e galináceos, deve-se isso a que estes grãos, principalmente o milho, são a base das rações destinada a estes animais.

Tabela 2 – Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho (1980 – 2020)

		BRASIL	%	PARANÁ	%	OESTE PR	%
1980	Suínos	34.331.236		5.860.836		...	
	Galináceos	441.321.941		48.367.370		...	
1990	Suínos	33.623.186	-2,1	3.561.765	-39,2	984.400	...
	Galináceos	546.235.505	23,8	72.967.956	50,9	2.063.7605	...
2000	Suínos	31.562.111	-6,1	4.224.838	18,6	1.172.386	19,1
	Galináceos	842.740.173	54,3	142.477.731	95,3	40.702.401	97,2
2010	Suínos	38.956.758	23,4	5.096.224	20,6	1.939.155	65,4
	Galináceos	1.238.912.537	47,0	265.520.607	86,4	78.059.297	91,8
2020	Suínos	41.124.233	5,6	6.944.541	36,3	4.353.469	124,5
	Galináceos	1.479.363.352	19,4	395.216.296	48,8	120.007.432	53,7

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal, 2020. Org: Luz, E.L.Z 2021.

O Mapa 2 mostra a distribuição do rebanho galináceo por mesorregiões, nele podemos observar como se espacializa este tipo de produção no território nacional, deixando nítido o volume de produção e a grande concentração de galináceos na região Sul, com grande destaque para o Oeste do Paraná.

Mapa 2 – Distribuição do rebanho galináceo no Brasil



Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal, 2020.

Ao conferirmos a Tabela 3, em que se apresentam os dados extraídos dos relatórios das cooperativas e empresas avícolas que atuam na mesorregião Oeste paranaense, podemos verificar o expressivo valor do faturamento anual destes empreendimentos e o quanto a atividade avícola representa dentro deste quantitativo. A soma do faturamento referente ao ano de 2020 dos empreendimentos avícolas ultrapassam os 35 bilhões de reais.

No entanto, o dado revelador da contradição presente nesse tipo de produção é o que traz o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), indicando que do número total de estabelecimentos agropecuários com galináceos na mesorregião Oeste paranaense, 78% provêm da agricultura familiar⁸, ou seja, majoritariamente, a produção de aves de corte é realizada pelos camponeses presentes neste espaço. Esses dados confirmam a informação da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) de que a grande maioria dos produtores de frango no país é formada por pequenos produtores rurais (cerca de 120 mil), e que mais de 90% da produção avícola no Brasil segue o sistema de integração.

⁸ Agricultura familiar referente ao Decreto 9.064 de 31 de maio de 2017.

Tabela 3 – Faturamento dos maiores empreendimentos avícolas do Oeste Paranaense em 2020

Cooperativa/Empresa	Sede	Faturamento Total (bilhões de reais)	Proveniente do setor avícola
Lar	Medianeira	10,5	29,7 %
Copacol	Cafelândia	5,6	60,2 %
Copagril	Marechal C. Rondon	2,5	27,6 %
C. Vale	Palotina	12,2	**
Coopavel	Cascavel	3,4	**
BRF	Toledo	33,5*	**
Globoaves	Cascavel	***	***

*Receita; **Não discriminado. *** Dados não disponíveis. Fonte: Relatórios 2020 – Lar; Copacol; Copagril; C.Vale e Coopavel e BRF. Org: Luz, E. L. Z. 2021.

Chegamos em números semelhantes quando verificamos o banco de dados do Instituto Água e Terra do Paraná (IAT), em que constam o registro das licenças ambientais ativas no estado. Para fins de licenciamento ambiental⁹, os empreendimentos avícolas são definidos conforme a área construída para o confinamento das aves, conforme os seguintes parâmetros: Micro (menor que 7000m²); Mínimo (entre 7001m² e 14000m²); Pequeno (entre 14000m² e 21000m²); Médio (entre 21001m² e 28000m²); Grande (entre 28001m² e 56000m²) e Excepcional (maior que 56.000m²).

Estes empreendimentos são enquadrados em diversos tipos de licenciamentos: Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLAE); Licença Ambiental Simplificada (LAS); Renovação de Licença Ambiental Simplificada (RLAS); Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI); Licença de Operação (LO); Renovação de Licença de Operação (RLO); Autorização Ambiental (AA) e Licença de Operação de Regularização (LOR). No presente trabalho, concentramos na DLAE, LAS e RLAS que dizem respeito aos micro e pequenos empreendimentos avícolas.

Dessa maneira, para a organização da Tabela 4, definimos os dados por municípios, delimitando aos pertencentes a mesorregião Oeste do Paraná e que tivessem no mínimo 90 aviários cadastrados no banco de dados do IAT. Dentro desta amostra, selecionamos apenas as licenças referentes aos aviários micro e mínimo (DLAE, LAS e RLAS) e calculamos o percentual que esta classe de empreendimentos representa no total.

⁹ Resolução 16 da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do Estado do Paraná (SEDEST), de 05 de março de 2020.

Tabela 4 – Municípios produtores de frango e percentual de pequenos produtores

Município	Total de Aviários	Micro e Mínimo	Percentual
Matelândia	163	122	74,85
Serranópolis do Iguaçu	90	67	74,44
Medianeira	120	89	74,17
São Miguel do Iguaçu	165	119	72,12
Santa Helena	216	137	63,43
Cafelândia	200	124	62,00
Jesuítas	106	63	59,43
Formosa do Oeste	134	77	57,46
Nova Aurora	183	103	56,28
Corbélia	98	55	56,12
Toledo	275	142	51,64
Assis Chateaubriand	168	75	44,64
Cascavel	200	85	42,50
Palotina	124	51	41,13
Marechal Cândido Rondon	131	48	36,64

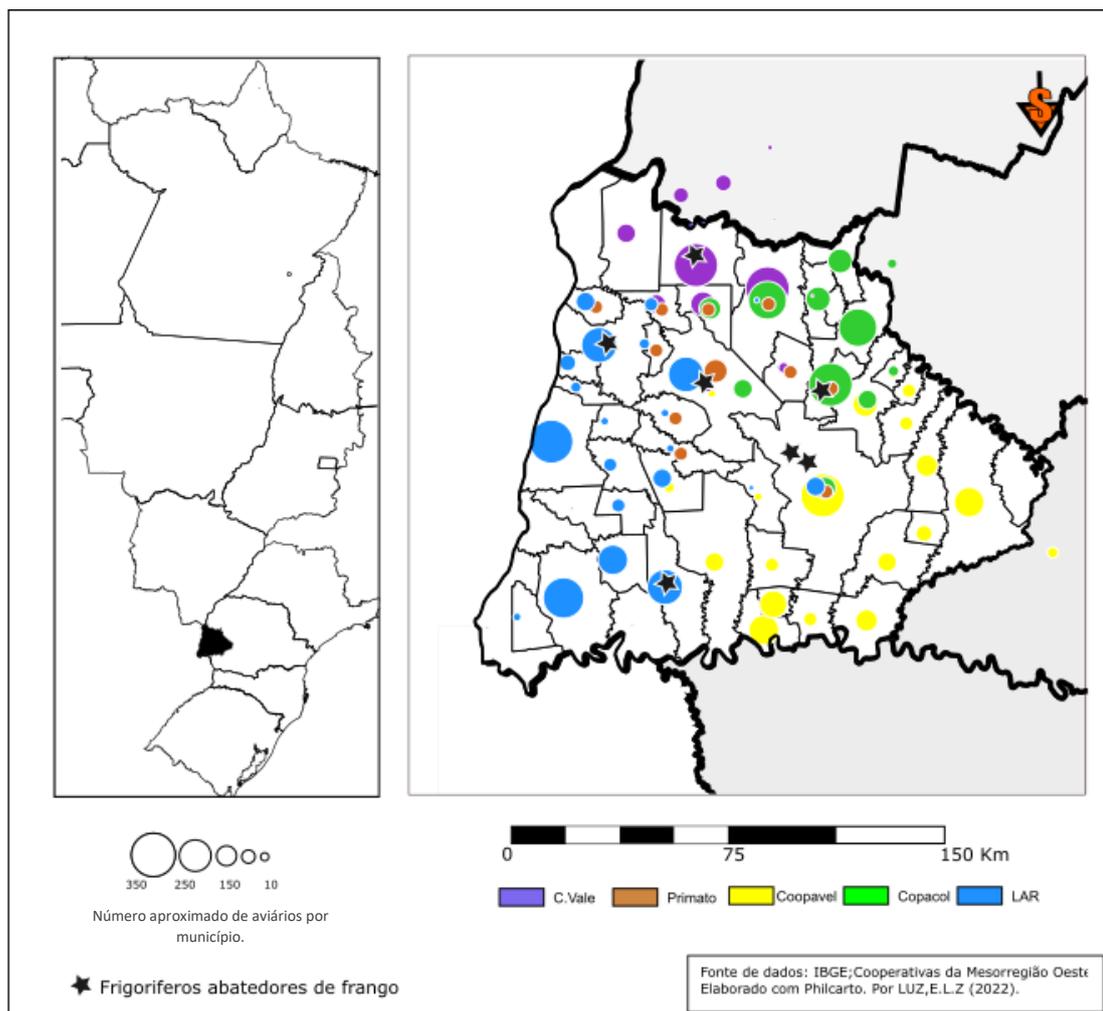
Fonte: IAP/IAT – Consulta a Licenças Ambientais. Org: Luz, E. L. Z. (2021).

A Tabela nos mostra que em onze dos quinze municípios listados, o número dos considerados micro e pequenos aviários ultrapassam o percentual de 50%. Estas informações confirmam as estatísticas do IBGE (2017) sobre o percentual de participação camponesa na produção avícola, evidenciando também, o modelo de atuação das cooperativas e empresas no Oeste paranaense.

Ao compararmos os dados da Tabela 4 com o Mapa 3, constatamos que os cinco primeiros municípios dizem respeito à área de atuação da Cooperativa Lar, e que do sexto até o décimo a área corresponde a atuação da Copacol, indicando o predomínio de empreendimentos de menor porte integrados a essas cooperativas.

Este ponto nos leva a confirmar uma contradição presente na produção integrada de frangos de corte, pois a Lar e a Copacol, que possuem a maior porcentagem de aviários de pequeno porte, estão entre as três cooperativas que tiveram o maior faturamento em 2020, conforme os relatórios anuais, revelando, deste modo, a grande capacidade de produção de riqueza a partir do trabalho familiar camponês, riqueza esta que é apropriada por estas cooperativas empresariais.

Mapa 3 – Área de abrangência das cooperativas avícolas da mesorregião Oeste paranaense



Fonte: Cooperativas da mesorregião Oeste. Org. Luz; E. L. Z (2022).¹⁰

Outra questão é a de que não há como estabelecer uma relação direta entre o porte do aviário e a condição de grande ou pequeno produtor, pois, ao que tudo indica, também há empreendimentos classificados como pequenos, médios e grandes sendo administrados por pequenos produtores. Um exemplo disso observamos em campo, pois um dos nossos entrevistados possui em sua propriedade um aviário classificado como de porte “pequeno” (entre 14000m² e 21000m²) e, ainda assim, como mora na propriedade, trabalha com a família e possui apenas um imóvel rural com até 4 módulos fiscais nos termos do IBGE, podendo ser classificado como agricultura familiar. Em contrapartida, outro empreendimento avícola classificado como de porte “mínimo” (entre 7001m² e 14000m²) é de propriedade de um grupo

¹⁰ Até o final de 2020 a Copagril contava com 360 aviários integrados, limitando-se a microrregião de Marechal C. Rondon, todos foram incorporados pela Cooperativa LAR, no Mapa 3 são apresentados os aviários após a vinculação com a LAR.

de sócios e grande empresários conhecidos que residem no centro da cidade de Marechal Cândido Rondon.

São novas condicionantes com as quais nos deparamos na tentativa de apreender e compreender a realidade. São diversas situações como a demonstrada anteriormente, que revelam o desafio inerente ao estudo do espaço geográfico, um espaço que é vivo e em contínua transformação.

E foi na busca de uma melhor compreensão do contexto atual dos camponeses avicultores integrados da mesorregião Oeste do Paraná, que inicialmente neste capítulo recontamos de que modo a atividade avícola surgiu no Oeste catarinense e passou a ser reproduzida nas terras novas do Paraná. Neste processo, os camponeses descendentes de europeus tiveram direta participação, devido a já terem tido contato com atividades comerciais em suas antigas colônias de povoamento.

Outro fator apontado no texto, que contribuiu de maneira incisiva para a propagação da avicultura integrada, foi a modernização agrícola, que ocorreu em escala nacional, mas na mesorregião Oeste paranaense a particularidade é devido ao papel das cooperativas agrícolas neste processo. Uma vez que a modernização foi impulsionada por grande repasse de créditos, sobretudo aos grandes proprietários, no Oeste paranaense as cooperativas intermediaram este repasse aos pequenos proprietários, atuando, desta maneira, como instrumentos modernizantes.

Tal política econômica altera o modelo agrícola existente, mudança evidenciada pelos dados que mostram a diminuição da área colhida de alimentos e o aumento da área de *commodities*. Apesar disso, em nossa área de estudo não houve grande alteração na estrutura fundiária, ou seja, o campesinato se mantém na terra, mas subordinado ao capital, fato que caracteriza a ocorrência da monopolização do território pelo capital.

Diante da complexidade em que a realidade se apresenta, é preciso aprofundarmos nossas análises para além dos dados amostrais, buscar as informações juntamente com os sujeitos e apreciar as especificidades que sustentam essa intrincada trama econômica, política e ideológica que é a produção avícola integrada. Para tanto, passaremos a verificar as estratégias de dominação e controle do capital presente na mesorregião Oeste e conhecer o campesinato que resiste neste espaço agrário.

3 A CLASSE CAMPONESA, O CAPITAL INDUSTRIAL E AS DISPUTAS NO ESPAÇO AGRÁRIO DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE

A integração entre os camponeses com as empresas processadoras de frango que foram implementadas na esteira da “modernização” da agricultura teve grande incentivo do Estado, que apoiava, sobretudo, a grande produção de monoculturas e a mecanização.

Tal modernização era anunciada como a resolução para problemas como a fome nas cidades e a baixa produtividade no campo. No entanto tais problemas não foram resolvidos, ao contrário, no campo se favoreceu a concentração fundiária, o aumento das grandes propriedades empurrou cada vez mais as pessoas para as cidades, e a classe camponesa seguiu resistindo mesmo desassistida pelo Estado.

Essa resistência camponesa se dá diretamente na luta pela terra, e também ocorre diante das contradições do capitalismo, que recria relações não-capitalistas. Essa recriação é uma estratégia do capital para extrair mais renda, mas torna-se uma forma de resistência camponesa, pois ao vincularem-se às empresas e cooperativas através do sistema integrado, estes camponeses conseguem permanecer na terra e se reproduzirem enquanto classe.

Entende-se que estes sujeitos foram conduzidos ao sistema de integração avícola diante de uma necessidade material e ações determinantes que causaram alterações nas relações e no espaço. Mas para isso, os atores hegemônicos tiveram de agir também no imaginário social, a partir da produção de um sistema de ideias, apoiadas e apoiando-se em um conjunto de ações materiais, que propagava o discurso da inevitabilidade da agricultura “moderna”, o que colocava o campesinato diante da única escolha que se apresentava: a de buscar se adequar ao modelo da produção agroindustrial.

Esse discurso do inevitável mostra claramente a opção do Estado brasileiro por este modelo de produção agrícola, o que posicionou o país dentro da divisão internacional do trabalho como um produtor de *commodities*, o que é, para além de um projeto econômico, também um projeto político e ideológico. Assim, foram ações que, inicialmente, se desdobraram no imaginário social, no qual alicerçaram as bases para a conquista do território material, este, no espaço físico.

Conforme aponta Fernandes (2008), o território pode ser caracterizado em duas vertentes: o imaterial e o material. No entanto sempre se apresentam de maneira conjunta, sendo o território imaterial sustentáculo para a conquista e para o controle do material.

[...] os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais, por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (FERNANDES, 2008, p. 282).

Concordando com Fernandes (2008) que a construção e a sustentação do território se dão por meio de uma relação de poder expressa através do conhecimento e de ideologias, e é possível entender que a burguesia se mantém hegemônica no controle do território do Oeste paranaense, diante de ações materializadas fisicamente no espaço e sustentadas por um conjunto de ações não palpáveis, ou seja, através da difusão dos valores e da ideologia da classe burguesa.

Corroborando para o entendimento desta vertente imaterial do território, Ribeiro (1991) afirmou que as transformações difundidas no território antes de tudo precisam construir discursos, com valores e crenças que ofereçam suporte através da aceitação coletiva destas implantações técnicas sobre a vida dos lugares.

Como trazido anteriormente os territórios materiais e imateriais são indissociáveis, no entanto podemos compreender que é na dimensão imaterial do espaço que faz morada a ideologia, e uma vez a burguesia tendo a hegemonia desta dimensão passa-se a construção e estabelecimento de práticas e valores alinhados a classe dominante.

É preciso salientar que, apesar de hegemônica, a burguesia não é soberana. O espaço está em constante disputa, no entanto, de modo desigual, em que muitas das ações se dão através de políticas públicas aplicadas pelo Estado, que foi posto a serviço da burguesia. Assim, criam-se instituições, desenvolvem-se mecanismos e se difundem novos valores a partir da utilização de mecanismos materiais e imateriais.

Desse modo, passaremos a analisar um dos mecanismos de formação ideológica utilizados pela classe dominante que contribui para a sustentação do controle do território organizado pelo e para o capital industrial.

3.1 MECANISMOS DE CONTROLE DO TERRITÓRIO E FORMAÇÃO IDEOLÓGICA

Afagar a terra, conhecer os desejos da terra, cio da terra, a propícia estação... e fecundar o chão. Um dos mais antigos ofícios, cultivar o solo para produzir alimentos, evoluiu a partir de várias novas tecnologias que melhoraram as técnicas e aumentaram a produtividade das lavouras. Essa evolução vem sendo acompanhada cada vez mais por jovens cooperados e filhos de

associados da Copagril, que integram os comitês de jovens (COPAGRIL, 2016, n. p.).

O trecho apresentado foi retirado do *site* da Copagril, produzido com a finalidade de divulgar os Comitês Jovens que foram premiados no Concurso de Projetos Agrícolas, evento que premia as plantações com maior produtividade e que conta com o apoio de empresas nacionais como Agroeste e Agrocere, e grandes conglomerados multinacionais como Bayer, Ubyfol, Morgan e Pionner, detentoras de patentes de milho e soja híbridos, transgênicos e produtoras de agrotóxicos e fertilizantes. Dessa forma, esse breve texto é um retrato sucinto do processo de territorialização e expansão contraditória das relações capitalistas, que é realizado por meio da Copagril de Marechal Cândido Rondon.

O texto inicia com uma estrofe da canção *Cio da Terra* (1977), de Chico Buarque e Milton Nascimento, que estão entre os maiores nomes da Música Popular Brasileira. A consagrada música está presente inclusive em místicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e é utilizada por vários movimentos camponeses que lutam contra os projetos hegemônicos de dominação no campo. O uso dessa canção por parte do departamento de cooperativismo da empresa tem o objetivo de ativar as memórias coletivas do leitor, remetendo-nos a um outro tipo de relação com a terra.

A Copagril, ao criar uma identificação em comum, ao demonstrar que possui os mesmos valores morais que a família camponesa, tenta humanizar a relação empresarial que exerce. O parágrafo do referido texto segue, e já podemos observar o uso de várias palavras-chave, como: “evoluiu”, “novas tecnologias”, “melhoraram as técnicas”, “aumentaram a produtividade”, “evolução”. Palavras que remetem à inevitabilidade do futuro, cuja evolução se dá por meio das novas tecnologias de produção oferecidas pelo mercado.

É visto que em muitos dos eventos e promoções patrocinados por grandes empresas do agronegócio, como esse concurso de projetos agrícolas que se realiza por meio dos Comitês Jovens, há uma implícita construção ideológica que é reproduzida em todos os setores agrícolas que a Copagril atua. Na avicultura, por exemplo, o significado de “evolução” e alta produtividade se relaciona com a instalação dos aviários Dark House¹¹ (Figura 1), em que o custo de construção de cada unidade (12x100m), em 2022, era de cerca de R\$ 1 milhão.

¹¹ Aviários totalmente fechados em que as aves ficam sob luz artificial e têm capacidade para um maior alojamento de frangos.

Figura 1 – Aviário Dark House



Fonte: Luz, E.L.Z (2022).

A Associação dos Comitês de Jovens da Copagril (ACJC), sob a coordenação da Assessoria de Cooperativismo, também desenvolve diversos cursos e palestras aos jovens associados, entre outras ações de caráter esportivo e cultural, como a Olimpíada da ACJC e a Maratona Cultural.

As demais cooperativas da mesorregião Oeste também contam com projetos semelhantes, como por exemplo o Comitê de Jovens da Lar Cooperativa e o Núcleo Jovem da C.Vale. Este projeto da C.Vale traz em seu Regimento Interno (2019) uma relação de objetivos que nos indica a real intencionalidade das ações empreendidas. De maneira geral, os objetivos apresentam-se positivos, buscando um bom convívio como promover maior integração, participação ativa e difundir valores cooperativistas. Contudo há também outros objetivos direcionados para a manutenção da hegemonia cultural das cooperativas em relação ao seus cooperados, como: promover a divulgação de novas técnicas, incentivar a participação em cursos e palestras promovidos pela C.Vale, estimular a sucessão familiar, e zelar por uma integração saudável do sistema cooperativista.

Além dos grupos de jovens integrados, há também projetos voltados às mulheres, como a Associação dos Comitês Femininos da Copagril (ACFC), que atua em todos os municípios da área de abrangência da cooperativa, tendo cerca de 500 mulheres participantes. O produto

destaque deste grupo é a realização bianual do concurso culinário em que os melhores pratos de cada categoria passam a fazer parte do livro de receitas lançado pela Copagril.

A Copacol, por sua vez, tem 21 grupos femininos, formados pelas esposas e filhas dos produtores integrados organizados nos diversos municípios da atuação da cooperativa. A C. Vale também dispõe de um núcleo feminino, a participação neste grupo é condicionada a indicação e aprovação da diretoria e em seu regimento interno, e ainda traz a seguinte condição:

Art. 6º – [...] Não criticar o sistema cooperativista, ser considerada de boa índole e gozar de boa imagem perante os associados(as) de sua comunidade. Não macular de forma direta ou indireta a imagem da cooperativa perante os associados ou a sociedade e não ferir o estatuto social (REGIMENTO INTERNO – NÚCLEO FEMININO, 2015, p. 4-5).

Ou seja, este espaço, assim como os demais anteriormente citados, não buscam o desenvolvimento do pensamento crítico, nem mesmo problematizar sobre conflitos e desafios enfrentados diariamente na relação com a cooperativa, sob o risco do desligamento do grupo.

Ser integrante de tal grupo é um símbolo de distinção social na comunidade local, ao mesmo tempo que este espaço também é um modelador de comportamento, visto que a mulher precisa ter “boa imagem” sob o ponto de vista dos demais associados a cooperativa, e o primeiro passo para isso é: “Não criticar o sistema cooperativista”. Temos, dessa maneira, mais um instrumento de controle e formação ideológica que aparece como espaço de desenvolvimento dos valores cooperativistas.

Outro programa de fortalecimento dessa ideologia, que é mantido pelas cooperativas estudadas, é o Cooperjovem, articulado nacionalmente pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), sendo desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), que é uma das entidades que integra o sistema “S”.

No caso da Copagril, o Cooperjovem é aplicado desde 2006 nas escolas municipais de Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste e Guaíra, todas da mesorregião Oeste do Paraná, abrangendo cerca de 6 mil alunos e 420 professores (COPAGRIL, 2019).

Segundo o informativo da empresa, o objetivo do programa é difundir o cooperativismo e, para isso, buscam a realização de diversas atividades, como cursos, palestras, jogos e dinâmicas, além de distribuição de materiais didáticos, camisetas, entre outros (Figura 2). Uma das ações que ocorrem dentro do programa Cooperjovem é o Prêmio de Redação, que é destinado aos estudantes do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental. Esse evento acontece

anualmente, e na edição 2019 o tema foi: “Por que o Cooperjovem merece o ‘Oscar’ da educação?”.

O programa foi interrompido em 2020 em virtude da pandemia, mas conforme noticiado no *site* da Prefeitura de Pato Bragado, o programa agora retorna já alinhado com a Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Figura 2 - Material didático Cooperjovem/Copagrill



Fonte: Prefeitura de Pato Bragado-PR (2022).

Conforme noticiado no *site* da Copagrill, antes do início das atividades letivas, os coordenadores pedagógicos das escolas municipais assistem a palestra de “sensibilização da metodologia do Cooperjovem e terão treinamento de como conduzir os trabalhos do Cooperjovem nas escolas” (COPAGRIL, 2016, n. p.). Nota-se que neste processo de formação política e ideológica, além da Copagrill passar a ser a referência de cooperativa, impõem-se aos professores a maneira e o conteúdo que será trabalhado sobre o cooperativismo, e estes profissionais de ensino – mesmo que inconscientemente – tornam-se os propagadores das ideias da classe dominante.

Para se ter uma dimensão do alcance dos programas de fortalecimento do cooperativismo, somente no ano de 2018, a Copagrill já realizou 480 reuniões sociais dos Comitês Femininos, Comitês Jovens e Cooperjovem, envolvendo a participação de mais de 14 mil pessoas (COPAGRIL, 2018). E nos atendo somente ao Cooperjovem, se multiplicarmos os 6 mil alunos que anualmente participam do programa, durante os 13 anos de sua aplicação nas escolas

municipais, veremos que mais de 70 mil pessoas tiveram, na sua formação básica, conteúdos voltados para o cooperativismo vinculados à Copagril.

Já por parte da C.Vale, o lançamento do Cooperjovem 2022 foi no centro de eventos de Palotina-PR (Figura 3) e contou com a presença de duzentos professores, coordenadores e diretores das escolas de oito municípios da região. Como informado no *site* da Cooperativa: “O evento serviu para a apresentação da nova metodologia e do material didático que serão utilizados com os 1.600 estudantes de quartos anos que estarão envolvidos com o programa a partir do mês de abril” (C.Vale, 2022).

Figura 3 – Lançamento programa Cooperjovem na C.Vale



Fonte: O Presente/C.Vale (2022).

Um importante ponto a ser observado quanto ao Cooperjovem, promovido pela C.Vale, além da informação de que o programa já envolveu mais de 36 mil estudantes em suas 23 edições, é o fato de a edição atual contar com o patrocínio da empresa Adama, que integra o Grupo Syngenta. Essa empresa responde judicialmente a uma ação civil pública pelos danos provocados pela utilização do agrotóxico 2.4-D (MPRS, 2021).

A manchete da reportagem da Figura 3 nos mostra que o programa desenvolvido pela cooperativa visa orientar os alunos sobre sustentabilidade, o que nos faz pensar sobre que tipo

de sustentabilidade uma empresa fabricante de agrotóxico, comprovadamente danoso para a vida, busca desenvolver. Possivelmente visa garantir, em primeiro lugar, o modelo destrutivo desenvolvido pelo agronegócio, mas sob a roupagem do “novo”.

De modo semelhante com o que ocorre nas demais cooperativas, a Figura 4 nos mostra uma ação promovida pelo programa Cooperjovem, da cooperativa LAR, no município de Missal, PR, cujas ações buscam o envolvimento com os alunos em sala de aula, com as famílias e comunidade. Para tanto, promovem palestras e treinamentos para o corpo docente e para a comunidade escolar.

Figura 4 – Crianças participando do “Show de cooperação” promovido pela LAR



Fonte: LAR (2018).

Pode-se observar que os projetos educacionais desenvolvidos pelas cooperativas dentro das escolas municipais (com início ainda na infância e continuados por meio dos comitês e projetos de fortalecimento do cooperativismo) introduzem aos jovens do campo ideologias voltadas ao (agro)negócio que são ditadas pela lógica do mercado, visando, em primeiro lugar, o negócio através da exploração do agro, que além de impossibilitar uma educação integral e libertadora, também oferece uma gradativa perda dos saberes geracionais em detrimento ao conhecimento técnico, que intensifica a subordinação e a dependência destes sujeitos ao capital.

No desenvolvimento desses programas, oculta-se o essencial, que é o processo de formação ideológica que ocorre, ou seja, transformar as ideias da classe dominante para a sociedade como um todo, fazendo com que a aparência social tome lugar da realidade vivida. “Para que isto ocorra é preciso que a classe dominante, além de produzir suas próprias ideias, também possa distribuí-las, o que é feito, por exemplo, através da educação, da religião, dos costumes, dos meios de comunicação disponíveis” (CHAUI, 2008, p. 46).

Ainda conforme Chauí (2008), para essa formação ideológica ser efetiva, é preciso que os membros da sociedade percebam que as características comuns a todos sejam mais relevantes do que as diferenças sociais existentes, deixando, dessa forma, de considerar o conflito de classes existente.

É preciso ressaltar que este projeto de formação ideológica que atua na multidimensionalidade do espaço não visa apenas a realização de lucros a curto a prazo, nem somente a difusão e expansão do nome da cooperativas. Tais programas operados pelas cooperativas expressam os valores da classe dominante e objetivam alcançar a subjetividade dos sujeitos presentes neste espaço. Uma vez tendo atingindo esta dimensão do espaço, passam a difundir o novo-velho modo de pensar e agir. Tal modo que é caracterizado por uma fachada moderna que esconde um pensamento conservador, de incentivo ao individualismo, a intolerância, que coíbe a organização social.

Evidência da cooptação da subjetividade e alinhamento com o pensamento conservador pode ser verificada em nossa área de estudo, com a votação obtida pelo então presidente da república Jair Bolsonaro, nas eleições de 2018 e 2022. Ainda que tal fato não se explique somente pela escala local, a expressiva votação é vista como uma obediente resposta aos chamamentos realizados pelas cooperativas.

A diversos mostras desses chamamentos realizados, entrevistas concedidas nas rádios locais, outdoors patrocinados pelos Sindicatos Rurais Patronais da região, reuniões internas, exemplo mais evidente disto é a Carta (Anexo A) escrita pelo presidente da Cooperativa Lar e publicada pelos jornais locais em que pede votos para a reeleição de Bolsonaro. Tais exemplos não foram exclusivos à nossa área de estudo mas tiveram aqui grande aceitação do projeto defendido, diante da identificação que fora construída ao longo dos anos com ajuda dos programas de formação desenvolvidos.

A realização dessa formação continuada, por parte das cooperativas, não ocorre de maneira isolada, e muito menos é uma ação pioneira deste empreendimento. Há uma série de outros exemplos de iniciativas “educacionais” por parte de empresas privadas que, utilizando-

se das ferramentas estatais, contribuem para perpetuação de não somente um modelo hegemônico de agricultura, mas também um modelo de sociedade.

A nível estadual, podemos citar o Agrinho, iniciativa da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que desde os anos 1995 é desenvolvido dentro das escolas do Paraná, tendo atingido mais de 1,5 milhões de alunos. Na atual conjuntura de crise sanitária e social intensificada pela pandemia do Covid-19, momento da história em que o tecido social se torna fino e transparente, deixando amostra as desigualdades presentes na sociedade, estes programas tornam-se ainda mais vitais para os donos poder.

E ao voltarmos nossos olhos para a edição de 2022 do “Concurso Redação Paraná Nota 10”, é evidente a ênfase no prêmio a ser ofertado, Agrinho premiará estudantes com *smartphones* (2022), diz a manchete publicada na página da Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná e replicada por vários jornais do estado. Tal ênfase não é por acaso, diante dos números que a pesquisa realizada em 2020 pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), observa-se que a falta de dispositivos, como por exemplo computadores e celulares, e acesso à internet nos domicílios dos alunos, foram dificuldades relatadas por 88% dos entrevistados nas escolas do Sul do Brasil.

Longe de resolver essa abissal desigualdade quanto ao uso e acesso às tecnologias de informação, tal “recompensa” pela participação neste concurso reforça as amarras do tecido social fragilizado, pois usa-se desta necessidade real dos estudantes, os *smartphones*, que também é objeto de desejo e, para muitos, uma ferramenta de afirmação social, para seduzir estudantes e professores a participarem do concurso “Redação Paraná Nota 10 – Agrinho 2022”.

Não é surpresa o tema da redação tratar da “Sustentabilidade Ambiental”, assunto frequente nos discursos empresariais e governamentais da atualidade, que, no entanto, se trata de uma falácia, pois a sustentabilidade em questão é do modo de produção capitalista, e não do meio ambiente.

Tanto o prêmio ofertado como o tema escolhido mudam conforme a tendência do momento, há uma questão mais profunda e solida a nos atermos é da parceria entre o Sistema FAEP/SENAR-PR e o governo do estado para a efetivação deste programa. Tal parceria entre o Estado paranaense e os 173 Sindicatos Rurais Patronais que compõem a FAEP já ocorre a 27 anos, e revela a gravidade desta questão nos mostra como a classe dominante utiliza-se das ferramentas públicas de ensino para promover e consolidar o modelo de agricultura empresarial.

Alentejano (2021) aponta que parcerias como esta apresentada fazem parte de um conjunto de ações que compõem a ofensiva do agronegócio sobre a educação, tal ofensiva é expressa para além do grande número de programas e projetos como o Agrinho e também pelo quantitativo de fechamento de escolas no campo.

Estes exemplos trazidos retratam a atuação das empresas e entidades patronais na educação básica, mas há exemplos destas “parcerias”, em que as cooperativas empresariais também atuam no ensino superior, tendo como objetivo a formação de profissionais que atuem em prol do “desenvolvimento e inovação no setor do cooperativismo agroindustrial” (FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, 2020). Este edital¹² que discorre sobre o Programa de Pesquisa e Inovação Fundação Araucária & LAR Cooperativa, esclarece que os recursos financeiros serão de duzentos mil reais, sendo metade deste valor custeado pela Cooperativa LAR, e a outra metade pela Fundação Araucária.

O que chama a atenção aqui, é novamente o uso de recurso público por meio da fundação estadual para desenvolver pesquisa de interesse direto do agronegócio, uma vez que a avaliação de relevância dos projetos será realizada por uma comissão instituída por diretores da LAR Cooperativa.

Chã (2018) ainda enumera outros programas que ocorrem a nível nacional, como o Agronegócio na Escola (Associação Brasileira de Agronegócio), o Projeto AGORA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), a Comunidade Educativa da BUNGE, o SYNGENTA Escola no campo, o DuPont na Escola e o Escola Germinare do Grupo JBS. Além destes programas, há também o recente movimento “mães do agro” que se propõe a fiscalizar o conteúdo dos materiais didáticos e a atuação dos professores que criticam o agronegócio.

Estes são alguns dos principais projetos desenvolvidos dentro das escolas que contribuem para a difusão do paradigma empresarial na sociedade brasileira. São instrumentos de formação política e ideológica da classe dominante transvestidos de ferramentas educacionais. Tais mecanismos constroem, no território imaterial, no imaginário social, um campo harmônico e homogêneo, escamoteando os conflitos socioambientais e contribuindo para a manutenção do controle do território.

Outro mecanismo de formação ideológica e controle territorial em nossa área de estudo se dá através do rádio, este indicativo torna-se relevante pois vai além de uma publicidade comum, são comunicações com horários predefinidos que ocupam lugar na grade de

¹² Disponível em <https://www.fappr.pr.gov.br/Noticia/Araucaria-e-Lar-Cooperativa-Agroindustrial-lancam-chamada-publica-com-o-recurso-de-R200-mil>. Acesso em 20 ago 2022.

programação de algumas emissoras da região. Os programas e emissoras e horários identificados estão listados na Tabela 5.

Tabela 5 - Programas de rádio das empresas e cooperativas do Oeste paranaense

Rádio	Canal	Empresa/Cooperativa	Município	Horário
Rádio Educadora	Am 630	Copagrill	M. C. Rondon	13:00
Rádio Difusora	Am 970	Copagrill	M. C. Rondon	12:00
Rádio Tropical	Fm 106,3	Copagrill	Quatro Pontes	11:50
Rádio Cristalina	Fm 103.7	Coamo	Nova S. Rosa	12:00
Rádio União	Am 900	Coamo	Toledo	12:00
Rádio Vale Verde	Fm 96.5	Coamo/Copacol	Jesuítas	11:45
Rádio Crystal	Fm 100.1	Copacol	Cafelândia	11:50
Rádio Vale Verde	Fm 96,5	Copacol	Assis C.	11:45
Rádio Amiga	Fm 101.3	Copacol	Formosa do O.	11:50
Rádio Pioneira	Fm 98.9	Copacol	Formosa do O.	11:50
Rádio Club	Am 1570	Copacol	Nova Aurora	11:50
Rádio Pitiguara	Fm 92.1	C. Vale	Assis C.	11:50
Rádio Palotina	Fm 87.9	C. Vale	Palotina	11:50
Rádio Clube	Fm 99.3	C. Vale	Palotina	11:50
Rádio Continental	Am 570	C. Vale	Palotina	11:50
Rádio Cultura	Am 1520	C. Vale	Palotina	11:50
Rádio Terra Brasil	Fm 102.5	C. Vale	Terra Roxa	11:50
Rádio Grande Lago	Am 580	LAR	Santa Helena	12:00
Rádio Terra das Águas	Fm 93.3	LAR	Santa Helena	
Rádio Independência	Fm 92,7	LAR	Medianeira	12:00
Rádio Matelândia	Am 1240	LAR	Matelândia	12:00
Rádio Massa	Fm 97,9	LAR	Céu Azul	12:00
Rádio Jornal	Am 1400	LAR	São M. Iguaçú	12:00
Rádio Costa Oeste	Fm 106.5	LAR	São M. Iguaçú	
Rádio Guaíra	Fm 89,7	LAR	Guaíra	**
Rádio Guaçu	Am 810	**	Toledo	Sáb -11:45
Rádio Integração	Am 1380	Primato	Toledo	*

*Tem patrocínio, mas não tem informativo na grade de programação; **Aos sábados 15min Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Fonte: Site das empresas e rádios da mesorregião oeste; Anatel – Cadastro de Frequência Modulada, Ondas Curtas. Médias e Tropicais. Org. Luz; E. L. Z. (2022).

Os dados sobre os programas e informativos foram obtidos inicialmente por meio das informações e programações divulgadas no *site* das próprias empresas, complementadas com os dados disponíveis no *site* da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)¹³.

Neste processo de verificação da programação, dois pontos chamaram a atenção, o primeiro é de que das rádios pesquisadas, mesmo aquelas que não contam na sua programação

¹³ Para este procedimento complementar de verificação da programação das estações de rádio do Oeste paranaense, acessamos o banco de dados disponível no *site* da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), realizamos consulta dos registros por localidade de serviços de Radiodifusão em Frequência Modulada, Onda Média, Tropical e Curtas. Desta maneira, obtivemos em tabela compatível com o Excel, as estações de rádios registradas na Anatel de todo o Paraná. O segundo passo foi selecionar os municípios pertencentes à mesorregião Oeste e fazer a verificação da grade de programação.

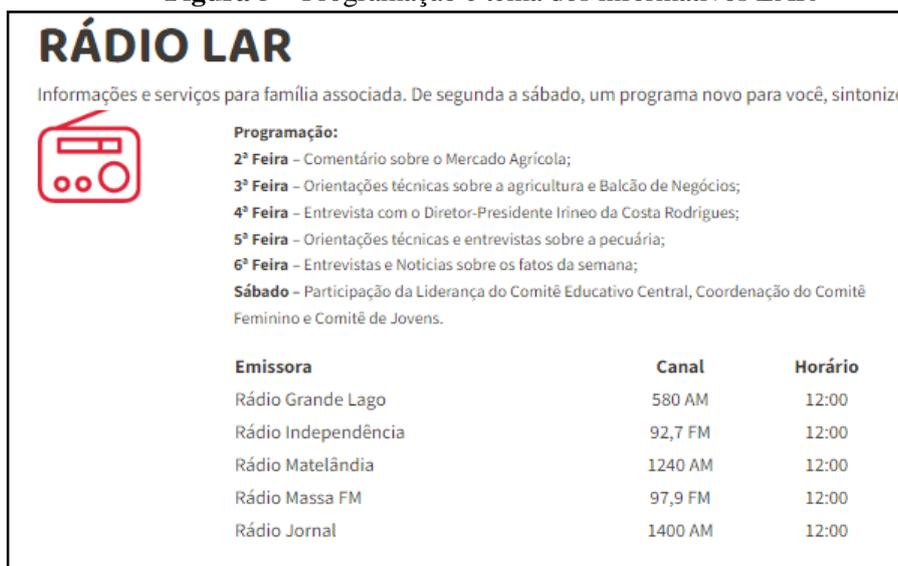
com um informativo direcionado a alguma empresa ou cooperativa do Oeste paranaense, tem em sua grade algum programa que faz menção à agricultura ou ao “homem do campo”.

O segundo ponto observado é que em algumas estações, como na Rádio Cristalina, do município de Nova Santa Rosa, também fixam em sua programação o programa “O Homem e a Terra”, produzido pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR) e, conforme aponta o *site* do IDR, é veiculado de segunda à sexta-feira por mais de 114 emissoras do estado do Paraná, estando no ar há mais de 45 anos, desde 10 de maio de 1976.

Outra questão que toma destaque é que dentre as programações das rádios pesquisadas, encontramos uma única emissora, a Rádio Guaçu de Toledo/PR, com horário fixo para veiculação do informativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ou seja, ainda que não façamos uma análise do conteúdo, o nome do programa indica que é o único espaço previamente reservado que pode trazer conteúdo mais diretamente ligado aos trabalhadores rurais.

Nessa consulta pode-se perceber que algumas cooperativas como a Lar, Copagril e C.Vale, disponibilizam em seus *sites* a programação e os horários que seus informativos são veiculados e em qual emissora a transmissão é feita. No caso da Cooperativa LAR, como vemos na Figura 5, é trazido ainda um detalhamento por temas que serão abordados durante toda a semana, além disso, o arquivo do informativo em áudio é disponibilizado no *site* da empresa.

Figura 5 – Programação e tema dos informativos LAR



RÁDIO LAR
Informações e serviços para família associada. De segunda a sábado, um programa novo para você, sintonize



Programação:
2ª Feira – Comentário sobre o Mercado Agrícola;
3ª Feira – Orientações técnicas sobre a agricultura e Balcão de Negócios;
4ª Feira – Entrevista com o Diretor-Presidente Irineo da Costa Rodrigues;
5ª Feira – Orientações técnicas e entrevistas sobre a pecuária;
6ª Feira – Entrevistas e Notícias sobre os fatos da semana;
Sábado – Participação da Liderança do Comitê Educativo Central, Coordenação do Comitê Feminino e Comitê de Jovens.

Emissora	Canal	Horário
Rádio Grande Lago	580 AM	12:00
Rádio Independência	92,7 FM	12:00
Rádio Matelândia	1240 AM	12:00
Rádio Massa FM	97,9 FM	12:00
Rádio Jornal	1400 AM	12:00

Fonte: LAR (2022).

Como vemos na Figura apresentada, que traz o tema dos programas produzidos pela LAR e transmitidos durante a semana, o conteúdo trata de assuntos técnicos e informativos. De

maneira direta não aparece uma propaganda da empresa, e sim informações úteis para os associados à Cooperativa, de modo similar, é o que também acontece com os informativos produzidos pelas outras cooperativas da mesorregião Oeste.

O papel que o rádio exerceu enquanto instrumento de formação ideológica na mesorregião Oeste do Paraná, sobretudo em Marechal Cândido Rondon, é trabalhado de maneira mais aprofundada por Schlosser (2001, 2005) que trata da temática da modernização agrícola no Oeste paranaense, e faz a análise do discurso produzido pela Rádio Difusora, e em sua tese trata da contribuição desta rádio ao processo de modernização da agricultura. Esses trabalhos nos mostram a fundamental importância que o rádio teve para o processo de modernização da agricultura, também evidenciam a maneira como a Cooperativa Copagrill torna-se agente local da transformação agrícola, tendo a Rádio Difusora como um instrumento deste processo. Ainda que os estudos elencados aqui limitem-se a relacionar a atuação da Rádio Difusora e a cooperativa Copagrill, cabe ressaltar que isso não ocorreu de forma inédita ou isolada.

O rádio consagrou-se como um dos veículos de comunicação mais populares, sobretudo no meio rural, e desde a década de 1950, os empresários já reconheciam o importante papel deste meio de comunicação diante da grande capilaridade com que atingia os mais diversos espaços, fato que motivou a compra da Rádio Rural de Concordia-SC, em 1956, pelo Grupo Sadia, passando fazer uso deste veículo para comunicar-se com os integrados à empresa (AMADOR, 2010).

No caso da empresa Sadia, antes da aquisição da rádio, ela utilizava outros meios para comunicar-se com os integrados, como jornais e boletins informativos, mas de acordo com Atílio Fontana, os efeitos não eram satisfatórios, porque os agricultores pouco liam e tinham dificuldades de interpretar e assimilar os ensinamentos ali divulgados (FONTANA, 1980, p. 136). Neste exemplo, diante da atuação enquanto parlamentar e empresário, fica evidente que os efeitos esperados iam além das instruções técnicas ou operacionais.

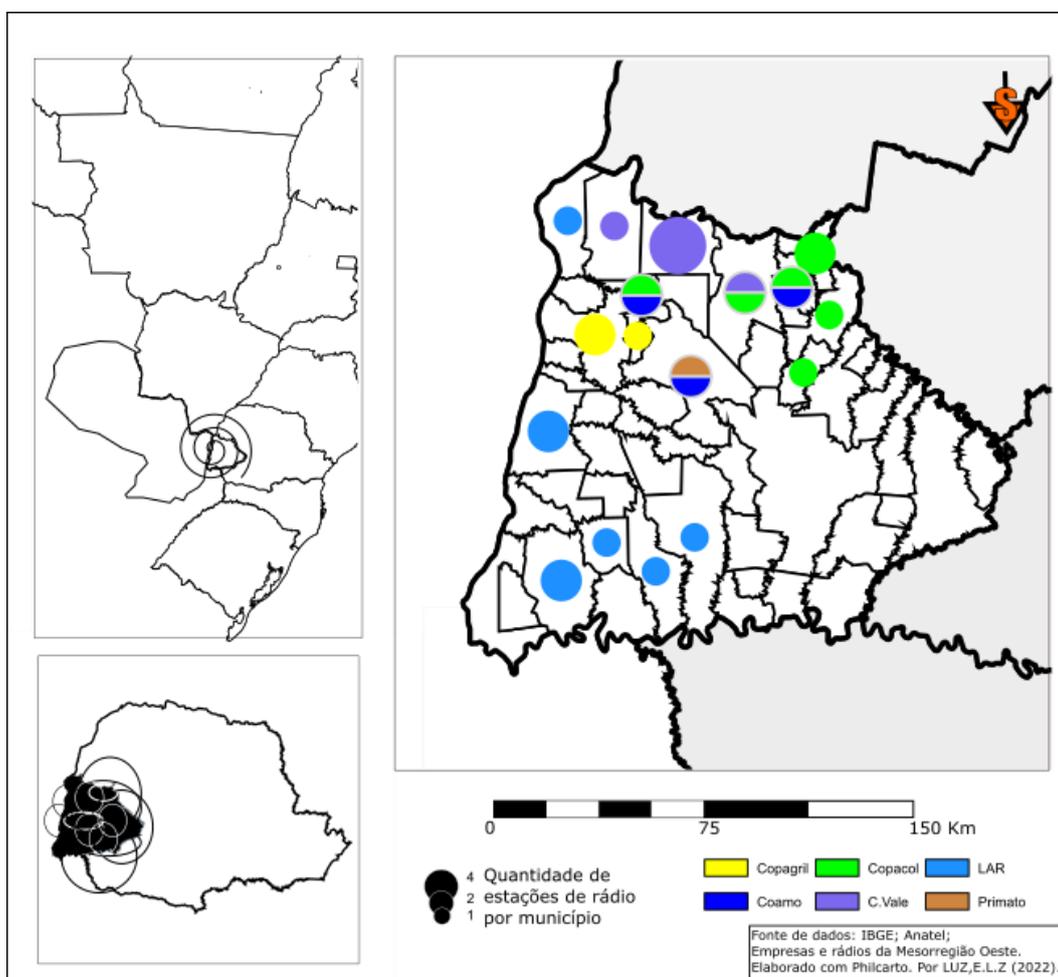
Analisando o momento presente e o contexto local, é perceptível que os interesses corporativos que justificam a veiculação diária de informativos nas respectivas rádios também vão além de informações técnicas, instruções e práticas de manejo direcionadas aos seus associados e integrados, ou seja, o público interno.

Como vimos por meio da Tabela 5, este modelo de negócio e estratégia de comunicação é, ainda hoje, utilizado pelas cooperativas da mesorregião Oeste paranaense, e por meio dos

dados obtidos, elaboramos o Mapa 4, que possibilita uma análise espacial da maneira como o rádio serve de instrumento de dominação e controle do território.

O Mapa 4 evidencia a localização das estações das rádios, de onde ocorrem as transmissões dos informativos das cooperativas estudadas, mas como sabemos, as ondas de rádio não se atêm a limites municipais, divisas estaduais ou mesmo a fronteiras nacionais. Deste modo, na parte esquerda deste mapa buscamos representar a área de estudo no contexto estadual e nacional, sendo possível, assim, observar que a propagação dos informativos das cooperativas vai além de suas áreas de abrangência, ampliando a territorialidade destes empreendimentos e reforçando o controle territorial exercido em suas áreas de atuação.

Mapa 4 – Localização das estações de rádio com programas informativos das cooperativas da mesorregião Oeste do Paraná



Fonte: Site das cooperativas e rádios; Anatel (2022); Org. Luz; E. L. Z. (2022).

Ao compararmos o Mapa 4, que nos mostra a localização das estações de rádio, com o Mapa 3 (página 45), que revelou a área de abrangência das cooperativas avicultoras da

mesorregião Oeste, é possível constatar a correspondência estabelecida entre a localização das cooperativas e a localização das estações de rádio. Colocando de maneira mais clara, temos, por exemplo, no município de Palotina, que corresponde a área de atuação predominante da C.Vale, rádios que veiculam os informativos referentes à cooperativa local.

Mesmo que não façamos uma detalhada análise do discurso presente nos informativos replicados pelas rádios, é possível constatar que estas inserções diárias atingem não somente aos camponeses integrados às cooperativas, e sim toda a comunidade, e diante do serviço de utilidade prestado (previsão do tempo, cotação da moeda, valor da saca etc.), contribuem para que estes empreendimentos se tornem parte do cotidiano das pessoas presentes na área de alcance das rádios.

Por meio das inserções diárias as cooperativas desenvolvem uma certa onipresença no espaço, onde particularmente cada uma delas trata de assuntos peculiares a suas áreas de atuação e conjuntamente estabelecem um oligopólio das informações prestadas. Os assuntos pautados carregam normas e informações sobre quais as tecnologias disponíveis, qual maquinário é melhor, que tipo de manejo deve ser realizado, os insumos que devem utilizar, trazem sobretudo informações que orientam como estes sujeitos devem servir.

Ao mesmo tempo que os programas comunicam e orientam aos camponeses enquanto cooperados, os nega enquanto sujeitos políticos, enfatizam o “novo” ocultando-lhes a sua própria história. Difundem uma visão de mundo míope para as injustiças, desigualdades e a luta pela terra. Buscam formar colaboradores, que não se reconheçam como classe camponesa, mas como empresários do campo, parte integrante das cooperativas.

Os informativos diariamente trazem mensagens fracionarias de aparente utilidade pública, mas que ao juntar-se contribuem para a perpetuação do controle do território pelo capital, muitas das vezes tais mensagens são percebidas pelas lacunas deixadas e os silêncios presentes. No entanto em determinados períodos aparecem de maneira direta, deixando evidente a utilização dos programas de rádio como mecanismos de controle.

Exemplo disto foi o programa Rádio Lar Cooperativa, transmitido em 5 de outubro de 2022 em que o diretor Sr. Irineo da Costa Rodrigues pede votos ao candidato Jair Bolsonaro e afirma que a cooperativa corria risco caso Lula vencesse as eleições. Tal episódio tornou-se prova material do inquérito (n.º 000244.2022.09.006/7)¹⁴ instaurado pela Procuradoria do Trabalho

¹⁴ Disponível em https://www.prt9.mpt.mp.br/images/arquivos/materias/2022/10.24_Cooperativa_Lar.pdf. Acesso em 25 jan 2023.

no Município em Foz do Iguaçu comprovando a existência de pressão e coação configurando o assédio eleitoral.

Os programas de rádio que analisamos, juntamente aos demais projetos vistos neste capítulo, os grupos e comitês de cooperados que coíbem o pensamento crítico, o Cooperjovem aplicado dentro das escolas municipais da mesorregião, configuram-se enquanto instrumentos de controle do território pelo capital. Promovem ações que desenvolvem o sentimento de pertencimento dos camponeses integrados para com as cooperativas em sua área de atuação, ao passo que incutem nestes sujeitos um paradigma empresarial ditado pelo mercado global e reproduzido localmente.

No item a seguir buscaremos compreender de quem são os camponeses avicultores presentes na mesorregião Oeste do Paraná, que resistem mesmo imersos a este conjunto de amarras do capital.

3.2 A CLASSE CAMPONESA NA AVICULTURA NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE: SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA

Tratamos ao longo do trabalho sobre o avanço do capital sobre o campo, de que maneira ele recria e subordina relações não-capitalistas para sua reprodução, no item anterior apresentamos vários mecanismos utilizados pela pelas empresas e cooperativas regionais visando a conquista e o controle hegemônico do espaço. Diante de tal cenário apresentado, cresce a importância de ressaltarmos a capacidade de resistência dos camponeses presentes em nossa área de estudo.

As famílias camponesas que visitamos e entrevistamos, não realizam grandes enfrentamentos através de movimentos ou sindicatos, ainda sim foram observadas diversas práticas inerentes a classe camponesa revelando a resistência desses sujeitos, que mesmo sob o jugo do capital, recusam-se a ver a terra somente como mercadoria.

Durante uma das entrevistas pergunto a um dos camponeses avicultores se é vantajoso ter aviário. “Pois é. (pausa) É isso aí, né? Se ficar o bicho come, se correr o bicho pega” (E. H. MARECHAL C. RONDON, 2021). A resposta vem de maneira simples, uma breve frase que de imediato pouco revela, à primeira vista indica que praticamente não há o que fazer, a complexidade fica restrita aos detalhes, pois é, uma pausa acompanhada de um olhar perdido, não observava o externo, sem dúvida era um olhar reflexivo, pensativo, vislumbrava as razões de estar na avicultura vagando rapidamente pelo passado, também via o presente e as

dificuldades enfrentadas.

Os ditados populares, como o que foi dito: “[...] se ficar o bicho come, se correr o bicho pega”, são difíceis de serem compreendidos na totalidade, carregam muito da subjetividade de quem o proferiu, o contexto, o gesto, o tom, tornam-se importantes para conseguir captar a informação contida. A frase em questão que poderia significar uma apatia e indecisão diante da situação, entendemos como sinônimo de resistência e enfrentamento.

Mas levando em conta o panorama apresentado ao longo do trabalho, que nos mostrou o alijamento da classe camponesa frente ao projeto de desenvolvimento adotado para o país, podemos compreender que este “bicho” que lhe assusta, é o temor de perderem a terra de vida e trabalho, é o medo de deixarem de ser camponeses.

E com essa ameaça que ronda e que, inevitavelmente, os alcança, sem que haja apoio do Estado, políticas públicas que os fortaleça na disputa com o “bicho”, o campesinato diante do dilema entre parar ou correr, passa a caminhar enfrentando e resistindo, mesmo que para isso precise buscar a subordinação ao capital industrial através da avicultura.

Levando em conta as considerações de Martins (2009) de que os cientistas sociais não trabalham apenas com as informações imediatamente visíveis, antes buscam interpretar o que há por trás das falas comuns e compreender sobre os significados, podemos compreender que o “bicho” que aparece na resposta do camponês citado, representa o Capital avançando sobre o campo.

Foi diante o avanço do Capital sobre o campo, que impossibilitou a permanência destes sujeitos em seu local de origem, assim como foi também o avanço do Capital sob a mesorregião Oeste do Paraná que “comeu” os indígenas e camponeses posseiros que já ocupavam esta região antes da chegada desses camponeses proprietários.

A semelhança das histórias das famílias entrevistadas revela de que maneira ocorreu a chegada destes camponeses na região, que em sua maioria adquiriram uma “colônia de terras”, medida que equivale a 25 hectares. O termo colônia também dá pistas para a origem comum camponesa destes sujeitos, vindos das antigas colônias de povoamento do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Outros elementos ainda presentes na paisagem, contribuem para recontar a história destes camponeses que migraram para esta região a partir de 1950. A exemplo disso, temos a Figura 6, a primeira casa em que morou a família da senhora N. L, durante os primeiros anos que haviam chegado de Santa Catarina. Construção com quase 60 anos, feita toda em peroba, madeira retirada do local e beneficiada localmente, destinava-se à moradia da família e era

utilizada também como estrebaria. Como nos contou a senhora N. L, era comum esse modelo de casa, e a Figura nos ajuda compreender o cotidiano da época retratada.

Figura 6 – Primeira moradia da senhora N. L.



Fonte: Luz, E. L. Z. (2021).

Um pouco da história da classe camponesa que se faz presente na região é também retratada na fala do Senhor E. F., quando este nos conta sobre a chegada dos pais e avós:

Quando vieram pra cá, em 1951, eles trouxeram uma galinha choca com pintinho e plantaram milho, imagina, era tudo mato e nem era com a matraca, era enxada. Deu dois anos de seca que não colheram nada. Lá em Santa Catarina tinham caixa de abelha, vaca de leite e vieram aqui pro nada. Eles choravam, as crianças choravam de fome e não tinha. (E vieram?) Porque diziam que a terra do Paraná era muito boa. O pai falava que quando vieram pra cá, o cara da Maripá ali em Cascavel falou essas terras aqui olha, era mato mas era plaino, e dizia assim essa aqui é só pra criar cabrito, era aquelas barba de bode, só da cabrito aqui. E aquela vez não existia adubo, calcário. Daí mostrava aqui ó (Marechal C. Rondon) aqui é terra fértil, imagina aquelas Perobas, Ipê, tudo madeira boa né. Daí uns foram pra Guaíra e falavam aqui é bom pra construir casa é tudo areia. E que nem aqui na época pagavam vamos dizer R\$10,00 o Alqueire, ali em Guaíra davam por centavos era de graça, por isso tem as áreas maiores. Cascavel também, quantas fazendas maiores né. Aqui sempre foi mais caro. Vendiam tudo de 10 alqueire. Uns compravam 10, outros duas colônias, outros três (E. F., MARECHAL C. RONDON, 2021).

O relato apresentado, que trata sobre os anos iniciais da família de E. F na região do atual município de Marechal Candido Rondon, mostra dois elementos fundamentais da classe camponesa: a terra e a força de trabalho familiar. Também no mesmo trecho, E. F. fala dos preços das terras que eram comercializadas na região, os corretores e loteadoras utilizavam o argumento da fertilidade do solo para justificar o preço maior, no entanto, Gregory (2012) revela que os preços elevados na área da antiga fazenda Britânia se davam em razão da segurança jurídica das propriedades. Neste espaço, a “limpeza de área” tinha ocorrido de modo mais eficaz.

Dos causos e histórias contadas, também se aprende sobre a resistência da classe camponesa. No trecho anterior, E. F. nos fala das dificuldades encontradas no início do estabelecimento, o trabalho árduo, da seca, da fome, e já no recorte a seguir é possível ver que mesmo com desafios iniciais superados, não dispunham de uma vida de fartura, apesar de a propriedade já lhes garantir as necessidades básicas, também não lhes proporcionava muito além disso, não havia margem para “luxos”. A carne vermelha, por exemplo, era tida como uma comida nobre.

O pai da minha mãe tinha um caminhãozinho, daí uma vez por mês ia pra Rondon então, daí ia na estrada e começava buzinar e vinha todo mundo pra ir fazer compra. Tinham ali pra cima onde é o hotel avenida, que agora desmancharam, um restaurante que eles falavam que passavam e iam comprar ossos pro cachorro, daí o dono da churrascaria dava. Imagina... Aquilo lá de Rondon até aqui eles afinavam os ossos de tanto lamber. (Mas aqui não tinha carne sobrando?) Não, Não... Que nem a família da mãe eram treze mais o nono e a nona, daí quando carneavam uma galinha caipira, não uma dessas de granja como hoje, aquela dava um quilo e meio, daí a coxa era pro nono outra coxa pra nona, pedaço de peito pro mais velho e ia indo assim, não era ah eu vou pegar essa aqui. O nono Trento ia lá primeiro e dividia o resto (E. F., MARECHAL C. RONDON, 2021).

Neste breve retrato, vem à tona outros elementos que compõem o modo de vida camponês: os costumes, as tradições, a organização patriarcal em que o melhor pedaço da carne ficava com o chefe da família. Fazem parte dessa herança cultural também o conhecimento passado entre as gerações, podendo ser evidenciado na seguinte fala: “Meu Nono falava, quem tem chiqueirão de porco, vaca de leite, tá bem. Pode olhar na propriedade, quem tem só lavoura tem que ter bastante daí né uns 100 alqueire dá, está tranquilo, mas 4 ou 5 alqueire se o cara não tem uma renda extra” (E. F., 2021).

Todo esse conhecimento produzido e reproduzido no âmbito familiar, caracteriza a forma como o campesinato se relaciona com o mundo, em que constrói um modo de vida único

podendo ser evidenciadas pelas marcas deixadas no território. Havendo elementos comuns a toda classe camponesa, como também agregando conhecimentos peculiares a cada região ou família.

Essa herança cultural também era uma característica que despertava o interesse das empresas colonizadoras, o maior enquadramento à ética do capitalismo, do trabalho como virtude, e do conhecimento prévio ao sistema integrado, foram decisivos na escolha deste grupo social para ocupar este espaço. Gregory (2002) já havia pontuado sobre o interesse das empresas colonizadoras neste grupo social, justamente devido a este enquadramento.

De certo modo, estes sujeitos ainda carregavam consigo a sina dos colonos estudados por Martins (2015)¹⁵:

A sua designação como colono já era parte de um ardil ideológico que o comprometia com a propriedade. Nos lugares de emigração, na Europa, colono era a denominação de quem ia colonizar as regiões novas dos Estados Unidos ou da Austrália. No Brasil, entretanto, colono passou a ser sinônimo de empregado. Por oposição ao escravo, o colono entra na produção do café pela valorização moral do trabalho, não só porque o trabalho fosse uma virtude da liberdade, mas porque era condição da propriedade (MARTINS, 2015, p. 52, grifo nosso).

O momento que Martins trata é da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre nas lavouras de café no Século XIX. E que além da valorização moral do trabalho, havia também outro mecanismo utilizado para a sujeição ao trabalho, que era a busca pela propriedade. Já em meados do Século XX, os camponeses que migraram para o Oeste do Paraná, em sua maioria, já possuíam propriedades na família, então a sujeição ao trabalho era intermediada pelos bancos, pois exatamente a condição de proprietários que estes camponeses das antigas colônias do Sul detinham é que os tornava aptos a realizarem o parcelamento das novas propriedades. Ou seja, estes sujeitos já carregavam consigo os valores do trabalho como virtude e detinham a condição jurídica necessária para financiar sua propriedade, desta maneira, para a consecução dos planos dos gestores públicos e dos empresários que idealizaram a apropriação deste espaço e inserção aos ditames do capital, bastava que estes valores fossem reforçados nos camponeses que migraram para esta região. A autodisciplina é uma das características valorizadas e que foram trazidas junto, podendo ser percebida no seguinte

¹⁵ Estes sujeitos divergem não somente quanto ao período de migração, mas também pelas distintas relações de trabalho desenvolvidas, visto que os colonos das fazendas de café do Sudeste vieram para substituir a mão-de-obra escrava, trabalhando sob o sistema de parceria. Diferentemente dos colonos do Sul, que foram trazidos com o objetivo de repovoar a região e produzir para o mercado interno.

comentário:

O pai do pai tinha chiqueirão de porco, engordava os porco, daí a falecida mãe perguntava porque nós não carneamos um porco desses, não... tá loco? Temos que vender eles né. Daí um dia quando ela estava grávida ela falou pro pai: tá louco? Nós podíamos carnear um leitãozinho desses. Aí o falecido nono tinha saído e quando voltou eles tinham carneado. Mas o negócio era criar os porco e vender, se não dava prejuízo, era a ideia da pessoa, não podia né. E aquela vez era tudo por conta ainda (E. F, MARECHAL C. RONDON, 2021).

Neste trecho, o entrevistado conta sobre a criação de porcos do seu avô, ainda não era uma produção integrada, não havia uma cobrança ou alguma regra, “era tudo por conta ainda”, mesmo assim, evitava-se o consumo dos porcos pois estes destinavam-se à venda. A prática de reservar os melhores animais para a venda foi incorporada no modo de trabalhar com a produção integrada.

Quando começamos com frango, veio o técnico e disse que era 10 frangos cada lote que podíamos pegar. Nós fazíamos o que, pegávamos aqueles perna torta, os pequeno, aí o técnico perguntou pra que esses aqui separado? Esse é pra nós. Ele falou, vocês são os donos, vocês produzem, cuida, pega os mais bonito pra vocês; esses aí vocês matam jogam fora na composteira. Mas não. Aí vai dar prejuízo. Mas vocês estão trabalhando pra isso, engordam 12 mil frango manda pros outros tudo os bons e vocês ficam com os ruins. Mas tipo assim a ideia era essa (E. F., MARECHAL C. RONDON, 2021).

Como ressaltou o entrevistado, “a ideia era essa”, ou seja, da mesma forma como ocorria com a criação de porcos nos anos 1960, também nos anos 1990, com os frangos, a prática não havia se alterado, no entanto, no caso dos frangos já era uma produção integrada ao capital industrial, podendo ser evidenciada pela presença do técnico agrícola nessa relação.

Procurando compreender a inserção destes camponeses na avicultura, buscou-se identificar os motivos que os levaram a entrar na atividade. Uma das razões mencionadas, foi o histórico familiar de produção animal para a venda, sendo o principal motivo citado, a busca pela diversificação da renda, pois conforme os relatos, a área para plantio seria insuficiente.

Quando os camponeses entrevistados relatam que o tamanho das propriedades está entre os motivos para o ingresso na atividade avícola, isso revela que já havia sido incutido nestes sujeitos a ideologia do modelo de agricultura baseado na produção de monoculturas em larga escala. Sendo assim, a área para plantio disponível em suas pequenas propriedades não se enquadravam ao novo modelo proposto, sobretudo do ponto de vista do capital, pois devido à dimensão das propriedades, o monocultivo e a mecanização das lavouras não seriam vantajosos.

Dessa maneira, devido ao cenário que se apresentava, não haveria lugar no mercado para produção vinda das pequenas lavouras, a “moderna agricultura” era lugar de grandes lavouras. Esse é o ponto em que a integração avícola aparece como uma alternativa, pois pode oferecer até “seis safras” por ano. Seriam até seis momentos de comercialização garantida pela integradora, o que traria uma maior segurança para os camponeses.

Em virtude dessa segurança que os camponeses buscam este tipo de integração, “se não tivesse o aviário, acho que nem estava morando aqui, foi o que me segurou na propriedade, os aviários” (G. L., MARECHAL C. RONDON, 2021). Essa fala deixa evidente que o ingresso na atividade avícola e a permanência neste modelo negócio integrado se dá, primeiramente, visando manter-se no campo.

No trabalho de campo realizado, entrevistamos camponeses nos municípios de Marechal Cândido Rondon, Matelândia e São Miguel do Iguaçu, nestas localidades, assim como em toda mesorregião Oeste paranaense, a inserção destes sujeitos na atividade avícola se deu majoritariamente através da empresa Sadia de Toledo – PR (hoje BRF¹⁶), que no período de implementação deste modelo de integração adotou uma prática de negócios que, de acordo com os entrevistados, beneficiava os camponeses.

Uma condição que a Sadia tinha para a instalação de aviários: No máximo eram três aviários, os aviários eram menores que os de hoje né eram cem por doze metros, da mil e duzentos metros quadrados né, então era no máximo três desses aí por CPF. Mas não eu chegar fazer sete, oito, dez de uma vez. Não era permitido. E outra, pelo menos quando eu entrei eles exigiam que o proprietário morasse na propriedade, não poderia morar fora. Isso no início dos anos 1990. Podia ter funcionário, mas teria que morar na propriedade. E quando vinha o técnico ele quase não passava as coisas com o funcionário, tratava com o patrão, por isso que era pra morar ali. Hoje em dia não, o cara mora lá em São Paulo e tem dez aviários aqui... E quase nem aparece nos aviários. Fica empresarial. O pequeno é muito [inaudível] quase, já preferem o cara que faz logo três, quatro. Na verdade a BRF começou isso né, de fazer os modal que eles falam. Então o cara não podia mais fazer nem um ou dois tinha que fazer logo quatro (E. H., MARECHAL C. RONDON, 2021, grifo nosso).

Podemos compreender que a condição de restringir o número de aviários por proprietários, por parte da empresa, mostrava uma busca por difundir a atividade ao maior número de agricultores, o que beneficiava os camponeses por facilitar a entrada dos pequenos nesta atividade. E a condição imposta, exigindo que o proprietário morasse na propriedade, caracteriza o perfil camponês que a empresa buscava.

¹⁶ A BRF, Brasil Foods S.A. resulta da fusão entre a Sadia e a Perdigão concluída em 2013.

Ainda no trecho anterior, o entrevistado faz uma avaliação de como está atualmente a avicultura, definindo-a como “empresarial”, o que contrasta com o modo como a atividade se apresentava no momento que os entrevistados entraram na atividade.

Comecei com um de 50 metros, depois montei pra 100, 125. Daí fiz mais um, fiz mais outro. Porque na época não era bem assim que tu pegava uma carrada de dinheiro em banco. Tinha que ter 50% de capital próprio, pra ter essa garantia. Se não eles falavam que não era pagável. E hoje, sei lá, como esse povo vai pagar isso (E. F., MARECHAL C. RONDON, 2021).

Quando comecei era um aviário de 50 metros que meu pai me deu, desmontei e trouxe pra cá. Emendei mais 50 metros. E depois coloquei mais um. Ainda solteiro, trabalhava com meu pai, já tinha aviário, e aí quando vim morar montei aqui (G. L., MARECHAL C. RONDON, 2021).

A maneira que os entrevistados relatam como se deu o início na atividade, a construção e instalação dos aviários são muito semelhantes. Do mesmo modo, também se assemelham as preocupações quanto às tendências de mudanças na atividade avícola, podendo ser percebida de maneira clara quando um dos entrevistados comenta que “[antes] era tudo mais pequeno né, hoje se tem que crescer ou parar. Hoje está assim sabe, ou você cresce ou para” (E. H., MARECHAL C. RONDON, 2021).

Figura 7 – Propriedade do senhor E.H.



Fonte: Luz, E. L. Z. (2021).

Na Figura 7, podemos ver a propriedade de um de nossos interlocutores, a imagem foi

cedida pelo entrevistado e fotografada pela empresa que realizou a instalação dos painéis solares fotovoltaicos. Além dos painéis, também é possível ver três aviários, sendo dois mais antigos, no centro da Figura, e um recente a esquerda. Estes investimentos na propriedade mostram o reflexo da fala “ou você cresce ou para”.

Esta afirmação de ter que “crescer” ou sair da atividade, liga-se com as afirmações de Marques (2008) sobre o paradigma da agricultura capitalista, que devido ao seu caráter excludente, muitos agricultores são excluídos devido às exigências de uma busca incessante de modernização.

Ao analisarmos o posicionamento das empresas e cooperativas avícolas, é nítido que esse discurso pela busca de melhoramentos é construído pelas empresas e reproduzido pelos avicultores, vejamos a fala sobre o assunto feita em 2019 pelo então gestor de fomentos aves da Copagril.

Na verdade acaba acontecendo o seguinte, ele vai se atualizando por conta, o produtor começa a perceber que ele vai ficando para trás, com os resultados com os ganhos financeiros e aí ele quer empatar com os de ponta, então ele quer receber essa diferença. Aí ele vai atrás da atualização tecnológica, vai procurar o que ele precisa fazer para melhorar. E aí é a extensão rural, a equipe técnica, que vai dizer pro produtor. Olha, trabalha com a pressão negativa, com sistema Dark-House, implanta mais exaustores, faz rebaixamento de telhado, utiliza a lâmpada dessa forma, tudo isso a equipe técnica vai tá trazendo pra ele, pra ajudar. Até porque se tu continuar tendo resultado ruim, tu acaba. Porque a conta vem aumentando, né? A luz aumenta, custo de mão de obra, então se você não ir se atualizando e aumentando sua receita sua margem vai achatando até o ponto de ficar inviável (TRENTINI, 2019, grifo nosso).

No trecho transcrito, destacam-se dois pontos: no primeiro que diz que é “a equipe técnica, que vai dizer pro produtor”, ou seja, o gestor, ao atribuir à equipe técnica a decisão sobre as atualizações e melhoramentos, a modernização sai de uma esfera que é política e torna-se uma questão puramente tecnológica, científica e econômica. Já no segundo trecho em destaque, o gestor novamente repassa a responsabilidade e, neste caso, a culpa pelos resultados ruins recai sobre os avicultores, ainda que estes não possam intervir no aumento dos custos.

Percebe-se que na situação apresentada, a cooperativa se isenta de ser ela a proponente de novos investimentos, melhoramentos, busca por aumento da produtividade, tudo isso é visto por parte do representante da Copagril como algo necessário e motivado pelo próprio mercado, como se a Copagril fosse alheia a este mercado.

Notamos também, que mesmo estes camponeses avicultores estando hegemônicos,

reproduzindo muitas vezes o discurso produzido pelos empresários da avicultura, há ainda nestes sujeitos resistências quanto a aceitação passiva das novas tecnologias.

Aqueles [Dark House] eu fui ver e não gostei. Tu anda numa penumbra assim né, eu saía tonto de lá dentro, saía da penumbra chegava numa claridade que nem hoje. Pra mim não serve isso aí. É mais caro, botam mais frango, eu não entendi direito. [Não abre as cortinas né] Os convencionais também já não fazem mais isso. Antigamente sim subia e descia a cortina, agora só o exaustor que puxa e entrada de ar e vai ligando conforme precisa o exaustor e não abre mais. Só abre pra fazer as manutenções, então o gasto de energia é enorme, tanto é que instalei placa fotovoltaica já, mas não tá dando conta não. Não está suprindo. Até me falaram que ia suprir, mas tem muita conversa também nessas placas aí. Colocam que até vai sobrar dinheiro, sobra nada. Daí teria que ter colocado bem mais placa pra suportar tudo (E. H., MARECHAL C. RONDON, 2021).

A avaliação negativa do novo modelo de aviários, em relação ao modelo convencional (Figura 8) se dá primeiramente em relação com a condição de trabalho, e não necessariamente com a maior rentabilidade, ainda que este entrevistado conte com um trabalhador contratado, o ponto de vista em relação aos aviários Dark House é de quem trabalha na avicultura e não de quem apenas colhe os resultados.

Figura 8 – Vista aérea aviário Dark House e convencional, Marechal C. Rondon, PR.



Fonte: Google Earth (2022). Org: Luz, E. L. Z.(2022).

Neste mesmo sentido, com um olhar que prioriza as condições de trabalho, outro avicultor também se mostra contrariado a respeito da adoção de novos procedimentos e exigências técnicas:

[No vizinho pediram para cortar as árvores do entorno] Vieram pra mim também dizer isto, eu não vou derrubar árvores, porque se tem uma árvore plantada o próprio cara que vem ver o aviário ele vai andar pela sombra, então

eu vou derrubar tudo minhas árvores e vou ficar andando no sol aí. Eu já falei pros caras da Lar, no dia que me obrigarem a fazer essas coisas aí, eu não puder fazer mais o que quiser eu vou fechar os aviários (G. L., MARECHAL C. RONDON, 2021).

Essas são mostras de que há, nestes sujeitos, relativa autonomia, embora dominados e subordinados ao capital industrial, preservam certo poder de decisão. Essa autonomia pode ser notada ao visualizarmos a paisagem de suas propriedades, a Figura 8 apresentada anteriormente, nos dá mostras disto. Na figura, temos a esquerda um conjunto (modal) com três aviários do tipo Dark House cada um com 2400m² e com uma capacidade total de alojamento de aproximadamente 136 mil frangos, ao redor deles é possível vermos uma área aberta, já sem árvores e com sinais de lavoura temporária colhida. A direita da figura aparece um outro conjunto de aviários mas do tipo convencional com cerca de 1200m² cada e capacidade de alojar cerca de 42 mil frangos no total, localizado em meio a diversas árvores e outras construções indicando serem moradias.

Tal paisagem descrita da vista aérea de dois modelos distintos de aviários, e duas maneiras distintas de organização espacial, podem ser interpretadas como um reflexo do nível de controle exercido pelo capital, em que quanto maior a presença do capital menos abundante é o espaço. Ou seja, nos aviários a esquerda em que temos maior vínculo com o mercado, a escassez é tamanha que nem mesmo o proprietário do aviário vive no local. Já nos aviários a direita, de propriedade da família F, ainda que estejam vinculados ao mercado, demonstram sua resistência ao ostentarem a diversidade e a capacidade de convivência com a natureza.

Ainda sobre o poder de decisão preservado pelos camponeses, fica mais claro neste trecho quando perguntado sobre a pressão das empresas para estarem reinvestindo na atividade:

Há eles dão a opinião deles né, mas é... a gente também pode alegar as dificuldades. Tipo eu teria que reformar ou até arrancar este aviário mais antigo, teria que fazer novo. Mas tá um milhão e pouco pra fazer um aviário, aí eu tenho que trabalhar mais dez anos pra pagar o investimento. Eu já estou com 57 anos (G. L., MARECHAL C. RONDON, 2021).

Este trecho revela um impasse apresentado por este avicultor, que busca manter-se na produção avícola, entretanto sem conseguir aceitar todas as exigências realizadas pela cooperativa diante do grande investimento que precisaria realizar. Neste caso, por esta família poder contar com o trabalho de um filho adulto, as melhorias técnicas são supridas pelo aumento do trabalho familiar.

Situação diferente ocorreu com outra família camponesa, que diante do impasse entre

reinvestir ou parar com a avicultura, tomaram a decisão de deixar a atividade avícola. Na Figura 9, pode-se visualizar o que restou do aviário da família e que está sendo desmontado e vendido.

Figura 9 – Aviário abandonado em Marechal Cândido Rondon-PR



Fonte: Luz, E. L. Z. (2022).

A entrevistada explica os motivos que levaram a família a parar com a atividade, de acordo com ela, após realizarem os cálculos, viram que não compensava reinvestir na atividade.

Como é uma construção mais antiga, você tem que ir fazendo as manutenções necessárias durante os meses. Mas aí quando mudou de empresa então as exigências começaram ser outras, a gente teria que investir muito pra deixar da maneira que eles queriam, não teve nenhum ultimato, foi opção nossa mesmo. Eles só pediam pra fazer isso, fazer aquilo, melhorias, assim como a Copagril também fazia. Íamos ter que fazer empréstimo, financiamento alguma coisa pra investir né, então fizemos os cálculos certinho e não compensava (N. K., MARECHAL C. RONDON, 2022).

Na propriedade da interlocutora, atualmente moram ela e o marido, há poucos anos as duas filhas do casal também viviam e trabalhavam no sítio, porém hoje vivem no espaço urbano.

Diante desses novos condicionantes, conseguimos identificar que os cálculos aos quais ela se refere não se restringem apenas a uma avaliação estritamente econômica, passa também, por um lado, pela avaliação da mão de obra familiar disponível para realizar o trabalho e, de outro, da necessidade demandada pelos consumidores dentro da unidade de produção. Ou seja, a decisão tomada baseou-se na relação trabalho-consumo, buscando a realização das necessidades básicas da família. O que nos conecta com as definições trazidas por Chayanov (1974):

Puesto que el estímulo básico de la familia trabajadora para la actividad económica es la necesidad de satisfacer las demandas de sus consumidores, y dado que sus manos son el medio principal para ello, debemos esperar, ante todo que el volumen de la actividad económica de la familia corresponda cuantitativamente en forma aproximada a estos elementos básicos en la composición de la familia (CHAYANOV, 1974, p. 56, grifo no original).

Tal decisão, ainda que possa ser encarada sob uma perspectiva individual, tem profunda ligação com elementos preciosos, tratando-se de classe camponesa. Reforçando as definições de Chayanov (1974), o que pesou na realização dos cálculos sobre a permanência na atividade foram a disponibilidade de mãos para realização dos trabalhos, mas também poder dispor de uma alternativa à produção avícola. Essa alternativa à produção de frangos é tida diante da oportunidade da participação nas Feiras de Pequeno Produtor do Município de Marechal Cândido Rondon. Como relatado pela entrevistada, faz 24 anos que participam da Feira do Produtor Rural Germano Hardke, que funciona há mais de 25 anos em um barracão construído pela prefeitura municipal, em um lote disponibilizado pelo Sindicato Rural Patronal, localizado na Rua do João VI, nº 911, em Marechal Cândido Rondon.

Eu participava do grupo de mães e abriu uma vaga pra quem quisesse participar da feira, como produtor rural, aí a gente começou com geleias, eu fazia queijo, iogurte essas coisas. (Esse clube de mães era promovido por quem?) Era da Copagrill ou da prefeitura não lembro. Acho que era em conjunto. Tinha essa vaga e como condição teria que ser produtor rural, então a gente entrou com isso, eu fazia bolo, calça virada, sonho, aí depois de um mês que estávamos na feira, eles precisavam de mais alguém com embutidos e aí a gente começou. [...] Nós tínhamos o aviário, mas aí quando surgiu essa outra oportunidade da outra feira, vimos que era mais viável ficarmos com a feira do que o aviário (N. K., MARECHAL C. RONDON, 2022).

Essa outra feira a qual a entrevistada se refere, é a feira livre Sabor e Arte, que funciona duas vezes na semana no centro de eventos de Marechal Cândido Rondon, fruto da ação da Associação de Feirantes, Conselho da Alimentação Escolar do município (Consea), com apoio

da Itaipu Binacional e, também, da Unioeste.

Na Figura 10 podemos ver alguns dos produtos comercializados por nossa interlocutora. São diversos tipos de embutidos de carne de porco e de gado, como charque, salame, costelinha, pezinho, morcilha, torresmo, entre outros. Produzidos por ela e o marido e vendidos quatro vezes na semana durante a participação nas feiras do município.

Figura 10 – Produtos vendidos na feira em Marechal Cândido Rondon-PR



Fonte: Luz, E. L. Z. (2022).

Um importante destaque em relação à participação na feira, e revelado na entrevista pela senhora N. K., é que ela ficou sabendo da oportunidade diante da participação no grupo de mães, que era organizado pela Copagril e pela prefeitura. Anteriormente, no item sobre os mecanismos de controle do território e formação ideológica, já havíamos trazido exemplos de outros grupos de integrados que envolvem a participação de jovens e grupo de mulheres.

Essas ações das cooperativas empresariais visam uma aproximação com as famílias e um aprofundamento dos laços, sobretudo os econômicos, a intencionalidade de algumas dessas ações são percebidas de maneira clara, como difundir o uso de novos produtos e ingredientes produzidos pelas indústrias, através de cursos de culinária e concursos de pratos. Há outras práticas menos visíveis, mas miram uma vinculação ainda mais profunda com as famílias, como o incentivo à produção acessória à avicultura (plantio de soja, milho ou também, a produção para o autoconsumo).

Tais práticas que incentivam a produção acessória são vistas como contraditórias, pois ao passo que fortalecem características camponesas ligadas à autonomia relativa destes sujeitos, também se utiliza destas produções acessórias para complementar a renda das famílias e mantê-

las subordinadas à avicultura integrada.

No caso da família camponesa em destaque, a feira era considerada uma atividade acessória, tendo um envolvimento maior da esposa, enquanto o marido era o responsável pelo aviário, atividade de maior retorno financeiro. A partir do momento que passa a obter um retorno maior da feira, com o acesso à feira Sabor e Arte, opta-se por deixar o aviário, conforme reafirma a entrevistada: “foi uma questão de braços, mas também de retorno” (N. K., MARECHAL C. RONDON, 2022).

Soma-se, neste caso, um outro fator diretamente ligado à lógica camponesa, que é a busca pela maior autonomia, adquirida através da venda de sua produção diretamente no mercado diante da participação na feira. Vejamos assim que a Feira do Produtor Rural Germano Hardke, mesmo tendo limites e contradições, pois funciona em parceria com o Sindicato Rural Patronal, oportunizou uma alternativa de produção para essa família camponesa. Esta por sua vez, diante do poder de decisão conservado ante a posse da terra, ou seja, dos meios de produção, é capaz de decidir qual atividade lhe é mais viável.

Este exemplo contribui para entendermos as compreensões de Fabrini (2008) sobre a relativa autonomia mantido pelo campesinato.

As relações camponesas são marcadas por certa autonomia e controle do processo produtivo, diferentemente do que ocorre na produção em escala do agronegócio, por exemplo. Embora subordinados, os camponeses não estão alienados como os operários assalariados no processo formal e real de subordinação. A alienação que atinge os trabalhadores expropriados não atinge o camponês da mesma forma, pois este é conhecedor do processo de produção (FABRINI, 2008, p. 261).

Outros exemplos que revelam as resistências camponesas na garantia de sua autonomia relativa também podem ser observados na Figura 11. Nesta, podemos ver em outra propriedade camponesa um parreiral de uvas e uma horta com verduras, chás e temperos. São exemplos de produções para o consumo próprio, ainda comuns nas propriedades visitadas, assim como a produção de leite, carne de gado, verduras, mandioca, abóbora, entre outras visualizadas em diversas propriedades visitadas.

Figura 11 – Produção para autoconsumo



Fonte: Luz, E. L. Z. (2021).

Para Mizusaki (2009), este movimento revela a lógica do desenvolvimento do capitalismo no campo, muitas vezes criando e recriando relações não-capitalistas, e que para compreendermos esta lógica desigual e combinada do capital, precisamos expandir as nossas análises para além das relações diretamente ligadas à atividade produtiva.

Ainda conforme a autora, “[...] Ao mesmo tempo em que lhe dão movimento, essas relações não capitalistas entram em permanente contradição no território capitalista” (MIZUSAKI, 2009, p. 326). Essa contradição pode ser observada no cotidiano da atividade avícola, como a existência da prática de ajuda mútua entre as famílias camponesas. Durante o trabalho de campo, nos foi relatado por um dos entrevistados, que ele e seu irmão, ambos detentores de aviários, frequentemente se ajudam na descarga dos frangos. “Quando descarregam aqui eles também ajudam, não compensa pegar gente de fora, porque além de pagar tem que ensinar a fazer o serviço” (G. L., MARECHAL C. RONDON, 2022).

Outra mostra desta prática camponesa, mas que foge à esfera da atividade produtiva e do mundo da mercadoria, foi observada quando da chegada à residência de uma das famílias entrevistadas. Observou-se que a massagista que havia prestado serviço a um dos familiares foi presenteada com uma garrafa de leite. Comentei sobre isso e o senhor G. L. me explicou que pagam pelo serviço de massagem e alongamento, mas como é difícil encontrar quem venha da cidade até lá, eles fazem este “agrado”.

Uma mostra simples, mas que contribui para compreender que as relações camponesas não são necessariamente mediadas pela lógica de mercado, pois é mais representativo,

simbólico e afetivo presentear com uma garrafa de leite do que pagar um valor maior pelo serviço de massagem.

Dentre o conjunto de práticas que foge das relações estritamente produtivas e que compõem a gama de características camponesas, podemos destacar também a relação de vizinhança.

A relação de vizinhança entre os camponeses é outra característica que evidencia a dimensão local da vida camponesa, pois permite uma sociabilidade forjada num pequeno círculo de famílias que vivem próximas umas às outras, pois as pessoas se identificam com um pequeno grupo (FABRINI, 2007, p. 28).

Na presente pesquisa, identificamos que essa relação é intermediada e fortalecida por meio da participação dos camponeses avicultores na comunidade religiosa, na qual os encontros não são restritos a celebrações religiosas, mas também havia cursos de dança, festas da comunidade, entre outros¹⁷. O papel que a igreja representa para a manutenção da relação de vizinhança é muito claro para estes sujeitos. Quando questionado sobre a importância da igreja para a comunidade, G. L. respondeu que “se não tivesse isso, ninguém mais se encontrava”.

Isso confirma as considerações de Fabrini (2007) sobre a centralidade que a igreja assume para a vida da comunidade camponesa como lugar de socialização, tornando evidente a importância das relações locais. A força dessa ligação se revela no conhecimento que cada morador tem a respeito de seus vizinhos, ainda que não se encontrem periodicamente ou morem a quilômetros de distância, se conhecem e sabem da situação um do outro.

O valor que estes sujeitos dão para relações pessoais é visto também nas atividades produtivas. No final de 2020, houve entre a LAR Cooperativa Agroindustrial (Medianeira-Pr) e a Cooperativa Agroindustrial Copagrill (Marechal Cândido Rondon-Pr) um processo de intercooperação¹⁸, que em suma consistiu na aquisição, por parte da LAR, de todo setor avícola da Copagrill.

Diante dessa aquisição, os produtores integrados à Copagrill passaram imediatamente a relacionar-se com a LAR, e isso, inevitavelmente, gerou comparações entre as duas cooperativas. Ao ser perguntado o que havia mudado após a aquisição do setor avícola da Copagrill pela LAR, um dos entrevistados fez a seguinte declaração:

¹⁷ Conforme relato de um de nossos interlocutores, tais atividades foram suspensas em virtude da pandemia.

¹⁸ Este processo foi comunicado através de nota conjunta em novembro de 2020, em que datava o início da intercooperação para janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.lar.ind.br/nota-conjunta-intercooperacao-entre-lar-e-copagrill/> Acesso em: dezembro de 2020.

Com a LAR é tudo inteligência artificial, tu quase não fala com ninguém, **a gente quase não tem contato com gente**. Tipo isso na verdade não muda muito, mas muita coisa atrapalha né, tipo questão de horário de alojamento, de abate. Sempre em cima da hora, eles te pegam de surpresa. No mais, eles são desorganizados em questão de horários, logística. Que nem, a Copagril toda quinta tarde saia o carregamento de aves da semana seguinte, então a gente já se programava ali quatro, cinco dias antes do abate já ficávamos sabendo. Agora só ficamos sabendo um dia e meio antes e quando vê eles ainda te mudam o horário (R. F., MARECHAL C. RONDON, 2022, grifo do autor).

Neste comentário, notamos que as críticas em relação à logística da LAR se dá em virtude das mudanças ocorridas, mas o que é pontuado, em primeiro lugar, é a falta de contato humano. Deste trecho, também podemos compreender o quão profundamente enraizava-se a relação desta família camponesa com a cooperativa Copagril. Na sequência, temos outro comentário que converge neste sentido.

A Copagril era melhor, a logística funcionava melhor, era mais pequeno acho, a Lar é enorme. Então a empresa grande é... Parecido como um comunismo, eu acho assim eu considero. É um começo de um grande comunismo, porque você tem só um número, você não é nada, tem que fazer o que eles mandam, você não tem direito a nada, se tu não faz de repente tu tá fora. Quando era a cooperativa era um pouco menos centralizado, sabe. [Agora na Lar] Você fala com fulano, manda falar com beltrano. Até que você chega lá na ponta... você não chega lá na ponta. Já era assim quando era na Sadia, daí quando era na Copagril mudou um pouco que a coisa era mais pequena né, você chegava ali era tudo mais próximo, agora mudou pra Lar tá do mesmo jeito (E. H., MARECHAL C. RONDON, 2021).

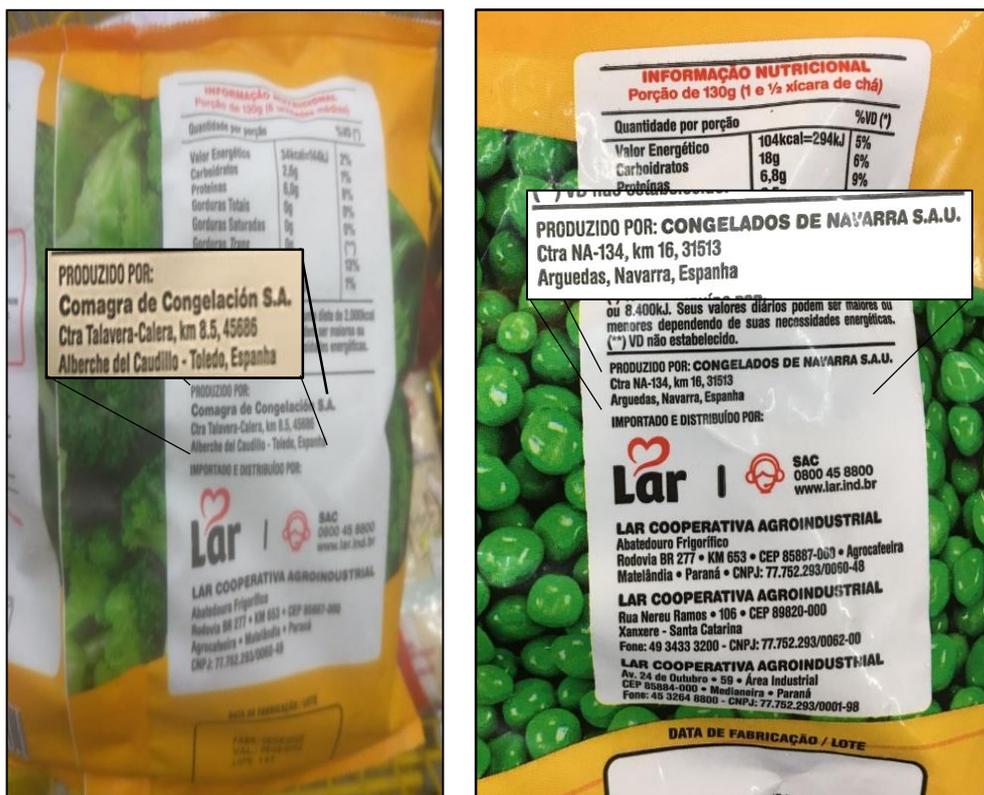
Este comentário é denso e intrigante, primeiramente vemos que o entrevistado trata da Cooperativa LAR como empresa. Ainda que as duas sejam cooperativas empresariais, conforme definição de Heck (2017)¹⁹, quando ele se refere à Copagril, há uma maior identificação, já a percepção sobre a LAR ser “grande” cria receios por ele não ser reconhecido como parte da cooperativa e não saber com quem está falando: “você fala com fulano, manda falar com beltrano. Até que você chega lá na ponta... você não chega lá na ponta”.

De fato, tratando-se da Cooperativa LAR, a atuação dela no mercado é maior e mais próxima a de uma empresa privada, figurando inclusive na vigésima segunda posição na lista da Forbes (2022), que reúne as cem maiores empresas do agronegócio brasileiro.

¹⁹ Pouco diferem das empresas tradicionais, também subordinam a renda camponesa e tem como objetivo a acumulação de capitais.

A Figura 12 retrata um exemplo da atuação da LAR, que em busca da maior lucratividade, diversifica seus negócios, realizando inclusive a importação de legumes congelados e comercialização nos mercados locais. Faz isso, mesmo que entrando em contradição com a missão proposta por ela e explícita em seu *site* “Promover o desenvolvimento econômico e social dos associados e comunidade” (LAR, 2022).

Figura 12 – Legumes importados pela LAR



Fonte: Acervo do autor, 2021, 2022.

Mesmo que a LAR tenha um volume maior de negócios e a atuação da Copagrill não seja tão menos significativa, afinal, na mesma listagem da Forbes mencionada, a Copagrill ocupa o sexagésimo sétimo lugar e, também tem diversificada atuação no mercado nacional e internacional, isso significa que ela também figura entre os grandes empreendimentos do agronegócio brasileiro.

Em vista disto, nota-se que a comparação entre as duas cooperativas não se dá somente diante do volume de negócios. O que comanda este julgamento por parte dos integrados é a percepção destes sujeitos em relação a cada uma.

Ao realizarmos uma entrevista com um camponês do município de Matelândia/PR (área de abrangência da LAR), foi possível identificar diversos elementos comuns entre este e outro

camponês de Marechal Cândido Rondon-PR. Ambos já com quase sessenta anos de idade e ao menos trinta anos trabalhando com a avicultura, proprietários de estabelecimentos menores que 30 hectares, e os dois, mesmo não tendo concluído o Ensino Médio, possibilitaram aos filhos a formação superior.

Nota-se nesta breve comparação, que as características gerais destes camponeses avicultores são muito parecidas, o que muda então é o município de residência e a visão sobre a cooperativa LAR, enquanto o avicultor de Marechal Cândido Rondon compreende a LAR como uma “enorme”, “empresa grande”, para o avicultor de Matelândia, a LAR é uma “cooperativa local, a que melhor paga e valoriza os integrados” (S. G., Matelândia, 2022).

Este julgamento subjetivo é fruto das vivências do cotidiano, intensificado pelas ações de fortalecimento empreendidos pelas cooperativas, diante da presença diária através de programas de rádio, por meio dos grupos de mulheres, jovens ou ações dentro das escolas municipais, que fortalecem os laços e criam uma grande identificação um sentimento de pertencimento que se relaciona intimamente com o lugar e com os agentes de transformação locais. Em um futuro próximo, é muito provável que a visão dos camponeses entrevistados (ex-integrados da Copagril), em relação à LAR, também seja alterada.

Uma segunda questão ainda em relação à entrevista do senhor E. H., é a comparação da empresa LAR com o comunismo, e que na visão dele seria algo ruim, “você tem só um número, tem que fazer o que eles mandam”. Isso corrobora com o entendimento de que acima dos processos de formação ideológica encabeçados pelas cooperativas a níveis locais e regionais, estes camponeses estão submetidos a um amplo processo de formação ideológica que muito se liga aos interesses políticos e econômicos dos empresários que possuem o controle hegemônico da indústria agropecuária.

Podemos compreender isso ao vermos como era o pensamento e atuação do político e empresário Attílio Fontana, um dos fundadores da empresa Sadia. Amador (2010) revela que a gestão do então vereador Attílio como presidente da câmara municipal de Concórdia-SC em 1948, ficou marcada pela cassação dos parlamentares eleitos pelo partido comunista, e já em 1964, enquanto senador, dizia temer a implantação do comunismo por João Goulart, e deu graças a Deus pela “revolução” de 1964 ter impedido isso.

Este exemplo nos dá uma amostra de como o pensamento de um dos empresários que contribuíram para a definição da política econômica brasileira é reproduzido pelos sujeitos que produziram a riqueza acumulada por estes empresários. Ou seja, os mecanismos que os vinculam economicamente também conta com um aparato ideológico.

Para além do pensamento hegemônico ou falta de consciência política nestes camponeses avicultores, isto nos leva a uma outra questão, que é a ambiguidade da condição camponesa em que ao mesmo tempo que é trabalhadora, também é proprietária dos meios de produção. Sobre isso, Paulino e Almeida (2010) afirmam que:

[...] nosso entendimento desta situação de ambiguidade que marca a trajetória camponesa: por um lado, luta por valores considerados conservadores ligados à reprodução de sua condição de proprietário de terra; por outro, luta contra as diversas formas de drenagem da renda fundiária, que ocorre na circulação dos produtos do seu trabalho e contra a ameaça de expropriação (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 27).

Ainda conforme as autoras, a classe camponesa tem uma existência social marcada pela radicalidade e pelo conservadorismo. Indicações desses valores conservadores podem ser percebidos diante da participação destes camponeses avicultores no Sindicato Rural Patronal, e mostras desta consciência trabalhadora são dadas em posicionamentos que protestam contra o modo que as cooperativas estão organizadas.

Como evidenciado na fala do camponês entrevistado: “antes tinha um cooperativismo, hoje é tipo empresa, só que pra eles, as integradoras, não interessa se o cara tá com uma dívida de um milhão ou dois, interessa que o cara está produzindo frangos pra eles” (G. L., MARECHAL C. RONDON, 2021).

Outro exemplo é quando questionados sobre a participação nas assembleias promovidas pela cooperativa Copagril, a resposta nos sugere que estes sujeitos estão atentos aos diferentes interesses que coexistem nestas instituições.

As cooperativas aquilo hoje é uma coisa bem dirigida, bem vamos dizer assim... Não é uma coisa discutida, é uma coisa que a diretoria planeja lá e daí fala pros associados. Fala, fala, fala... Pergunta você tem muito pouco pra fazer, depende das perguntas que você faz nem gostam, você acaba meio sendo marcado. Então eu já nem vou, se é pra ir lá escutar o blá, blá, blá dos dirigentes eu nem vou (E. H., MARECHAL C. RONDON, 2021).

Vejamos que essa condição ambígua, em certos momentos, os situa ao lado do empresariado, reproduzindo o discurso da elite agrária e agindo de modo conservador, defendendo a propriedade privada, mas é também esta condição ambígua que os permite resistir enquanto classe social, buscando alternativas para a sua reprodução social e resistindo através do trabalho familiar.

Esta condição ambígua que em certos momentos revela-se contestadora e, em outros,

de posicionamentos conservadores, também é possível ser verificada nas instituições representativas de classe, como por exemplo a Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (Aaviopar). Essa entidade, fundada em 2007 em Toledo-PR, e que desde o início de sua formação mantém fortes ligações com os setores patronais (HECK, 2017).

Ainda que Aaviopar tenha sido gestada dentro do Sindicato Patronal Rural de Toledo, ela apresentou reivindicações junto a empresa BRF, que do ponto de vista dos camponeses, contribuíram para os pequenos avicultores. Tal pleito, lembrado na entrevista de E. F., era de que para a empresa integradora intermediar o financiamento dos aviários junto aos bancos, haveria de comprovar a residência na propriedade e já trabalharem com avicultura.

Aquela vez ficou inviável né, então o pessoal falou: pera lá! Vamos fazer o seguinte: vamos dar chance aos pequenininho, vocês esqueceram que quem começou lá a 30 anos atrás foram os pequeninhos, né? Tanto é que está no nome do meu irmão isso ali, né? (Isso foi a associação que reivindicou?) Sim, a Aaviopar, falaram assim vamos dar preferência pra quem já tenha. Mas aí quando fizemos eu ficava mais na lavoura e aí falei pro meu irmão faz lá, já está na cidade fica mais fácil pra correr atrás das coisas. Fizemos, mas aí o pai teve que fazer uma cartinha dizendo que nós trabalhávamos junto na propriedade, se não o banco... não dava certo. Esse nosso aqui é a BRF é avalista, é o último modal que era um projeto deles, nós demos terra igual de garantia, mas a BRF intermediou (E. F., MARECHAL C. RONDON, 2021).

Tal reivindicação relatada pelo entrevistado indica ser uma pauta da Aaviopar. Recentemente em entrevista realizada pela Rádio Integração de Toledo-PR, o presidente desta associação demonstrou preocupações com as grandes expansões que trazem os modelos modais (vários aviários em uma mesma propriedade), de acordo com ele “[...] esses modelos de grandes produções, de volumes, eles acabam muitas vezes não oportunizando pro pequeno produtor, são investidores, grandes investidores que estão na atividade” (COPINI, n.p. 2021).

Para além disso, Copini, assim como já feito pelos outros entrevistados, retrata a atual conjuntura da atividade avícola através do exemplo a seguir:

Nós temos modais, onde você conhece no Norte do Paraná, onde o dono sequer conhece a granja dele. Ele está lá em São Paulo, né? (Comentário do radialista: é a realidade do Agro hoje) Exatamente, então lá tem vinte, trinta, quarenta aviários e o cara gerencia pelo um computador lá em São Paulo, né? E a gente fala assim, quantas propriedades poderiam estar inseridas nesse contexto, né? Então, nós como associação, nós como produtores, nós como apaixonados pela atividade, nós queremos... A avicultura nasceu da pequena e média propriedade e aí evoluiu para grandes propriedades e grandes investidores, então isso nos preocupa. Somente quem pode resgatar isso são as cooperativas (COPINI, 2021, n.p. grifo nosso).

Este panorama trazido demonstra a diversidade de sujeitos presentes na avicultura, pequenos produtores com trabalho familiar que vislumbram na atividade uma maneira de permanecer na terra, tendo que competir com grandes investidores que visam apenas o lucro da atividade. No trecho em destaque, temos o questionamento sobre a quantidade de camponeses que perdem a oportunidade de trabalho devido à implantação de modais como o citado, isso sinaliza uma atenção quanto a parte social da atividade avícola, mas também é uma fala complexa, sobretudo se analisarmos o contexto em que foi dita. Na ocasião, o presidente da Aaviopar estava acompanhado de um responsável técnico da Cooperativa Primato, justamente para divulgar que esta Cooperativa irá iniciar as atividades com frango integrado. Ao final da fala, Copini afirma que somente as cooperativas podem resgatar essa essência da atividade avícola que oportuniza a participação de pequenos produtores. Ou seja, apesar de em primeiro momento o presidente da Aaviopar sinalizar a defesa dos pequenos avicultores, no fundo ele estava divulgando os interesses da Cooperativa Primato que, assim como as demais tratadas anteriormente, também se trata de uma cooperativa empresarial.

O intrigante dessa entrevista é que na continuidade da conversa o responsável técnico da Primato comenta que em muitos casos, o manejo, a presença do produtor, e a dedicação, superam a tecnologia defasada. Um discurso que pode ser compreendido como anti-mercado, que em primeiro lugar visa defender os interesses dos sujeitos que não teriam condições de arcar com altos investimentos.

No entanto, quem faz a fala é um representante de uma das Cooperativas empresariais do oeste do paraná, e ainda que possuam uma rela o mais próxima com os avicultores integrados ela também visa extrair a renda camponesa. E neste caso o que pode ler nas entrelinhas   que o “manejo, presença e dedica o”, que sempre fizeram parte do trabalho familiar camponês, continuam presentes, no entanto o que muda   apropria o dos resultados deste trabalho que passa ser feita pelo capital.

Disto tiramos um exemplo de como se d  a permanência e recria o camponesa no território através da avicultura integrada, pois uma vez as empresas e cooperativas tendo o controle do espaço, inclusive com os sindicatos e associa es de classe sob o seu jugo, passam a ser alternativa que resta ao campesinato e convém ao capital que   a explora o do trabalho familiar e extra o da renda camponesa. Deste modo se encontra a classe camponesa vinculada a avicultura na mesorregião oeste paranaense, numa condi o de subordina o, mas também de resistência.

Uma resistência silenciosa, expressa em pequenos atos do cotidiano baseados em relações de amizade, parentesco, vizinhança, revelando que embora dominados e subordinados ao capital industrial, ainda preservam práticas camponesas não mediados pelo capital. Práticas também do interesse das cooperativas, pois assim é possível maximizar os lucros. Mas acima de tudo são ações que revelam certo poder de decisão, uma relativa autonomia presente nesses sujeitos, que afronta não acatar as novas práticas de manejo impostas, que ultraje pensar e decidir encerrar as atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da presente pesquisa, nos aproximou dos sujeitos que sustentam a produção agropecuária da mesorregião Oeste do Paraná, sendo possível deste modo compreender como se dá a relação entre o campesinato e as indústrias avícolas, entendendo de que maneira a subordinação ao capital pode também se tornar estratégico para a classe camponesa.

De maneira inicial tratamos sobre as compreensões acerca da classe camponesa, visto como um resquício pré-capitalista com previsões apontando para o seu desaparecimento frente ao desenvolvimento do capitalismo no campo, o campesinato resistiu e permaneceu.

Permanência que se dá diante de muitas lutas e resistências dentro e fora dos movimentos sociais, o camponês avicultor que estudamos neste trabalho exemplifica uma das formas de resistência contraditória, pois apesar de ser uma relação não tipicamente capitalista, ela é recriada pelo capital, fruto das contradições deste modo de produção que se reproduz ante a exploração de relações não-capitalistas.

Os resultados do trabalho ajudam a compreender de que maneira o avanço do capital sobre a terra determina os movimentos do camponês no espaço, demonstrando através dos fluxos migratórios que contribuíram para atual formação da mesorregião Oeste do Paraná. Vimos que este processo contou primeiramente com a conquista do território imaterial, permitindo a construção ideológica do “sertão” a ser conquistado. Essa ação sustentou a “limpeza” étnica e um rearranjo espacial, estabelecendo relações semelhantes às das demograficamente saturadas colônias de imigrantes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Anos mais tarde, esse mesmo espaço torna-se modelo do projeto de “modernização” aplicado na agricultura. O projeto, impulsionado pela grande oferta de créditos estatais, que a priori destinava-se aos grandes proprietários agrícolas, teve no Oeste paranaense importante intermediação das cooperativas agrícolas que realizavam o repasse de crédito aos pequenos proprietários da região, condicionando a assistência técnica e adoção de insumos industrializados.

Entendemos que os dois processos observados, a ocupação recente do Oeste paranaense e sua incorporação à divisão internacional do trabalho, se deram por meio de mecanismos materiais (incentivos creditícios, tecnologias, técnicas de plantio) e imateriais (discursos, valores etc.), que agindo de modo combinado e integrados à ordem econômica global, construíram a hegemonia da classe burguesa no território da mesorregião Oeste do Paraná.

A implementação da política econômica que proporcionou a mudança do modelo agrícola foi demonstrado no capítulo dois, onde expomos os dados referente a diminuição da área colhida de alimentos em detrimento ao aumento da área de *commodities*. Contudo mesmo com a tal mudança não houve grande alteração na estrutura fundiária, diferente de outros espaços, o campesinato não foi totalmente expropriado, manteve-se na terra, no entanto houve uma intensificação da subordinação da renda camponesa pelo capital industrial, diante da monopolização do território pelo capital.

O controle deste território é parte central do trabalho, assim investigamos alguns dos mecanismos utilizados pelas cooperativas da mesorregião Oeste paranaense para a manutenção deste domínio territorial. Enquanto instrumentos de controle e formação ideológica aparecem os grupos e comitês organizados pelas cooperativas que sob o escopo de desenvolver os valores cooperativistas, enraízam normas de conduta e padrões de comportamento em seus cooperados. Outro mecanismo de formação ideológica que se soma a este, ocorre por meio do rádio que através de informativos diários veiculados, indo além de um publicidade comum, contribuem para o desenvolvimento da identificação com a cooperativa, estimulam um sentimento de pertencimento das cooperativas com seus respectivos espaços de atuação.

Agindo de modo conjunto a estes instrumentos de controle, analisamos os projetos educacionais desenvolvidos pelas cooperativas que levam para dentro das escolas municipais materiais “pedagógicos” que vão na contramão de uma educação libertadora, introduzem nas crianças ideologias voltadas ao agronegócio, ditadas pela lógica do mercado e que busca invisibilizar os sujeitos, as lutas e a desigualdade estrutural presente no espaço agrário.

Se a construção e a sustentação do território se dá por uma relação de poder, os projetos como o Cooperjovem desenvolvido pelas cooperativas são a expressão deste poder-conhecimento, citamos no trabalho outros exemplos como o Agrinho, sendo ações que transcendem a escala local articulam-se nacionalmente e compõem a ofensiva do agronegócio sobre a educação. No conjunto destas ações é que se estabelece a monopolização e o controle do território pelo capital, por meio do processo de formação ideológica que ocorre em que a realidade vivida passa a ser vista sob a ótica da classe dominante, fortalecendo uma aparência social que mascara o conflito de classes existente, dissemina a lógica mercadológica, esconde a precarização do trabalho, as desigualdades sociais e a mercantilização da natureza.

A monopolização do território pelo capital extrapola as esferas da produção, atinge não somente espaços vinculados a infraestrutura mas também na produção das ideias, nos espaços de socialização, nos assuntos do cotidiano através dos mecanismos de controle ideológico.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 1ª ed. Campinas: Hucitec, 1998.
- ANATEL. **Consulta Estações por Localidade**. – Sistemas Interativos. Disponível em <https://sistemas.anatel.gov.br/easp/Novo/Consulta/Tela.asp?OP=E&SISQSmodulo=16587>. Acesso em: 03 maio 2022.
- AMADOR, M. C. P. **A colonização da pequena propriedade familiar pelo descendente de imigrante e o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia (1920 a 1960)**. São Leopoldo, UNISINOS, 2010.
- ALENTEJANO, P.; et al. **A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: fechamento de escolas e disputa político-ideológica**. - Terra Livre, São Paulo, V. 1, nº 57, 2021. p. 433-470.
- BELUSSO, D.; HESPANHOL, A. N. A evolução da avicultura industrial brasileira e seus efeitos territoriais. **Revista Percurso – NEMO**, v. 2, n.1, Maringá 2010, p. 25 – 51.
- BRF. **Relatório Integrado 2020**. Toledo – PR. MagentaLab, 2021, 195p.
- CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente – São Paulo, 2013.
- CAMPOS, I. **Os colonos do rio Uruguai: relações entre a pequena produção e agroindústria no oeste catarinense**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.
- CHAYANOV, A. V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008, 119p.
- CHÃ, A. M. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- COPACOL. **Relatório do conselho de administração 2020**. Cafelândia - PR, 2021, 70p.
- COPINI, E, C. **[Entrevista 2 out 2021]**. Entrevistador: Paulo Gaspar. In: Facebook. Vídeo (ca. 37min) Entrevista concedida ao Programa Rádio Integração. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=3358433104281793. Acesso em: 4 dez. 2021.
- COPAGRIL. **Copagril e prefeitura reafirmam parceria do Programa Cooperjovem**. [S. l. s. d.] Disponível em: <https://www.copagril.com.br/noticia/1420>. Acesso em: 2 set. 2021.

COPAGRIL. **Comitês de Jovens são premiados no concurso de Projetos Agrícolas.** [S. l. s. d.] Disponível em: <https://copagrill.com.br/noticia/1557/comites-de-jovens-sao-premiados-no-concurso-de-projetos-agricolas>. Acesso em: 2 set. 2021.

COPAGRIL. **Relatório Anual 2020.** Marechal Cândido Rondon - PR. Grafimorte SA, 2021, 36p.

COOPAVEL. **Relatório Anual 2020.** Cascavel - PR, 2021, 23p.

CORRÊA, R. L. **Espaço:** um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná et al. (org). Geografia: Conceito e Temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

COSTA, A. D. A Sadia e o pioneirismo industrial na agroindústria brasileira. **História Econômica & História de Empresas**, v. 1, n. 1, 6 jul. 2012.

C-VALE. **Relatório Anual 2020.** Palotina - PR. Gráfica Tuicial, 2021, 78p.

C-VALE. **Regimento Interno.** Palotina – PR, 2015, 11p.

DAVIS, John H., GOLDBERG, Ray A. *A Concept of agribusiness.* Harvard University Graduate School of Business, Boston, 1957.

FABRINI, J. E. A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa. **Revista Geografia** (Londrina) v. 13, n. 2, 2004.

FABRINI, J. E. Contradições camponesas no Brasil. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 13, n. 30, p. 06-33, 2018.

FABRINI, J. E.; PAULINO, E. T. (Org). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: FABRINI, J. E.; PAULINO, E. T. (Org). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária:** o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. v.1. 344 f.

FIGUEIREDO, A. H. de. Crédito rural e mudança tecnológica no oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.54, 1992. pp. 83-117.

FONTANA, A. **História da Minha Vida.** Rio de Janeiro: Vozes, Petrópolis, 1980, 278 p.

GRAZIANO SILVA, J. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial:** migrações no Oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

HECK, F. M. **O espaço e o contraespaço no circuito produtivo da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense**. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente – São Paulo, 2017.

IAP - Instituto Ambiental do Paraná. **SGA - Consulta de Processo de Licenciamento**. Disponível em: <http://www.sga.pr.gov.br/sga-iap/consultarProcessoLicenciamento.do?action=iniciar>. Acesso em: 2 set. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 8 set. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da Pecuária Municipal 2020**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2020>. Acesso em: 10 set. 2021.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de João Antunes. Porto: Portucalense, 1972.

LAR. **Relatório e Balanço 2020**. Medianeira - PR. Gráfica Midiograf, 2021, 60p.

LÊNIN, V. I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

LOUREIRO, M. R. G. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução Nélcio Schneider. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Sobre a questão Judaica**. - São Paulo: Boitempo, 2010.

MENDONÇA, M. L. R. S. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de Agronegócio**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo – São Paulo, 2013.

MESQUITA, O. V.; SILVA, S. T. Regiões agrícolas do Estado do Paraná: uma definição estatística. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 32, n.1. 1970. pp. 03-42.

MINSKY, A. M. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense (1961/66)**. Niterói – Rio de Janeiro, 2002.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

MPT – Ministério Público do Trabalho no Paraná. **Liminar obtida pelo MPT-PR obriga Cooperativa Agroindustrial Lar a publicar carta de esclarecimento e respeitar exigências para coibir assédio eleitoral.** Disponível em encr.pw/A6sNa. Acesso em 25 jan 2023.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, A. U. de. **Barbárie e modernidade:** as transformações no campo e no agronegócio no Brasil. Terra Livre, São Paulo, V. 2, nº 21, 2003. p. 113-156.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo De Produção Capitalista, Agricultura E Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo: Iandê Editorial, 2016, 545p.

PAULINO, E. P. Alimentos e mercados: uma questão geopolítica e de classes. **Revista Formação**, n. 14, v.1. 2007. pp. 167-185

POMAR, W. Apresentação. In Lênin, V. I. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América.** São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Da geografia às geo-grafias:** um mundo em busca de novas territorialidades. *In:* La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial. Buenos Aires, CLACSO, 2002. p. 217-256.

PRIORI, A. et al. **História do Paraná:** séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, R. A. **A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações brasil – estados unidos.** Perspectivas, São Paulo, Nº 30, 2006. p.151-175.

RIBEIRO, A. C. T. **Matéria e Espírito:** O Poder (Des)organizador dos meios de comunicação. *In:* Piquet, R. & Ribeiro, A. C. T. Brasil, Território da desigualdade. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. p. 44-55.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense:** territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente – São Paulo, 2015.

ROSS, R. L. **Mission Possible: The Story of the Latin American Agribusiness Development Corporation (LAAD).** New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 2000.

SANTOS, T. A. **Marxismo e Campesinato:** abordagens teóricas sobre a “classe incômoda”. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 11, n. 24, p. 46-69, 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. Universidade de São Paulo. São Paulo. 4ª edição, 2006.

SERRA, E. **Grilagens de terra e conflitos rurais: o lado perverso da colonização no Paraná.** Revista Raega. Curitiba, v.46, 2019. p. 58 -74.

SHANIN, Theodor. **La clase incómoda:** sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Russia 1990-1923). Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SHIVA, Vandana. **The Violence of the Green Revolution. The Other India Press.** Goa, India, 1991.

STÁLIN, I. V. Trecho do Livro **O Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico,** Horizonte. Rio, 1945. Disponível em <http://www.encurtador.com.br/wJQY6>. Acesso em: 20 jan. 2021.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Os colonos do vinho:** estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. Hucitec. São Paulo, 1978.

UBABEF. A saga da avicultura brasileira – **Como o Brasil se tornou o maior exportador mundial de carne de frango.** [S. l. s. d.]. Disponível em: <http://abpa-br.com.br/setores/avicultura/publicacoes/informes-especiais/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

WOLF. E. **Guerras Camponesas no Século XX.** Melhoramentos: São Paulo. 1984.

APÊNDICES

Apêndice “A” – Roteiro semiestruturado para entrevistas

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS AVICULTORES

1. Nome:
2. É o proprietário (a)?
3. Qual a sua escolaridade?
4. Tempo reside no local?
5. Qual a área da propriedade? De que forma adquiriu?
6. O que se produzia e de que forma se produzia, antes dos frangos?
7. Quantas pessoas trabalham na propriedade?
8. Quem são as pessoas que trabalham?
9. Há na propriedade algum tipo de produção para consumo da família? (Animais, verduras, temperos, chás...) Quem faz o cultivo e de que forma é feito?
10. Realiza troca de produções com vizinhos? Que tipo de produto faz troca?
11. Qual o maquinário que dispõem?
12. Tem acesso ao crédito rural? Custeio? Investimento?
13. Filiado a algum sindicato? Filiado à alguma associação? Gostaria de participar?
14. Quais são as fontes de renda da família?
15. Quais foram os motivos que levaram a produção de frangos?
16. Quem te procurou e ofereceu esta integração?
17. Teve que fazer muitos investimentos em sua propriedade para iniciar a produção? Como fez estes investimentos?
18. Qual a empresa integradora? já esteve em outra?
19. Quantos aviários possui? Há quanto tempo possui aviário?
20. Qual a renda obtida com a produção de frangos? Este valor é destinado a qual fim?
21. A empresa é responsável por trazer os pintainhos e quem descarrega os caminhões? E para a pega e carregamento dos frangos?
22. A empresa que traz os insumos, você já precisou pegar insumos de fora?
23. Dos custos de manutenção do aviário são muito altos? Gás, maravalha, Energia elétrica, água, funcionários, encargos fiscais...
24. Sente-se pressionado, intimidado pelas cobranças da empresa quanto aos cuidados com o os frangos?
25. Quais a vantagens deste tipo de produção?
26. Há algum tipo de premiação por melhor produção?
27. Quais são as reclamações mais comuns dos avicultores?
28. Já teve alguma doença ocasionada pelo trabalho?
29. Está previsto em contrato o tempo de criação dos frangos (25 a 60 dias), qual o prazo mínimo que entregou a produção? E o máximo?
30. Quanto ao intervalo dos lotes, eles estipulam de 2 a 30 dias, há alguma média? qual foi o prazo máximo?
31. Concorde com os critérios de classificação do seu frango? De que maneira é realizado o cálculo do pagamento?
32. A empresa oferece algum curso de capacitação?
33. Pretende continuar neste tipo de produção por quanto tempo? Seus filhos também querem prosseguir com esta atividade?
34. Você considera que produzir frango é o que lhe mantém no campo?
35. Já ouviu o termo camponês? Na sua opinião, teria outro modelo de agricultura além desta convencional?

ANEXOS

Anexo “A” – Carta do presidente da LAR



LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
Av. 24 de outubro, nº 53, Área Industrial,
Cep 83684-000, Mocaetânia - PR - Brasil.

Olá

Agradeço a sua disposição para ler o conteúdo desta carta.

Primeiro quero fazer uma breve contextualização do assunto.

O destino dos países é determinado por movimentos naturais ou criados por líderes em determinadas direções.

Poderíamos escrever, de forma simplista, que a América do Sul é fruto de um movimento colonizador dos países Ibéricos: Espanha e Portugal, e cada país desta América seguiu seu caminho se organizando com os povos nativos, conforme ocorreu nas outras partes da América e em diferentes continentes. Por isso, penso que somos uma mistura de nativos, europeus e afrodescendentes.

Só para compararmos, vamos ver o exemplo de um país vizinho, a Argentina, rica em recursos naturais e em recursos humanos, figurou por um longo período como o país mais rico e desenvolvido da América do Sul, até que um líder populista, Peron, desencadeou um movimento socialista. E hoje, a população argentina está empobrecida, com a *cabeça feita* para esperar do governo todo sustento para sua sobrevivência, como se fosse receber picanha e cerveja em todo final de semana.

Nosso país já passou por diversos momentos, ora mais meritocrático, ora com influência e práticas do populismo exacerbado acompanhado da corrupção.

Agora estamos seguindo um caminho e à frente não teremos uma encruzilhada, mas uma estrada bifurcada, indicando duas direções: uma para a esquerda, o socialismo, com o que tem de pior em um governo, engajando pessoas jovens, intelectuais e as universidades com uma nova largada na escalada da corrupção; ou seguimos para a direita, construindo um país que cultiva valores e governa com moralidade.

Me preocupo com a Lar, com meus filhos, meus netos e com as novas gerações.

A Lar tem gerado valor, pagando dividendos aos associados, participação dos resultados aos funcionários e intenso apoio a eventos sociais das comunidades.

Para meus filhos e netos, como para as novas gerações, quero um país descente e com desenvolvimento.

Não quero me arrependar, no futuro, de não ter me posicionado para evitar um desastre diante do atual momento político. Por isso, me dirijo a você, líder, a hora é agora, vamos falar com as pessoas e colocar estes dois cenários, estes dois mundos, pois precisamos estar conscientes para escolher.

O presidente Bolsonaro trabalhou com equipe técnica, fazendo o melhor em um tempo difícil até que um tempo melhor surgisse para fazer ainda melhor, sempre com a marca de uma gestão séria.

Pensemos nisto, sabendo que o caminho melhor para a nossa geração, para os nossos filhos e netos é reeleger o presidente Bolsonaro.

Irineo da Costa Rodrigues